

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA
NA AMAZÔNIA - PPGSCA**

**REFUGIADOS E DESPLAZADOS NA AMAZÔNIA: CONTRIBUIÇÕES
PARA A SOCIOLOGIA DOS DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS.**

**Manaus
2008**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA
NA AMAZÔNIA - PPGSCA**

**REFUGIADOS E DESPLAZADOS NA AMAZÔNIA: CONTRIBUIÇÕES
PARA A SOCIOLOGIA DOS DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS.**

MÁRCIA MARIA DE OLIVEIRA

Manaus, 2008.

MÁRCIA MARIA DE OLIVEIRA

**REFUGIADOS E DESPLAZADOS NA AMAZÔNIA: CONTRIBUIÇÕES
PARA A SOCIOLOGIA DOS DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Ernesto Renan de Melo Freitas Pinto

MANAUS, Setembro de 2008

MÁRCIA MARIA DE OLIVEIRA

**REFUGIADOS E DESPLAZADOS NA AMAZÔNIA: CONTRIBUIÇÕES
PARA A SOCIOLOGIA DOS DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Aprovada em Manaus, 10 de setembro de 2008, com Nota 'A' *“com louvor”*

Banca examinadora:

Prof. Dr. Ernesto Renan de Melo Freitas Pinto
(Universidade Federal do Amazonas - UFAM)
Presidente

Prof^a. Dra. Rosa Ester Rossini
(Universidade de São Paulo – USP)
Membro

Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira
(Universidade Federal do Amazonas - UFAM)

*Solo le pido a Dios
Que el dolor no me sea indiferente,
Que la reseca Muerta no me encuentre
Vacio y solo sin haber hecho lo suficiente.*

*Solo le pido a Dios
Que lo injusto no me sea indiferente,
Que no me abofeteen la otra mejilla
Despues que una garra me arañó esta suerte.*

*Solo le pido a Dios
Que la guerra no me sea indiferente,
Es un monstruo grande y pisa fuerte
Toda la pobre inocencia de la gente.*

*Solo le pido a Dios
Que el engaño no me sea indiferente
Si un traidor puede mas que unos cantos,
Que esos cantos no lo olviden facilmente.*

*Solo le pido a Dios
Que el futuro no me sea indiferente,
Desahuciado esta el que tiene que marchar
A vivir una cultura diferente.*

(Leon Gieco)

OLIVEIRA, Márcia Maria. Refugiados e deslocados na Amazônia: contribuições para a sociologia dos deslocamentos compulsórios. Dissertação de Mestrado. Manaus: Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – Universidade Federal do Amazonas, 2008.

Resumo

A presente pesquisa de mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, sob a orientação do Prof. Dr. Ernesto Renan de Melo Freitas Pinto, apresenta algumas contribuições para a Sociologia dos Deslocamentos Compulsórios NAS Amazônia. Tendo em vista a análise do conflito colombiano a partir do estudo dos sujeitos implicados no processo e que buscam refúgio no Amazonas. Os movimentos migratórios nas fronteiras amazônicas ainda são pouco abordados, tanto pela academia quanto pelas instituições que lidam com a temática dos deslocamentos compulsórios no atendimento aos refugiados e deslocados. O estudo sistematizado apresenta alguns elementos que desafiam a implementação de políticas públicas de refúgio mais eficazes e específicas para este contexto localizado. O crescente ingresso de pessoas em situação de refúgio, reconhecidos ou não pelas instituições oficiais, apresentam novos paradigmas que desafiam os estudos científicos no contexto amazônico e exigem de um rigor metodológico, determinado pelos estudos com grupos vulneráveis sob a ótica da sociologia dos deslocamentos compulsórios.

Palavras-chave: deslocamentos compulsórios, Amazônia, guerrilha, conflito colombiano, refugiados ,“desplazados”.

OLIVEIRA, Márcia Maria. Refugiados e deslocados na Amazônia: contribuições para a sociologia dos deslocamentos compulsórios. Dissertação de Mestrado. Manaus: Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – Universidade Federal do Amazonas, 2008.

Abstract

This search of masters, developed in the Postgraduate Program in Society and Culture in the Amazon Federal University of Amazonas, under the guidance of Prof. Dr. Ernesto Renan Freitas Pinto de Melo, presents some contributions for the Sociology of Displacement Compulsórios to examine the Colombian conflict from the study of subjects involved in the process and seeking refuge in the Amazon. Migration border Amazon are still little discussed, both by the academy as the institutions that deal with the issue of shifts in compulsory care for refugees and displaced. The systematic study has some elements that challenge the implementation of public policies of refuge and more effective for this specific context located. The growing entry of people at a shelter, or not recognized by official institutions, present new paradigms that challenge scientific studies in the Amazon and require a rigorous methodology, determined by the studies on vulnerable groups from the perspective of the sociology of shifts compulsory.

Keywords: compulsory displacements, Amazon, guerrillas, the Colombian conflict, refugees, "displaced".

OLIVEIRA, Márcia Maria. Refugiados e desplazados na Amazônia: contribuições para a sociologia dos deslocamentos compulsórios. Dissertação de Mestrado. Manaus: Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – Universidade Federal do Amazonas, 2008.

Resumen

La presente investigación científica, desarrollada en el Programa de Postgrado en sociedad y la cultura en la Amazonia de la Universidad Federal del Amazonas, bajo la dirección del Prof. Dr Ernesto Renan Freitas Pinto de Melo, presenta algunas contribuciones para la Sociología de los desplazamientos Compulsórios a examinar el conflicto colombiano a partir del estudio de sujetos involucrados en el proceso y buscan refugio en el Amazonas. Migración frontera amazónica son todavía poco discutido, tanto por la academia como las instituciones que se ocupan de la cuestión de los cambios en la atención obligatoria para los refugiados y desplazados. El estudio sistemático tiene algunos elementos que desafían la aplicación de las políticas públicas de refugio y más eficaz para este contexto específico, localizado. La creciente entrada de personas en un refugio, o no reconocido por las instituciones oficiales, presentar nuevos paradigmas que desafían los estudios científicos en la Amazonia y requieren una metodología rigurosa, determinada por los estudios sobre los grupos vulnerables desde la perspectiva de la sociología de turnos obligatorios.

Palabras clave: desplazamientos compulsorios, Amazonas, guerrilla, conflicto colombiano, refugiados, "desplazados".

Sumário

Considerações Iniciais..... p.11

Capítulo 1 - Refugiados colombianos na Amazônia e seus impactos sócio-políticos, econômicos, demográficos e culturais..... p. 18

- 1.1. Questões teórico-conceituais de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios p. 18
- 1.2. A legitimação teórico-conceitual da migração voluntária p. 23
- 1.3. Algumas abordagens teórico-conceituais da sociologia dos deslocamentos compulsórios à luz da escola crítica p. 34
- 1.4. Algumas causas e impactos da migração forçada segundo a sociologia dos deslocamentos compulsórios p. 39
- 1.5. A xenofobia como consequência dos deslocamentos compulsórios p. 43
- 1.6. Alguns aspectos teórico-conceituais sobre a questão dos refugiados, os deslocamentos compulsórios e o caso dos *desplazados* na Colômbia p. 45

Capítulo 2 – A migração fronteiriça na Amazônia: contribuições para a sociologia dos deslocamentos compulsórios p. 56

- 2.1. Deslocamentos compulsórios na tríplice fronteira Peru, Colômbia e Brasil: uma sociologia da espacialidade p. 56
- 2.2. A idéia de fronteira e a migração fronteiriça p. 56
- 2.3. Migrantes Econômicos no Amazonas p. 64
- 2.4. Os refugiados colombianos no Amazonas no contexto das migrações fronteiriças p. 69

Capítulo 3 - Os refugiados e desplazados analisam os impactos sócio-políticos, econômicos e culturais do conflito colombiano p. 86

- 3.1. Contribuição dos aspectos subjetivos para a sociologia dos deslocamentos compulsórios p. 87
- 3.2. Outra compreensão do conflito colombiano a partir da análise dos refugiados e desplazados p. 95
- 3.3. Críticas às instituições brasileiras encarregadas pelo atendimento aos refugiados e desplazados p. 109
- 3.4. A importância dos elementos culturais na elaboração de políticas de atenção aos desplazados e refugiados p. 115

Capítulo 4 - A situação das refugiadas e desplazadas colombianas no Amazonas à luz da reflexão dos estudos de gênero p. 118

- 4.1. Mulheres colombianas no itinerário do refúgio p. 119
- 4.2. Dimensões eminentemente femininas do conflito colombiano p. 121
- 4.3. A questão de gênero e os elementos culturais p. 129

4.4. Mulheres e grupos vulneráveis nos deslocamentos compulsórios p. 131

Capítulo 5 - Novos horizontes epistemológicos na sociologia dos deslocamentos compulsórios p. 134

5.1. O projeto político da Colômbia a partir dos deslocamentos compulsórios: defesa dos direitos humanitários ou dos interesses econômicos privados? p. 137

5.2. Novos processos identitários a partir da dinâmica do refúgio e do deslocamento p. 153

5.3. Novos paradigmas da sociologia dos deslocamentos compulsórios a partir do contexto amazônico p. 161

Considerações finais p. 167

Bibliografia p. 180

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta pesquisa é o resultado de mais de dois longos anos de intensa investigação científica que envolveu um processo contínuo de sistematização de todo um trabalho empírico realizado com refugiados e deslocados colombianos vivendo em Manaus e em outros municípios do Amazonas.

De forma bastante objetiva e sucinta, podemos afirmar que o objeto principal desta pesquisa são os deslocamentos compulsórios e que, a sociologia destes deslocamentos é o objetivo da reflexão que estamos propondo. Os sujeitos da pesquisa são os novos fluxos de deslocados compulsórios do vizinho de fronteira que é a Colômbia, ingressados recentemente no Estado do Amazonas. A pesquisa pretende apresentar elementos que possam contribuir com a sociologia dos deslocamentos compulsórios a partir da abordagem da situação destes sujeitos e a análise dos impactos sócio-políticos, econômicos, demográficos e culturais desta nova conjuntura amazônica.

O interesse por essa temática resulta de uma militância de mais de quinze anos em instituições que trabalham com o atendimento a migrantes nacionais e internacionais, dentre eles os refugiados. Também foi fortemente provocada pelas análises preliminares de outras pesquisas realizadas a partir da graduação no curso de Ciências Sociais concluída em 2004¹. Por ocasião da defesa da referida pesquisa, assumimos o compromisso de continuar aprofundando a temática da migração internacional no Amazonas sob a orientação do então Prof. Dr. Ernesto Renan de

¹ Com o título: Abordagens preliminares sobre a migração internacional e o caso dos peruanos em Manaus, a pesquisa de monografia foi defendida no dia 13 de dezembro de 2004, tendo como banca examinadora o orientador Prof. Dr. Ernesto Renan de Melo Freitas Pinto (presidente) e os membros: Prof^{ra}. MSc. Marília Carvalho Brasil e o Prof. Dr. Pery Teixeira. Na ocasião, a monografia foi aprovada pela banca examinadora com média dez e indicada para posterior publicação.

Melo Freitas Pinto, que seguiu acompanhando os novos estudos também no mestrado.

O projeto original proposto para o mestrado neste Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, em maio de 2006, sofreu várias alterações, dentre elas a focalização da temática para a sociologia dos deslocamentos compulsórios tendo por base a análise sistematizada da conjuntura dos deslocamentos de colombianos para a Amazônia brasileira. Inicialmente havíamos proposto um estudo comparativo, trabalhando com duas categorias, de migrações compulsórias que seriam os refugiados colombianos e os migrantes econômicos peruanos. Quando percebemos a abrangência dos recortes, decidimos por abandonar a última categoria e direcionar os esforços para o estudo dos refugiados, tendo em vista a complexidade do conflito colombiano e seus desdobramentos na Amazônia.

Em cumprimento à orientação e exigências do Comitê de Ética em Pesquisas, esta investigação científica desenvolveu-se apenas com refugiados e desplazados com estada permanente ou provisória na cidade de Manaus e em outros municípios do Amazonas, especialmente a cidade fronteiriça de Tabatinga. A abordagem restrita ao acompanhamento dos deslocados somente em território brasileiro nos ajudou a situar os países limítrofes no panorama dos deslocamentos compulsórios sem, necessariamente adentrar aos países vizinhos.

O estudo se desenvolveu considerando que o primeiro passo da atividade de pesquisa do cientista social, enquanto tal consiste em dirigir à realidade um olhar crítico, inquisidor, de modo a “desnaturalizar” os fatos sociais mediante uma descrição densa, conforme os métodos e técnicas específicos das ciências sociais. A sistematização dos dados recolhidos na pesquisa de campo primou pelo

resguardo da identidade dos sujeitos da pesquisa. Mesmo no caso dos colombianos com status de refúgio, amparados por lei no território brasileiro², o sigilo de sua identidade, torna-se necessário por uma questão de segurança e proteção do direito à sobrevivência a que o Estado Brasileiro se compromete.

Ainda para proteger a identidade dos sujeitos pesquisados, também foi evitado todo e qualquer tipo de imagem ou transcrição de documentos pessoais ou pertencentes aos grupos vinculados à pesquisa. Também evitamos a identificação exata dos locais de origem dos entrevistados, bem como algumas expressões nas narrativas que pudessem dar a conhecer os sujeitos ou o lugar onde moram atualmente. Todos esses cuidados se fazem necessários porque os sujeitos pesquisados pertencem aos vários grupos e seguimentos ideológicos envolvidos no conflito colombiano. Esse fato revela o grau de imparcialidade que adotamos na relação com os vários sujeitos e seus pertencimentos, sempre mantendo o devido respeito e resguardando a identidade dos mesmos.

Não é demais reiterar que foram tomados os devidos cuidados metodológicos para que não fosse, em nenhum momento, colocada em risco a vida dessas pessoas com histórico de perseguição e ameaças de morte. Nesse contexto, uma das medidas de segurança adotadas como rigor metodológico foi justamente o critério de ocultar a identidade dos sujeitos que colaboraram com a pesquisa de forma direta ou indireta. Esse rigor metodológico implica, dentre outros procedimentos, na supressão da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido conforme exigências do Comitê de Ética em Pesquisas.

² Amparados no Brasil pelo Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE em consonância com a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, com o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967 e com as demais fontes de direito internacional dos refugiados sob a Lei 9474 22 de julho de 1997.

Considerando estes critérios, as pessoas entrevistadas foram identificadas apenas com um código numérico, datado e em ordem crescente, dispensando assinaturas, localização residencial ou qualquer outro subterfúgio que pudesse vir a identificá-los.

Ao todo, foram entrevistadas quarenta e cinco pessoas, além de várias outras com as quais mantivemos permanente contato informal ao longo da pesquisa. Entretanto, muito material recolhido não foi utilizado nestas sistematizações, permanecendo à disposição para estudos posteriores. As narrativas e ou entrevistas transcritos na íntegra foram sinalizados tão somente como “*pesquisa de campo*” a fim de evitar qualquer possibilidade de identificação dos narradores.

Seguindo a proposta metodológica da abordagem qualitativa, a observação participante foi muito importante permitindo estabelecer os vínculos necessários para a abertura dos sujeitos à pesquisa. Foram necessários vários meses de contato informal até se obter a confiança para as entrevistas mais direcionadas que passaram a ocorrer de forma espontânea, sem rodeios e sem medos. Muitos dos entrevistados ofereceram detalhadas narrativas de suas trajetórias de deslocamento compulsório, o que nos levou a dedicar todo o terceiro capítulo para recolher as análises do conflito colombiano a partir da experiência dos próprios sujeitos em questão.

Na sistematização dos registros, sob o prisma de densa abordagem teórica, dividimos a pesquisa em cinco partes distintas. No primeiro capítulo apresentamos alguns elementos que propiciaram a apresentação do problema e do objeto da pesquisa, enfatizando a especificidade dos deslocamentos compulsórios. Apresentamos a situação dos refugiados e desplazados colombianos na Amazônia insistindo na sua condição de mobilidade forçada a fim de estabelecer a

diferenciação entre refugiados e migrantes econômicos. Este capítulo enuncia a leitura dos impactos sócio-políticos, econômicos, demográficos e culturais do ingresso destas pessoas na região amazônica. Apresentamos o tema e o problema, priorizando o debate em torno da sociologia dos deslocamentos compulsórios que apresentam elementos para uma análise crítica do contexto ora analisado à luz dos estudos migratórios.

Pensando numa maneira de inserir a temática no contexto amazônico sem perder de vista o contexto geopolítico, vimos por bem desenvolver um capítulo sobre a realidade fronteiriça o qual intitulamos: “*A migração fronteiriça na Amazônia: contribuições para a sociologia dos deslocamentos compulsórios*”. Com este capítulo, inserimos os estudos ao conjunto de outros estudos migratórios realizados em outras fronteiras do Brasil como uma forma de contextualizar a análise e ao mesmo tempo de encontrar interlocutores na mesma temática trazendo a abordagem para a realidade amazônica. Novos paradigmas epistemológicos foram apresentados no horizonte da sociologia dos deslocamentos compulsórios a partir das reflexões do geógrafo Haesbaert, 2004, especialmente em sua obra “*O Mito da Desterritorialização*”. Este autor, pouco utilizado na sociologia, foi sugerido por ocasião da qualificação da pesquisa e um dos grandes feitos deste estudo foi o contato com sua obra de grande relevância para os estudos fronteiriços.

Como já mencionamos, dedicamos o terceiro capítulo para registrar as narrativas dos sujeitos pesquisados. Sob o título “*Os refugiados e desplazados analisam os impactos sócio-políticos, econômicos e culturais do conflito colombiano*” quisemos conferir-lhes vez e voz, atribuindo-lhes a autoridade da análise e da reflexão. Tendo como suporte teórico um conjunto de autores que trabalham com as narrativas como fontes documentais, inserimos algumas contribuições que revelaram

alguns dos importantes aspectos subjetivos dos narradores em suas trajetórias de vida.

Tendo em vista o importante papel que as mulheres ocupam nas novas dinâmicas migratórias na conjuntura internacional, dedicamos um capítulo específico para abordar a mesma temática sob o ponto de vista dos estudos de gênero e suas contribuições para a sociologia dos deslocamentos compulsórios. Nesse sentido, dedicamos o quarto capítulo para a análise da dimensão eminentemente feminina do conflito colombiano.

Por fim, o capítulo quinto mais se parece com uma *colcha de retalhos* que tentou *costurar* as várias dimensões da pesquisa, compilando várias análises teóricas da vertente sócio-crítica contribuindo com a abordagem intitulada “*Novos horizontes epistemológicos na sociologia dos deslocamentos compulsórios*”.

A conclusão apresenta um grande arremate das várias temáticas abordadas na pesquisa e aponta as lacunas e desafios suscitados pela reflexão a partir de uma perspectiva subjetiva. Insiste na dimensão ensaística enfatizando que a pesquisa abrange apenas alguns aspectos da sociologia dos deslocamentos compulsórios sob a prerrogativa das provocações teóricas e do problema epistemológico. O tema permanecerá em aberto, instigando posteriores e necessários aprofundamentos.

Em síntese, apresentaremos alguns dos resultados sistematizados de uma realidade contextual que não se resume apenas ao que formatamos nestes registros. Trata-se de um recorte bastante limitado de uma conjuntura marcada pela complexidade nesta América Latina cantada na poesia de Victor Heredia:

*Todavía cantamos, todavía pedimos,
todavía soñamos, todavía esperamos,
a pesar de los golpes que asestó en nuestras vidas
el ingenio del odio desterrando al olvido a nuestros seres queridos.*

Todavía cantamos, todavía pedimos,

*todavía soñamos, todavía esperamos
que nos digan adónde han escondido las flores
que aromaron las calles persiguiendo un destino
¿Dónde, dónde se han ido?*

*Todavía cantamos, todavía pedimos,
todavía soñamos, todavía esperamos;
que nos den la esperanza de saber que es posible
que el jardín se ilumine con las risas y el canto
de los que amamos tanto.*

*Todavía cantamos, todavía pedimos,
todavía soñamos, todavía esperamos;
por un día distinto sin apremios ni ayuno
sin temor y sin llanto,
porque vuelvan al nido nuestros seres queridos.*

*Todavía cantamos, todavía pedimos,
Todavía soñamos, todavía esperamos...*

Capítulo I – REFUGIADOS COLOMBIANOS NA AMAZÔNIA E SEUS IMPACTOS SÓCIO-POLÍTICOS, ECONÔMICOS, DEMOGRÁFICOS E CULTURAIS.

No mundo no qual parece se aproximar a realização plena da utopia neoliberal, muitos milhões são os deslocados compulsórios, os reassentados, os refugiados e repatriados e deportados, os expulsos e clandestinos. Proibidos de ficar, confinados, interditados de entrar, obrigados a sair, eles nos dizem da natureza perversa da liberdade operada sob a hegemonia da globalização contemporânea: o mundo desterritorializado e sem fronteiras de uns é o mesmo mundo territorializado e guetificado de outros. Entre estes dois mundos, regulando suas relações e controlando seus conflitos e confrontos, os Estados que, através de suas múltiplas agências, locais e multinacionais, se fazem mais presentes do que nunca.

(Carlos B. Vainer)*

1.1 Questões teórico-conceituais de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios

Os estudos sobre refugiados se inserem, no arcabouço teórico dos estudos migratórios, no campo complexo dos deslocamentos compulsórios. Perseguindo as possibilidades de aprofundamento, esta reflexão tem o propósito de identificar algumas das correntes teóricas que, ora justificam a migração no contexto atual, ora questionam os mecanismos que provocam, indiscriminadamente, os processos migratórios balizados pelos deslocamentos compulsórios. Esta análise é necessária

* VAINER, Carlos B. As novas categorias de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias. In: CASTRO, Mary Garcia (Org.) Migrações internacionais: contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001, p. 182.

logo no início deste estudo sobre os refugiados colombianos na Amazônia porque apresenta elementos que podem contribuir com a localização desta categoria no contexto da mobilidade humana.

Para compreender a complexidade dos impactos sócio-políticos, econômicos, demográficos e culturais derivados do ingresso dos refugiados colombianos na Amazônia, é necessário considerar a gama de processos que derivam desta conjuntura. No cerne desta problematização estão grupos humanos que estão sendo eminentemente forçados ao deslocamento por causa do conflito interno que se arrasta por décadas, em algumas regiões da Colômbia, sem previsão de um término.

Logo de início é importante destacar que a situação de refúgio dos colombianos é muito diferente de outra mobilidade humana internacional muito presente na Amazônia que é a migração econômica dos peruanos que há décadas caracteriza o fenômeno migratório nesta região. Esta distinção é necessária porque muitas vezes, como veremos ao longo deste estudo, as instituições oficiais ou não governamentais, tendem a confundir estas duas categorias migratórias na Amazônia. O que ambas têm em comum é a dimensão compulsória. Tanto os migrantes econômicos do Peru quanto os refugiados colombianos são deslocados por fatores externos à sua decisão de migrar. Ou seja, em situações adversas, são forçados ao deslocamento compulsório que é a principal característica da mobilidade humana na tríplice fronteira Peru, Colômbia e Brasil.

A violência que força à migração está presente nestas duas categorias migratórias. Por um lado, as imposições econômicas e o permanente conflito agrário da selva peruana continuam forçando a migração de trabalhadores econômicos. Por outro lado, os conflitos internos, com características de guerra civil, seguem deslocando contingentes de refugiados da Colômbia para a Amazônia. Essa

definição é importante principalmente para subsidiar a análise crítica às políticas migratórias no Brasil que insistem em confundir os refugiados colombianos com migrantes econômicos.

Esta análise torna-se pertinente pelo fato de situar os impactos da migração fronteiriça na cidade de Manaus. Até chegar ao destino deste itinerário, os sujeitos deste processo passam por vários estágios que vão desde os projetos migratórios, que implicam a “opção” pela migração³, até os fatores que implicam nos deslocamentos compulsórios, sumariamente forçados como é o caso dos refugiados.

O destaque para a expressão “opção” pela migração se deve ao fato deste estudo estar apresentando elementos que problematizam as correntes teóricas que pretendem explicar os processos migratórios contemporâneos. Por isso, optamos por uma abordagem teórico-metodológica que tem como base as novas categorias da sociologia dos deslocamentos compulsórios. Esta abordagem teórica vem sendo amplamente discutida nos estudos sobre a mobilidade humana, que é um dos fenômenos mais significativos da pós-modernidade.

São basicamente duas as correntes teóricas, com seus múltiplos desdobramentos, que subsidiam as políticas migratórias na atualidade. Uma corrente positivista que sustenta a lógica da migração espontânea que tem como base os projetos migratórios planejados e decididos sob a égide do livre arbítrio. Esta corrente encobre, dentre outros elementos, o problema da “necessidade” de migrar sob a legitimação da “liberdade” de ir e vir. Na contramão desta corrente está a teoria crítica que analisa os deslocamentos compulsórios. Tem como ponto de partida as contradições inerentes ao sistema capitalista que, na sua essência,

³ O vocábulo “opção” aparece entre aspas para indicar o caráter compulsório da migração que é marcada pela violência sutil que empurra os trabalhadores para a migração. A selva peruana há muitas décadas, enfrenta o crescimento do latifúndio, a perda dos territórios indígenas e os grandes projetos de concessões de florestas a grandes empresários ligados ao setor madeireiro. Todos esses fatores implicam num conflito agrário permanente que força os pobres à migração.

produz os mecanismos que provocam a mobilidade humana, ora para deslocar mão-de-obra, ora para fazer circular as pessoas no mesmo nível da circulação das mercadorias, ora para servir aos interesses puramente econômicos abalizados pelos controles políticos transnacionais.

Nesse sentido, as migrações compulsórias aparecem como um dos principais fenômenos, correlacionados com a globalização. Este fenômeno, nas palavras do Papa Bento XVI, assumiu, no decurso do século XX, uma configuração, por assim dizer, estrutural, tornando-se uma característica importante do mercado do trabalho a nível mundial. Esse tipo de migração é conseqüência, entre outras coisas, do poderoso estímulo exercido pela globalização⁴ que insiste em tratar a mobilidade humana como algo “natural” aos novos processos e modos de produção capitalista.

Nas diversas esferas da migração contemporânea, encontram-se os migrantes econômicos, os refugiados, os exilados, os deslocados e os migrantes econômicos que saem de suas cidades ou de suas pátrias, de forma eminentemente compulsória, em busca de melhores condições de sobrevivência. Essas categorias constituem um fenômeno de importância mundial⁵ e fazem parte da complexidade dos variados fenômenos sociais, econômicos e políticos, que se configuram no interior dos espaços marcados pela globalização. Segundo os relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Internacional para as Migrações (OIM 2000), há aproximadamente mais de 175 milhões de migrantes em todo o mundo.

Cerca de 10% da população mundial, enfim, migra atualmente para se salvar dos pavores econômicos e de suas conseqüências. Desemprego em massa e pauperização tornaram-se condição estrutural do mundo contemporâneo. Os migrantes não constituem mais um “exército industrial

⁴ Papa Bento XVI. Migrações: sinal dos tempos. Mensagem para o 92º dia mundial do migrante e do refugiado. Vaticano, 18 de Outubro de 2005. Boletim do SPM nº Especial - Ano II - novembro 2005.

⁵ United Nations/Department of Economic and Social Affairs/ Population Division, 1998, p. 1.

de reserva”, mas, sim, integram um “lixo social” de difícil reciclagem humanística (HEIDEMANN, 2004, p. 28).

Nesta análise de Heidemann, a migração faz parte da dimensão estrutural da sociedade pós-moderna, na sua configuração histórica. Ou seja, não se trata de um fenômeno que surge por acaso. Faz parte de um modelo de sociedade excludente que provoca os fluxos migratórios para servir aos interesses principalmente econômicos deste modelo de sociedade.

Mesmo diante da complexidade do fenômeno migratório e de sua leitura no campo teórico, não é possível deixar de reconhecer que a migração sempre representou um movimento de transformações profundas e de enriquecimento recíproco para as sociedades. Entretanto, boa parte dos migrantes que circulam pelo mundo atualmente, não o faz por sua livre decisão ou “ato de vontade” e sim por imposições de ordem política, econômica, social ou cultural.

Por outro lado, o deslocamento compulsório está na gênese de muitos processos migratórios e vem sendo objeto de reflexão nos estudos sociológicos, demográficos, geográficos, antropológicos, dentre outros. No caso do estudo da migração da tríplice-fronteira Brasil, Peru e Colômbia, a compreensão dos elementos causadores da migração econômica ou do refúgio é essencial para compreender o fenômeno como um todo e para a escolha do conjunto de teorias que podem aprofundar o estudo sobre os refugiados e deslocados, à luz da sociologia dos deslocamentos forçados. Carlos B. Vainer⁶, um dos principais expoentes desta problematização teórica nos estudos migratórios afirma que,

[...] há que se reconhecer que os processos aqui referidos denunciam a crise de “teorias migratórias” que, inspiradas no economicismo liberal neoclássico ou no economicismo do determinismo estruturalista, sistematicamente desconhecem a dimensão política do fato migratório. Falamos aqui da incapacidade dessas teorias de compreender que as

⁶ Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

relações entre grupos sociais, corpos e território, e é disso que se trata quando se fala de deslocamentos de populações no espaço, remetem a processos de dominação – e não apenas a processos econômicos. A violência aparece-nos, agora, como a metáfora pura, perfeita, do exercício do poder sobre os corpos e o território. Poder de estado, quase sempre, mas não apenas (VAINER, 2001, p. 182).

Esta abordagem tem incidência direta nas políticas migratórias, hoje mais conhecidas em nível internacional como políticas da mobilidade humana. Entretanto soma-se com os aspectos econômicos e políticos a questão da militarização que, cada vez mais, incide diretamente no controle dos deslocamentos humanos, nas fronteiras e, sobretudo, na criminalização dos migrantes. Esta dimensão implica na intervenção direta das forças armadas na expulsão violenta de grupos que vivem em espaços destinados a grandes projetos estatais ou privados, geralmente implicando grandes financiamentos internacionais. Prova disso é o processo de deslocamento interno na Colômbia, em que o exército nacional vem intervindo de forma arbitrária e violenta, se encarregando dos deslocamentos forçados, com o auxílio de forças paralelas ou terceirizadas que utilizam as mesmas estratégias militares.

Partindo destes elementos que norteiam uma análise a partir da sociologia dos deslocamentos compulsórios, ou melhor, da escola crítica da sociologia, torna-se necessário abordar então as duas grandes correntes teóricas a fim de estabelecer as categorias teóricas que permitem o estudo sobre os refugiados colombianos na Amazônia e seus impactos.

1.2. A legitimação teórico-conceitual da migração voluntária

As teorias legitimadoras da migração voluntária têm suas bases nas ciências jurídicas, no campo do direito. Teoricamente, a migração voluntária implica num projeto migratório planejado e decidido livremente pelo sujeito, pela família ou pelo

grupo social que se desloca de um lugar para o outro. Nessa abordagem se encontram as correntes migratórias que são impulsionadas pelo *livre arbítrio*, um dos baluartes da Revolução Francesa, não importando o nível da migração, seja ela interna ou internacional. Determina, não só um conceito de migração, mas também uma modalidade migratória que vem diminuindo, em ordem aritmética, nas últimas décadas.

É possível perceber a aplicação deste conceito, dentre outras, pelas instituições internacionais de ajuda humanitária. Só para citar alguns exemplos, em vários relatórios da ONU, a migração é apresentada como fenômeno “naturalizado”. Ao afirmar que “*a migração é um fenômeno tão antigo como a própria história da humanidade*”, e ainda que “*Migrante é toda pessoa que se desloca a uma distância mínima especificada pelo menos uma vez durante o intervalo de migração considerado*”⁷, a ONU elabora o seu conceito de migração. Sob este conceito desenvolve sua política de ajuda e intervenção humanitária em todos os âmbitos das migrações. Em seus relatórios, destaca ainda que:

A prática de deixar a terra natal e sair à procura de melhores oportunidades econômicas e um mais elevado nível de vida tem sido parte da cena da migração internacional há séculos. Na verdade, o primeiro homem era um caçador e um coletor que perambulava de lugar a lugar à busca de comida: o homem continua a migrar a fim de melhorar sua sorte na vida (ONU, 1998)⁸.

Ainda nesta abordagem teórica, o termo migrante, por sua vez, procede do verbo latino “*migrare*”, que significa “*passar de um lugar para outro*”. Este termo é aplicado há séculos para designar o fenômeno social da mobilidade humana (CHEUICHE, 2000:85). Contudo, as migrações constituem um fenômeno específico dentro do conjunto da transferência de lugar, em geral.

⁷ ONU/Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, 1980, p. 322

⁸ Organização Internacional das Nações Unidas – ONU: Divisão de População – relatório nº 87 de 1998.

Como fenômeno social, trata-se do abandono voluntário de sua pátria ou região por parte de grupos, de famílias e mesmo de indivíduos, com ou sem a diretiva do retorno:

Não obstante sua aparente simplicidade e o intuito meramente descritivo/contábil – compatibilizar e tornar comparáveis registros e contagens demográficas de diferentes países – o conceito de *migrante* da ONU pressupõe que a migração é um ato de vontade. Com efeito, nesta definição, migrante é o sujeito, sintático e lógico, da oração: é ele quem se desloca. Estariam fora da definição aquelas pessoas que são deslocadas pela força? E aquelas que querem se deslocar e são impedidas de fazê-lo? E as que, após terem se deslocado, são constrangidas pela força a fazer o caminho de volta? Se temos em vista apenas enumerar o fato demográfico, bem podemos dar de ombros e lembrar que dinâmica demográfica não se faz com vontades, mas com eventos; assim, da mesma maneira que o desejo de ter um filho não gera um indivíduo e, conseqüentemente, é irrelevante para o entendimento da natalidade, a vontade de ficar ou de partir nada tem a ver com a mobilidade [...] Mas, ainda assim permanece a dúvida: devemos enumerar ou não os deslocamentos compulsórios? (VAINER, 1998) .

A crítica de Vainer (1998) está na direção do descomprometimento político dos estados nacionais com os deslocamentos humanos compulsórios. Sob a justificativa de que migrar é um ato de responsabilidade ou vontade pessoal, todas as suas implicações permanecem no campo pessoal. É como se não houvesse mecanismos políticos e interesses econômicos que atuam direta e indiretamente nos deslocamentos que são eminentemente compulsórios, ou seja, o ato de vontade camufla a necessidade de migrar dos sujeitos e dos grupos sociais.

No campo cultural, atualmente, muito se tem falado sobre a categoria da autodenominação como a possibilidade de entender as relações entre migrantes e "locais" e sobre a capacidade dos estrangeiros em forjarem uma identidade coletiva, ou mais simplesmente, uma previsibilidade de seu "ethos" para os "locais". Como o apresentado nos estudos de Sayad:

[...] o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que pisa em seu território; o imigrante "nasce" nesse dia para a sociedade que assim o designa. Dessa forma, ela (a sociedade) se arvora o direito de desconhecer tudo o que

antecede esse momento e esse nascimento. Esta é outra versão do etnocentrismo: só se conhece o que se tem interesse de conhecer, entende-se apenas o que se precisa entender, a necessidade cria o conhecimento; só se tem interesse intelectual por um objeto social com a condição de que esse interesse seja levado por outros interesses, com a condição de que encontre interesses de outra espécie (SAYAD, 1998, p. 16).

Nesse sentido, a categoria de “autodenominação” também pode ser encontrada nas redes migratórias forjadas pelos migrantes no país de destino migratório. Essa metodologia interpretativa rompe com as práticas pragmáticas das sociedades que querem entender os “outros”, estrangeiros, à luz de seu etnocentrismo.

Na perspectiva da autodenominação, os “outros” deixaram de ser “os diferentes” e passam a ser assimilados pelos moradores locais ou se integram como parte da sociedade local. No entanto, uma reflexão sobre uma autodenominação pode significar um distanciamento da situação de “estrangeiro” aos olhos dos outros, permitindo compreender os fluxos da vida social e a capacidade de se inserir nas relações locais. “[...] *A migração sugere também a fluidez das fronteiras entre nós e o outro, que ‘vem de fora’, será? – mas quem não é estrangeiro nestes tempos? Quem não se sente estranho, entre impotências, medos e inseguranças?*” (CASTRO, 2007, p. 75).

Em seus mais diversos níveis, ser estrangeiro é visto através da ambigüidade de ser “de origem”, de outro grupo social, e, ao mesmo tempo, estar “entre os locais”, como parte dos jogos identitários. Nos marcos clássicos dos estudos de Simmel (1983), encontramos a similaridade entre o estranho e o estrangeiro. Porém, é importante questionar até que ponto o migrante, na sua subjetividade e na luta pela sobrevivência, consegue se inserir nesse processo de autodenominação que transcende a dialética do conflito intrínseco nos processos de deslocamentos.

Outro aporte teórico que permite uma análise da migração como parte inerente do chamado mundo globalizado, não advém dos estudos migratórios, mas sim dos estudos comunicacionais. Para Martín-Barbero (1992), a teoria da comunicação parte dos descentramentos culturais, como aqueles promovidos pela mobilidade humana.

Para Martín-Barbero, tais descentramentos culturais se convertem numa espécie de deslocamentos que acontecem em cinco campos: os saberes; os territórios; as tecnicidades; as socialidades e os relatos. De início esses deslocamentos são provocados pela reorganização dos saberes sociais, que são impostos e propostos pela *Era da Informação*, o que é uma referência à obra de Manuel Castells (1999).

Nesta perspectiva, a nova forma de se agregar valor é por meio do conhecimento, que se converteu em uma força produtiva direta. Essa nova concepção de valor agregado para explicar as vantagens da mobilidade humana contemporânea, tem implicações tanto na economia como na cultura. Isso ocorre porque o desenvolvimento econômico passa a refletir o nível cultural, lançando cada nação, através dos migrantes, a um contexto mundial. Já os países que só exportam matérias-primas estão condenados a desaparecer (MARTÍN-BARBERO, 1992).

Para as teorias legitimadoras da migração voluntária, os fatores causadores da migração compulsória são relativizados. Uma vez que fazem parte do contexto, não há como evitá-lo: *“Não estamos nem no terreno da tão combatida compulsão consumista, nem no repertório de atitudes e gostos recolhidos e classificados pelas pesquisas de mercado, mas tampouco no vago mundo da simulação e do simulacro baudrillardiano”* (MARTÍN-BARBERO 1997, p. 290).

Para os defensores da migração voluntária, da mesma forma que os estudos comunicacionais transcendem as barreiras geográficas e promovem uma nova compreensão de mundo numa relação planetária, a mobilidade humana encontra-se generalizada e é parte dos processos de globalização da sociedade pós-moderna. Desta forma, o destaque é para a contribuição da migração no sentido de estabelecer as interligações entre as diversas sociedades que acolhem ou emitem migrantes.

Nas teorias clássicas, a questão da migração, segundo Thomas Robert Malthus (1766-1834), é analisada sob a ótica da teoria da superpopulação e aparece como uma consequência inevitável, chegando até mesmo a ser “naturalizada” como uma forma de fugir do ciclo de pobreza e miséria.

Essa análise está vinculada à teoria malthusiana e na concepção de que “a população, quando não controlada, cresce numa progressão geométrica, e os meios de subsistência numa progressão aritmética” daí a migração emergir como caminho natural para aqueles e aquelas que não têm acesso aos meios de subsistência. Nesse sentido, a migração aparece como justificativa para a inevitabilidade da miséria onde a migração era analisada enquanto consequência do processo de desenvolvimento do capitalismo, assim como os processos de industrialização e urbanização.

A teoria malthusiana abastece as justificativas dos teóricos economicistas que apresentam a mobilidade humana pura e simplesmente como caminho “natural” para os despossuídos, como se o Estado, os sistemas político-econômicos e a sociedade não tivessem nenhuma responsabilidade nesses processos.

Para o sistema produtor de mercadorias, os migrantes, assim como as minorias étnicas e as mulheres, tenderiam a permanecer em indústrias marginais e

no mercado secundário de trabalho, sem qualificação para conseguir remuneração melhor do que os trabalhadores nativos ou locais.

No contexto da produção de mercadorias, as redes sociais e a discriminação institucional servem para excluir os migrantes e alocá-los em empregos menos remunerados ou temporários. Imigrantes não documentados tendem a ser particularmente mais vulneráveis. Mulheres e minorias étnicas podem sofrer uma dupla ou tripla exploração face à discriminação dentro do mercado secundário. A análise que enfatiza a estratificação étnica e o mercado de trabalho segmentado combina características do conflito de classe e modelos de pluralismo cultural⁹.

Em muitas abordagens econômicas dos estudos clássicos e neoclássicos, é enfatizado que a migração internacional de trabalhadores é causada pelas diferenças de taxas salariais entre os países. Desta forma, os mercados de trabalho são os mecanismos primários pelos quais os fluxos migratórios internacionais passam a ser induzidos. Os economicistas defendem a teoria do equilíbrio de renda e emprego de diferentes países e os deslocamentos humanos seriam necessários para manter este equilíbrio.

Para os neoclássicos, o migrante calcula o custo e o benefício da experiência migratória e é isso que influencia e determina a sua decisão. A migração então, passa a ser entendida como simples somatória de indivíduos que se movem em função do diferencial de renda. Nesse parâmetro, não são analisados os processos coletivos de migração, ou seja, os fatores que movem e obrigam grupos, famílias ou até mesmo sociedades inteiras para a migração, sem permitir-lhes nenhuma

⁹ SASAKI, Elisa Massae & Gláucia de Oliveira Assis. Teorias das Migrações Internacionais. Texto apresentado no XII Encontro Nacional da ABEP 2000. GT de Migração: Sessão 3 – A migração internacional no final do século. Caxambu, MG, outubro de 2000.

alternativa que não fosse migrar em busca de trabalho e melhores condições de sobrevivência.

Essas teorias que apresentam a migração somente no seu aspecto voluntário, exercem grande influência sobre as instituições internacionais encarregadas de elaborar projetos econômicos considerando a migração somente no campo da contribuição econômica. Muito recentemente o Encontro Ibero-americano sobre Migração e Desenvolvimento, realizado em Madri, de 18 a 19 de julho de 2006, apresentou a seguinte conclusão ao considerar a situação migratória nos países ibero-americanos:

A imigração foi uma constante ao longo da história da humanidade. Tradicionalmente, a imigração se converteu num processo de enriquecimento sem o qual não se poderia explicar a atual sociedade global. Além disso, no caso particular que nos ocupa, Ibero-América não se pode compreender se não atende a este processo. Nos últimos anos quando, empurrados pela globalização, a imediatez nas comunicações e o avanço nos transportes, os movimentos migratórios se converteram num fator de mudança tanto nas sociedades de acolhida como naquelas que experimentaram a marcha dos seus cidadãos¹⁰.

Essa mesma postura justificadora dos processos migratórios como fenômeno inerente à história, do ponto de vista da compensação econômica está presente em muitos outros organismos que consideram a migração apenas do ponto de vista de seus benefícios econômicos. Essa postura é recorrente em instituições como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outras instituições, que insistem na incidência benéfica da imigração no emprego e no crescimento econômico. Esta postura é justificada por duas razões

¹⁰ A Conferência Ibero-Americana é um fórum privilegiado de consulta e encontro político que reúne anualmente aos Chefes de Estado e de Governo das 21 nações espanholas e portuguesas da América Latina e Europa. Seu objetivo é refletir sobre os desafios do entorno internacional, assim como impulsionar a cooperação, coordenação e solidariedade regionais. Os países membros da Conferência são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Paraguai, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

clássicas: a imigração aumenta a oferta de mão-de-obra e tende a influenciar de forma positiva a procura de produtos.

Segundo a OIT, em termos de oportunidades de emprego, poucos elementos permitem demonstrar que a imigração tenha levado a um aumento do desemprego. Ainda segundo a OIT, em geral, os migrantes não ocupam os postos de trabalho dos trabalhadores nacionais. Nos seus relatórios a OIT indica que as incidências da imigração sobre as finanças públicas dos países de acolhimento parecem ter sido moderadas. Enquanto defensora dos trabalhadores internacionais, insiste na prerrogativa da escassez de mão-de-obra e a fim de evitar favorecer a imigração ilegal. Ao mesmo tempo, sugere aos governos a facilitação da entrada de imigrantes no mercado de trabalho local, especialmente os mais qualificados e capazes de se adaptar¹¹.

Com essas prerrogativas as instituições internacionais não se preocupam em apresentar propostas de políticas migratórias internacionais que incidam sobre as práticas migratórias ilícitas, o tráfico de pessoas, e a exploração da mão-de-obra migratória, principalmente no caso das migrações internacionais.

Ao considerar a ligação entre migração e exercício da liberdade, ficamos impedidos de refletir a outra vertente teórica que a analisa também como consequência de imposições de fatores de diversas ordens desencadeados no campo da violência e na perda do livre arbítrio. Entra em crise um dos mitos fundadores da modernidade: a liberdade de ir e vir. Que o digam os milhões de homens e mulheres em situação de migração forçada, especialmente os refugiados.

No caso da análise da situação referente aos grupos minoritários de deslocados internos e refugiados colombianos, num processo de migração

¹¹ “Panorama Laboral 2006”. Oficina regional de la OIT para América Latina y el Caribe, Lima, 2006.

internacional mais recente no Amazonas, é necessário estabelecer nexos entre as diferentes situações de "partida" e a inserção "local" observada. Como demonstra Sayad (1998) os fenômenos relacionados à imigração, e ao modo como os migrantes se inserem em outra sociedade, não podem ser compreendidos somente em relação à sociedade de inserção. É preciso contextualizar os processos migratórios para um maior entendimento de sua complexidade e analisá-los para além das políticas econômicas compensatórias.

No que se refere aos deslocamentos compulsórios internos pelos quais passam os colombianos dentro dos limites do próprio país, o Estado Colombiano vem justificando o uso da força em nome da soberania nacional. Sob a justificativa da desmobilização das forças de resistência, as quais vêm qualificando de grupos terroristas ou *narcoguerrilheiros*¹², o Governo Colombiano conta com apoios internacionais, dentre os quais os Estados Unidos, que justificam o uso da violência contra os grupos deslocados em nome da desmobilização do conflito interno. Tudo se justifica, inclusive a expropriação dos camponeses, em nome do "progresso e desenvolvimento capitalista do país". Quando os interesses nacionais, no caso da Colômbia os interesses econômicos, são colocados acima dos direitos humanos, os deslocamentos internos são vistos como "*mal necessário*" em nome da manutenção dos projetos desenvolvimentistas¹³.

As teorias economicistas e desenvolvimentistas continuam legitimando esses processos de deslocamentos internos e externos, tendo como um de seus principais desdobramentos o grande índice de refugiados que busca em outros países a proteção para suas vidas.

¹² Uma maneira sutil de relacionar os guerrilheiros aos narcotraficantes de drogas na Colômbia. Esse termo vem sendo utilizado pela mídia como forma de estigmatizar e desqualificar os guerrilheiros.

¹³ Nos próximos capítulos retomaremos esta temática mais detalhadamente e com maior propriedade.

Um dos maiores legitimadores do desenvolvimentismo economicista à custa da intervenção do estado é o teórico inglês John Maynard Keynes (1883 – 1946)¹⁴ para o qual a mobilidade humana é perfeitamente compreensível a partir da demanda internacional do emprego. Keynes tem encontrado milhares de adeptos, especialmente aqueles que buscam justificativas para desenvolver políticas econômicas com financiamentos das grandes potências internacionais.

É em nome do desenvolvimento econômico que o atual governo Álvaro Uribe vem intervindo com políticas altamente expulsadoras de grupos humanos de regiões estratégicas para a implantação de grandes projetos econômicos internacionais. Nesse sentido, a teoria keinesiana da demanda do emprego é acrescida pela necessidade do avanço do capitalismo neoliberal, mesmo que às custas de verdadeiros etnocídios e deslocamentos compulsórios.

Esta teoria prevê que tudo e todos os que estiverem no caminho do desenvolvimento devem ser deslocados para não atrapalhar o avanço do capitalismo neoliberal. Com a intervenção do estado, todas as estratégias passam a ter validade, inclusive o uso da força militar. Os migrantes, refugiados, apátridas, deslocados internos e tantas outras categorias migratórias passam a ser analisadas então, nesta lógica desenvolvimentista, como consequência inevitável e necessária dos processos econômicos mundiais.

¹⁴ A principal obra que trata da legitimação da intervenção do estado na economia é a *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (*General theory of employment, interest and money*). Tradutor: CRUZ, Mário Ribeiro da. São Paulo: Editora Atlas, 1992. Nesta obra, a questão do emprego é vista como questão de demandas locais e internacionais. Nesse sentido, a mobilidade humana motivada pelo deslocamento do emprego se torna perfeitamente “natural” uma vez que está em jogo o interesse econômico acima de qualquer coisa.

1.3. Algumas abordagens teórico-conceituais da sociologia dos deslocamentos compulsórios à luz da escola crítica

Nos estudos migratórios há uma corrente que trata a migração decorrente de fenômenos que forçam as pessoas ou os grupos sociais a deslocamentos não planejados. Ou seja, deslocamentos forçados e impetrados de forma arbitrária por agentes externos que não vislumbram a participação dos sujeitos no exercício da liberdade ou da livre vontade de migrar. Nos estudos contemporâneos, Said (1999), insere os estudos migratórios na análise dos problemas sociais, econômicos e políticos atuais:

Pois certamente uma das características mais lamentáveis da época [mundo contemporâneo] é ter gerado mais refugiados, imigrantes, deslocados e exilados do que qualquer outro período da história, em grande parte como acompanhamento e, ironicamente, consequência dos grandes conflitos pós-coloniais e imperiais (SAID, 1999. p. 406).

Nessa vertente teórica são analisados fluxos de deslocamentos compulsórios de muitas espécies e não somente aqueles aos quais são atribuídos elementos de causas “naturais” ou as vítimas das guerras. Em se tratando de deslocamentos compulsórios, a guerra do desenvolvimento tem sido tão implacável quanto as guerras propriamente ditas. E suas vítimas, sem dúvida alguma, bem mais numerosas (Vainer, 2001).

Muitos são os teóricos que analisam a migração sob o ponto de vista da saída forçada ou compulsória e apresentam sua contribuição aos estudos migratórios. Eric Hobsbawm, em sua obra “Era do Capital: 1848 - 1875”, analisa os processos migratórios em esferas nacionais e internacionais, refletindo sobre seu caráter permanente ou temporário e identificando o lugar que ocupa as migrações no cenário internacional.

A falta de alternativas para permanência impulsiona o sujeito à migração subjugando-o a colocar-se em marcha sob o peso de uma violência “simbólica” e concreta, praticada em diversas dimensões. Como define Lélío Mármora:

[...]esto se encuentra íntimamente relacionado con tres cuestiones básicas: en primer lugar, con la pérdida del poder del Estado en el contexto de globalización y, por supuesto, el efecto de esta pérdida sobre el movimiento de las personas; en segundo lugar, con nuevas situaciones económicas, políticas, sociales y culturales que se han dado en el escenario mundial, y que afectan tanto a los procesos como a las políticas migratorias; y, en tercer lugar, con el poder del Estado o los cambios con respecto al poder del Estado frente a la sociedad civil y la opinión pública o frente a las presiones de la sociedad civil y la opinión pública (MÁRMORA, 2000, p.19).

Da mesma forma que o poder do Estado, e não somente este, pode lançar mão da violência para expulsar e forçar deslocamentos, também pode utilizá-la para bloqueá-los e impedi-los. Esse fator se torna muito evidente na observação dos grupos inteiros confinados em campos de refugiados e nas barreiras que impedem as pessoas de adentrar às fronteiras “super-monitoradas” pela vigilância dos departamentos de imigração das grandes potências internacionais.

Isso ocorre principalmente porque atualmente o mundo se polariza entre regiões cada vez mais ricas e outras cada dia mais pobres. Por um lado, defende-se que o capital e as mercadorias podem circular livremente, mas o mesmo não ocorre com os trabalhadores. Para estes, erguem-se cada vez mais muros físicos ou políticos, ou seja, implantam-se sempre mais políticas restritivas que entravam a circulação dos imigrantes, ainda que necessários, porém indesejados.

As teorias migratórias inspiradas no economicismo liberal neoclássico ou no economicismo do determinismo estruturalista, sistematicamente desconhecem a dimensão política do fato migratório que remete também a processos de dominação e não apenas a processos econômicos.

Na verdade, o paradoxo, ou, se se prefere, a confusão, apenas denuncia a existência do que se poderia chamar de “ponto cego da

teoria migratória”. A referência tem em vista o lugar e o significado da violência nos processos de deslocamentos de população nas sociedades modernas. O que se pretende mostrar é que, justamente quando o discurso liberal sobre a liberdade impõe-se como hegemônico. Este silêncio ensurdecedor sobre a violência deve ser rompido. Não se trata de capricho ou de pulsão denunciadora dos males do sistema; trata-se de afirmar que o reconhecimento da realidade das migrações contemporâneas são impossíveis se não se supera este silêncio e se coloca a violência como uma das dimensões e processos centrais para o entendimento da distribuição espacial das populações (VAINER, 2001, p. 182).

A partir desta abordagem, se evidencia a complexidade teórica para uma análise da situação da mobilidade humana como um todo e em especial dos deslocamentos compulsórios. O ato de migrar implica numa série de fatores de escala econômica, política, cultural, religiosa, climática, entre outros, tanto na ordem do deslocamento quanto na ordem da nova alocação do indivíduo ou de uma coletividade (SILVA, 2001, p. 489). Ainda segundo Vainer (1996), permanecem silêncios teóricos que não dão conta de explicar os deslocamentos compulsórios efetuados pela força da violência institucionalizada pelos sistemas econômicos vigentes.

Para alguns teóricos da teoria crítica, da vertente marxista, o desenvolvimento do conhecimento científico e técnico, ao propiciar o crescimento e o aperfeiçoamento das forças produtivas, provê o sistema capitalista de um mecanismo regulador das relações produtivas. Desta forma, "*se institucionaliza a introdução de novas tecnologias e de novas estratégias*", isto é, "*institucionaliza-se a inovação enquanto tal*", cumprindo a ciência e a técnica o papel de legitimar a dominação (Habermas 1987, p. 62). Esta mesma dinâmica institucionaliza os deslocamentos compulsórios dos trabalhadores em vista de suprir as necessidades do mercado imediato.

Nesse sentido, os processos migratórios são estratégias de controle do sistema produtor de mercadorias que desloca fluxos de trabalhadores para atender

as exigências do capital que transcende o papel do Estado. Isso ocorre porque, segundo Habermas, com o crescimento das forças produtivas, modificaram-se as atribuições do Estado. A empresa passou, de forma crescente, a intervir no planejamento da vida econômica, direcionando decisões que anteriormente cabiam à esfera social, e assumindo atribuições que eram tradicionalmente da competência dos aparelhos do Estado. Este, por sua vez, passou a intervir diretamente na economia, assumindo, no capitalismo contemporâneo, a função de preservar as relações de produção, submetendo-se às determinações do capital global, com o qual busca conciliar os interesses nacionais. O deslocamento compulsório de trabalhadores é característico do modo capitalista de produção desde seus primórdios como bem descrito nas etnografias de Friedrich Engels (1820 – 1895) na célebre obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, publicado pela primeira vez em março de 1845:

Já aludimos, em várias passagens, aos irlandeses que vieram instalar-se na Inglaterra; devemos, agora, examinar mais de perto as causas e os efeitos dessa migração. O rápido desenvolvimento da indústria britânica não teria sido possível se a Inglaterra não dispusesse de uma reserva – a numerosa e pobre população da Irlanda. Os irlandeses, em sua terra, nada tinham a perder e, na Inglaterra, muito a ganhar; e desde que se difundiu na Irlanda a notícia de que, a oriente do canal de St. George, qualquer homem robusto tinha a possibilidade de encontrar um trabalho seguro e um bom salário, grupos de irlandeses atravessaram-no todos os anos. Calcula-se que até hoje imigraram mais de 1 milhão de pessoas e que, ainda agora, 50 mil chegam anualmente à Inglaterra (ENGELS, 2008, p. 131).

Esses estudos de Engels subsidiaram, com grande propriedade, as críticas que Marx desenvolve à cumplicidade do Estado nos deslocamentos de trabalhadores para a manutenção do chamado *exército de reserva*. Já se passaram quase dois séculos e o deslocamento de trabalhadores continua sendo uma das principais características do capitalismo pós-moderno nos seus mais variados desdobramentos. A atual migração econômica, que hoje é também conhecida nos

estudos migratórios como o deslocamento compulsório de trabalhadores, é muito similar ao fenômeno descrito por Engels.

Também é possível identificar o processo de envolvimento e cumplicidade do Estado sob a égide do capitalismo global na obra Michel de Foucault *“Em defesa da sociedade”* (1999). Sua reflexão apresenta uma importante explicação das especificidades e da maneira pela qual se articulam duas tecnologias de poder que se sobrepõem nas sociedades modernas: *“a tecnologia do adestramento disciplinar e a tecnologia securacional-reguladora, as disciplinas e o biopoder. Trata-se de dois conjuntos de mecanismos que, ao invés de se excluírem, ajustam-se, acomodam-se um sobre o outro”* (FOUCAULT, 1999, pp. 285-315). Nessa análise o Estado se apresenta de forma normatizada *“A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar”* (FOUCAULT, 1999, p. 302). O conjunto de normas com o qual o Estado se municia, permite-lhe, ao mesmo tempo, controlar a disciplina dos corpos e os acontecimentos aleatórios de uma população. É isso que Foucault, define como biopoder do Estado. O que significa que seus mecanismos cobrem a superfície que vai do orgânico ao biológico, do corpo aos sujeitos.

Ao transportar a teoria de Foucault para os processos migratórios, é possível analisar os mecanismos provocadores e reguladores da migração sob o controle do Estado, ou melhor, da chamada atual sociedade globalizada. Ou seja, o mesmo Estado que provoca os deslocamentos migratórios compulsórios, é o que regula os fluxos migratórios em um sistema político centrado no biopoder. Uma das formas deste controle, identificada por Foucault é o racismo, que nos estudos migratórios recebe a conotação de xenofobia. Esta aversão ao outro, ao estrangeiro enquanto o estranho que chega, a aversão ao imigrante.

A xenofobia tem suas raízes no Estado porque é aplicada ao outro pelo simples fato dele não ser um compatriota. Nas conclusões de Foucault, pelo racismo, introduz-se no domínio contínuo da vida, o corte entre aquele que deve viver e aquele que deve morrer. Com o racismo, o tema da guerra das raças é inteiramente substituído pela idéia de que "*a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura*" (FOUCAULT, 1999, p. 305).

Na raiz das relações xenófobas estão os muros que impedem o ingresso dos migrantes ilegais e a legitimação dos decretos de deportação e a criminalização da migração internacional. Nela, mesmo que de forma sutil, se fundamentam as políticas migratórias com base nas leis de segurança nacional e tantas outras formas legais, estabelecidas pelo aparato do Estado para controlar e punir as migrações indesejáveis, que ao mesmo tempo, são necessárias¹⁵.

1.4. Algumas causas e impactos da migração forçada segundo a sociologia dos deslocamentos compulsórios

Dentre as várias causas da migração internacional compulsória, se destacam os conflitos armados, a opressão política, a pobreza, a ausência de redes de segurança para as necessidades fundamentais, a degradação do ambiente, os desequilíbrios demográficos, os fatores climáticos, o processo acelerado de urbanização e a falta de participação nos processos políticos e muitos outros¹⁶. Todos esses fatores constituem um conjunto de causas que dão origem a uma

¹⁵ Retomaremos o tema da xenofobia posteriormente em um capítulo mais específico.

¹⁶ Pontifício Conselho da Pastoral para os Migrantes e os Itinerantes: Nota Introdutória das Separatas dos discursos do Santo Padre e das declarações da Santa Sé sobre os refugiados e os deslocados (de 01 de Fevereiro de 2002 à 31 de Janeiro de 2003).

emigração de fuga destas condições de vida. Mas, na raiz de todos esses processos, está um sistema de dominação econômica, com abrangência mundial:

[...] não se pode falar de migrações, discriminação e resistência sem questionar os fundamentos do sistema produtor de mercadorias. Os mobilizados deslocados, os migrantes, foram socializados indiretamente como membros de uma sociedade produtora de mercadorias. A forma valor e o equivalente geral, o dinheiro, fazem parte de uma grande máquina social, do “sujeito automático” nas palavras de Marx (HEIDEMANN, 2004, p. 29).

Para Heidemann, as causas destas migrações são os ajustes estruturais nacionais ou internacionais que aumentam a onda de imigrantes indocumentados, que, não tendo perspectivas de vida em seus países, sujeitam-se às piores condições de vida nos países receptores e, o que é mais grave, sem poder exigir seus direitos¹⁷.

Para a Escola crítica, os movimentos migratórios correspondem, em sua maioria, às necessidades de demanda dos países industrializados por mão-de-obra barata e sem qualificação para agricultura, alimentação, construção, indústria têxtil, serviços domésticos e cuidados com os doentes, idosos e crianças no âmbito doméstico. Nos Estados Unidos, o destino dos imigrantes em geral são os trabalhos sujos, perigosos e difíceis. No Japão o destino é mais cruel, cabem-lhes os trabalhos pesados, perigosos, sujos, exigentes e indesejáveis.

Uma análise mais profunda do fenômeno poderia revelar uma série de problemas relacionados aos limites e contradições presentes na essência do atual sistema econômico baseado na concentração da renda, no lucro exacerbado, na exploração da força de trabalho, na busca obcecada pela tecnologia avançada em detrimento da exclusão eminente da mão-de-obra. O capitalismo vem gerando crescente desemprego, submetendo as pessoas ao subemprego, ao mercado

¹⁷ Comentários de Luiz Bassegio da secretaria do Grito dos Excluídos Continental por ocasião da abertura do Seminário intitulado *O Grito dos Migrantes* em 24 de julho de 2004.

informal de trabalho e tantos outros problemas sociais que se escondem por trás das manobras econômicas.

Nestes contextos se originam muitos deslocamentos compulsórios, que eminentemente são de migrantes trabalhadores, ora expropriados de suas terras, de seus postos de trabalho e emprego, ora pressionados pela falta de oportunidades. Eles se vêem obrigados a migrar em busca de alternativas de sobrevivência, como bem aborda a advogada e pesquisadora Rosita Milesi do Instituto Migrações e Direitos Humanos – IMDH:

As migrações, via de regra, representam a parte visível de transformações invisíveis. A mobilidade humana constitui, muitas vezes, o termômetro que aponta para mudanças ainda em gestação, uma espécie de iceberg de numerosos fatos sociais. A História registra, não raro, que transformações da sociedade foram precedidas ou seguidas de intensos deslocamentos humanos, levando-nos a pensar que os migrantes sejam, na verdade, protagonistas privilegiados dessas mudanças históricas (MILESI, 2001. p. 566).

No quadro internacional, as tensões vividas em torno das migrações, acabam denotando a contradição maior que o sistema econômico globalizado está hoje impondo ao mundo: ao mesmo tempo em que o neoliberalismo propugna a livre circulação do capital, cria mecanismos de restrição à movimentação das pessoas. Nesse sentido, o capital pode circular à vontade, para auferir os ganhos proporcionados pela especulação, favorecida pela extrema dependência financeira imposta aos países empobrecidos, escravos do endividamento externo.

É por isso que na atualidade o contexto dos deslocamentos compulsórios da força de trabalho, apresenta-se como contraditório e complexo. Ao mesmo tempo em que os imigrantes são duplamente indesejados porque “chegam” trazendo uma outra cultura, um outro jeito de ser e de se comportar na sociedade de destino, são rejeitados porque “chegam” para “roubar” os empregos dos nacionais.

Entretanto, enquanto nova força de trabalho os migrantes continuam sendo necessários para realizar determinados serviços que a maioria da população não quer fazer. São os chamados trabalhos “sujos”. O racismo e a xenofobia fazem com que os poderosos do mundo finjam não perceber isso, e os migrantes são sempre vistos como indesejáveis. Mesmo que o Estado tenha plena consciência de que são necessários¹⁸, não cria mecanismos para estabelecer políticas migratórias inclusivas. Segundo Mary Garcia Castro, assessora da Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI),

[...] uma política de imigração não se limita a legislar sobre a entrada, mas também tem que expressar o que se entende por integração, indo além do marco legal, pois deveria abarcar aspectos como a educação, a habitação, a saúde e a participação política e cidadã, entre outras [...] No campo das organizações internacionais, a questão migratória vem estimulando o debate sobre a importância dos acordos multilaterais, fortalecimento dos blocos regionais e de entidades supranacionais, ou seja, questionando, também, o estado da institucionalidade internacional (CASTRO, 2007, pp.73-74).

De modo geral, o que se observa são políticas cada vez mais restritivas. Como o que vem ocorrendo nos últimos tempos na Europa com a chamada Diretiva de Retorno. Esta recente decisão do Parlamento Europeu determinou uma política que determina a detenção e expulsão dos imigrantes irregulares, ou seja, aqueles que se encontram no território europeu sem os devidos documentos legais. Esta aprovação se apresenta como uma grande contradição na dita sociedade pós-moderna, como afirma o Pe. Alfredo Gonçalves:

A Diretiva de Retorno faz ruir por terra um dos poucos efeitos positivos da chamada globalização, a saber, a possibilidade de maior integração e solidariedade de povos e culturas distintas. Essa ameaça que pesa hoje sobre mais de 8 milhões de pessoas não fere apenas o direito de ir e vir, viola também os direitos humanos, o direito sagrado a uma nova chance de vida. Por um lado, as fronteiras do mundo todo se escancaram cada vez mais às notícias e informações, ao capital financeiro e mercadorias, à tecnologia de

¹⁸ Marcelo Barros: artigo **Travessias na desordem Global** (22 de junho de 2004) - encarte dos escritos para a 19ª Semana Nacional dos Migrantes – 2004.

ponta e serviços em geral, convertendo o planeta numa aldeia. Por outro lado, a política migratória, com suas leis restritivas e controles rígidos, se fecha e se enrijece duramente diante dos sonhos e projetos dos trabalhadores. A contradição é flagrante, para não dizer criminosa: incentiva-se as relações entre as coisas e o dinheiro, ao mesmo tempo que se cerram as portas aos intercâmbios humanos. Os “sem papéis” o são frente a quem e a quê? O que os torna “clandestinos, ilegais ou extra-comunitários”? No fundo, não passam de homens e mulheres, em sua maioria jovens cheios de energia, cujo objetivo é viver com dignidade de pessoa humana. Com seus exíguos apetrechos, carregam no coração e na alma a força vital de mover não somente a si mesmos, mas de pôr em marcha a família, a sociedade e a própria história. Onde está o crime? Por que prendê-los e deportá-los? Por que criminalizar o ato de migrar? ¹⁹.

Para a sociologia dos deslocamentos compulsórios, esse processo de criminalização dos migrantes já vem sendo tratado nas políticas migratórias restritivas dos países que se dizem “saturados de estrangeiros”. São os mesmos países que num passado muito recente abriu suas fronteiras para o ingresso de trabalhadores internacionais. Agora que já não os necessita, simplesmente decreta o seu retorno sob a prerrogativa de que se encontram em condições irregulares em seus países legalistas e burocratizados.

Nesta perspectiva dialética e fenomenológica, tendo como suporte teórico a antropologia, a sociologia e os estudos de comunicacionais, Néstor García Canclini (2005), analisa o mundo atual estruturalmente marcado pela globalização interdependente, que ora unifica e ora divide, que ora aprofunda velhos antagonismos e ora cria outros inéditos como a Diretiva do Retorno na pós-moderna e velha Europa.

1.5. A xenofobia como consequência dos deslocamentos compulsórios

Um dos subterfúgios da Diretiva do Retorno é a criminalização da migração e, conseqüentemente dos migrantes, o que conduz à xenofobia que se apresenta cada

¹⁹ Pe. Alfredo Gonçalves é o coordenador Geral do Instituto dos missionários Scalabrinianos, Congregação Religiosa que se dedica à assistência aos migrantes e aos estudos migratórios. Concedeu esta entrevista à Radio Criciúma, em Santa Catarina, no último dia 24 de junho de 2008.

vez mais disseminada nos países receptores. Sobre essa temática, o Documento final, número 291 da Comissão do Contributo para a Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Conexa, realizada em 1 de Junho de 2001, apresenta alguns elementos conceituais que merecem ser mencionados neste estudo.

Segundo o Documento 291, a xenofobia é um preconceito etnocentrista com antagonismo, repúdio, incompreensão, desconfiança e fobia contra grupos étnicos aos quais não se pertence. A xenofobia é outra encarnação da intolerância, como o racismo, e o termo é empregado, geralmente para descrever a hostilidade frente às pessoas que procedem de outros lugares ou países, à sua cultura, valores ou tradições.

O Documento 291 insiste ainda que o preconceito legitima a maioria étnica dominante arbitrar medidas discriminatórias contra as outras realidades étnicas. Em tempos de transnacionalização econômica e globalização sociocultural, surgiram fatos de xenofobia como os que aconteceram na Europa “integrada” e contemporânea. Enquanto cresce o número de grupos abertamente declarados racistas nos Estados Unidos emerge também a intolerância expressa contra os migrantes dos países limítrofes em vários países latino-americanos.

Ainda, segundo o documento 291, a continuidade de um pensamento derivado de estruturas coloniais e a vinculação entre o racismo, a xenofobia e o nacionalismo seria estabelecida por atitudes, mobilizações e culturas institucionais indicadas, mas também pela discriminação e a exclusão que causam e promovem determinadas ideologias nacionalistas. Nesse sentido, a xenofobia é o resumo das diversas formas de racismo, discriminação e exclusão, associadas à busca pela

homogeneidade nacional, que promovem códigos de identidade excludentes e fecham o acesso à cidadania a determinados grupos.

Do ponto de vista da sociologia dos deslocamentos compulsórios, a grande relevância do Documento 291 é a preocupação com a proliferação de muitos grupos nacionalistas e de extrema direita, em vários países, que fazem uso do racismo como objeto de sua mobilização e convocação ideológica contra os grupos migrantes. Numa análise mais crítica, o Documento indica que é no mínimo curioso que, *“nesses momentos, em que se difundem os benefícios da globalização e da integração regional e sub-regional, surge uma série de ações nos países receptores de migrantes, que se caracterizam por ser estigmatizantes, discriminadoras e racistas”*. Esses estigmas pesam aos ombros dos trabalhadores migrantes, deslocados pela violência política ou, em vários casos, refugiados econômicos.

1.6. Alguns aspectos teórico-conceituais sobre a questão dos refugiados, os deslocamentos compulsórios e o caso dos *desplazados* na Colômbia.

Como já foi mencionado anteriormente, dentre as diversas categorias migratórias, os refugiados e deslocados internos se convertem num grupo altamente vulnerável por sua condição. Deslocados internos e refugiados são categorias intimamente correlacionadas. No campo teórico, são analisados em duas vertentes, uma institucional, marcada pela análise positivista e outra teórica-crítica.

No campo institucional, encontramos uma análise quantitativa, conceitual e positivista do termo refugiado. O maior expoente desta vertente institucional é o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR²⁰. Segundo esta

²⁰ O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados foi criado em 14 de Dezembro de 1950 pela Assembléia Geral das Nações Unidas que atribuiu ao ACNUR o mandato de conduzir e coordenar a ação internacional para proteção dos refugiados e procurar soluções para os problemas a eles relacionados.

instituição, sempre preocupada com dados quantitativos, atualmente existe no mundo, cerca de 37,4 milhões de refugiados.

A definição oficial do termo refugiado foi estabelecida pela Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e declara que:

Um refugiado(a) é toda a pessoa que por causa de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontre-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer regressar ao mesmo²¹.

Nesta definição não está contida a dimensão compulsória da saída forçada dos sujeitos sociais mobilizados por questões alheias à sua condição. O conceito, declaradamente positivista e funcionalista, mantém o caráter do traslado automático dos sujeitos enquanto vítimas das perseguições nas suas mais variadas instâncias. Mais recentemente, outra definição acompanha os documentos do ACNUR onde aparece o termo compulsório na conotação de “forçadas”:

Refugiadas são pessoas comuns que foram forçadas a abandonar a sua terra para fugirem das guerras, perseguições e violações de direitos humanos. Um refugiado é uma pessoa que "receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país"²².

Os verbos “abandonar” e “fugir”, complementam o grau de deslocamento compulsório dos sujeitos em situação de refúgio. Conforme esta definição, a categoria “refugiados” exige uma atenção especial, não somente no campo da abordagem teórica, mas também no campo da proteção, como está contida na Declaração de Cartagena²³. Para o ACNUR esta declaração sobre os Refugiados é a que contém a melhor tradição latino-americana em matéria de asilo e direitos

²¹ A Convenção de 1951 foi adotada em Genebra, sob a égide do ACNUR. E acrescenta a esta definição os refugiados políticos.

²² Nações Unidas, Colectânea de Tratados, vol. 189, pág. 37

²³ Cartagena, Novembro de 1984.

humanos. Ela constitui um instrumento fundamental para a proteção dos refugiados, tornando-se um antecedente indispensável para esta temática.

Já a Convenção da Organização de Unidade Africana (OUA)²⁴ que entrou em vigor em 20 de Junho de 1974, de acordo com o artigo XI, afirma que:

O termo refugiado aplica-se a qualquer pessoa que, receando com razão, ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontra fora do país da sua nacionalidade e não possa, ou em virtude daquele receio, não queira requerer a proteção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país da sua anterior residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude desse receio, não queira lá voltar. O termo refugiado aplica-se também a qualquer pessoa que, devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade, seja obrigada a deixar o lugar da residência habitual para procurar refúgio noutra lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade (ONU, 1981).

Nesta definição, além dos elementos jurídicos normatizados pelas convenções internacionais, há o complemento da violência que “*obriga as pessoas a deixar o lugar da residência habitual*”. A obrigatoriedade da saída compulsória indica a falta de alternativas na urgência de garantir e proteger a vida das pessoas vítimas das mais diversas situações de perseguição e ameaça de morte. Desta forma, o ACNUR considera que uma pessoa que foge da guerra ou de situações com ela relacionadas, cujo Estado não quer ou é incapaz de proteger, necessita de proteção internacional, devendo ser considerada como refugiada. Segundo a Convenção de Genebra (1951), refugiado é:

Qualquer pessoa que, receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país²⁵.

²⁴ Texto: Nações Unidas: Coletânea de Tratados n. 146 (1981).

²⁵ Definição de refugiado segundo a Convenção de Genebra

A indicativa da proteção está relacionada diretamente ao medo, receio, de perder a própria vida em razão da perseguição. Porém, um dado chama a atenção nesta Convenção de Genebra: o emprego dos verbos “*poder*” e “*querer*”. A conotação da dimensão pessoal sobressai neste conceito como se o sujeito perseguido tivesse a chance de se defender perante as instituições de seu país. Como recorrer à proteção do mesmo Estado impetrante das condições de perseguição? No caso concreto da conjuntura da Colômbia, onde é o próprio Estado que vem estabelecendo o conflito permanente sob a justificativa da desmobilização, como é que a vítima poderia requerer ajuda oficial naquele país? Como fica a dimensão compulsória que força a vítima a sair em disparada, muitas vezes sem nem mesmo o direito de trazer consigo seus próprios documentos pessoais? Abordaremos novamente esta questão durante a análise dos depoimentos e declarações dos refugiados que não “*quiseram*” e nem sequer “*puderam*” recorrer à ajuda e proteção de seu Estado, uma vez que se sentiam perseguidas e prejudicada pelo próprio.

Atualmente, há outras realidades que se enquadram na condição de refúgio como é o caso do Protocolo de 1967, relativo ao Estatuto dos Refugiados²⁶. O referido documento apresenta algumas situações específicas para a condição de refugiado como a situação dos homossexuais que podem ser elegíveis para o estatuto de refugiado com base em perseguição devida à pertença a um grupo social particular. É orientação do ACNUR considerar que devem ser reconhecidas como refugiadas as pessoas que estão sujeitas a ofensas, tratamentos desumanos ou a grave discriminação devido à sua homossexualidade e cujos governos não são capazes ou não as queiram proteger.

²⁶ Nações Unidas, Colectânea de Tratados, vol. 606, pág. 267

Também na França, Canadá e nos Estados Unidos da América, foi oficialmente reconhecido que as mutilações genitais representam uma forma de perseguição e que *“as mulheres que receiam essas mutilações nos seus países de origem, têm uma razão válida para requerer o estatuto de refugiado”*.

Outra categoria contemplada no protocolo são as mulheres que podem, obviamente, ser perseguidas por razões políticas, étnicas ou religiosas, devido à sua raça ou pertença a certos tipos de grupos sociais. O ACNUR considera que alguém que não aceita uma discriminação grave ou outro tratamento desumano, equivalente à perseguição, por não se conformar com códigos sociais rígidos, tem fundamentos para ser considerado como um refugiado e acolhido em outro país. O ACNUR compreende que esta perseguição pode *“emanar das autoridades governamentais ou, na ausência de uma adequada proteção por parte delas, de agentes não governamentais”*. Nesta mesma ótica, também a violência sexual, incluindo a violação, pode constituir perseguição e é motivo de refúgio.

Está contida, em quase todas as definições apresentadas, a questão da perseguição ou a ameaça de morte. São termos que se encontram intimamente relacionados com a dimensão compulsória. Ou seja, é a perseguição que força as pessoas ou grupos ao deslocamento. Elas não se deslocam, são sumariamente deslocadas. Sob a justificativa da perseguição é que as agências internacionais, neste caso a principal delas é o ACNUR, mobilizam recursos para oferecer proteção aos perseguidos. O curioso é que os mesmos Estados Nacionais que promovem ou permitem a situação de perseguição, se encarregam de proteger as vítimas sob a égide das Nações Unidas²⁷.

²⁷ Como é o caso dos deslocados internos da Colômbia que são mobilizados pela ação do Plano Colômbia, financiado pelos Estados Unidos que depois investe recursos no ACNUR para atender as vítimas do seu próprio projeto de intervenção.

No campo da sociologia crítica, atualmente, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, vem apresentando importantes contribuições para a sociologia dos deslocamentos compulsórios, com suas análises sobre a temática dos refugiados numa sociedade cada vez mais excludente. Para Bauman,

As portas podem estar fechadas, mas o problema não irá embora, por mais bem resistentes que sejam as trancas. Elas nada podem fazer para suavizar ou delimitar as forças que causam o deslocamento e transformam seres humanos em refugiados. As trancas podem ajudar a manter o problema de fora da vista e da mente, mas não podem forçá-lo a se afastar de nossa vida. E assim, cada vez mais, os refugiados se vêem sob fogo cruzado – mais exatamente, numa encruzilhada. Eles são expulsos à força ou afugentados de seus países nativos, mas sua entrada é recusada em todos os outros. Não *mudam* de lugar – perdem seu lugar na terra, catapultados para lugar algum [...]. Para um flutuante “lugar sem lugar, existente por si mesmo, fechado em si mesmo e ao mesmo tempo abandonado na infinidade do mar (BAUMAN, 2004, pp. 163-164).

Seguindo a perspectiva de Bauman, são os fatores externos e estruturais que levam os sujeitos vitimizados ao refúgio. Novamente a prerrogativa da força e a violência que compele ao refúgio. As pessoas *não se refugiam*. O refúgio se lhes é imposto como a única forma de sobreviver às atrocidades e perseguições a que são submetidas em seus países. Uma preocupação especial de Bauman recai sobre o destino dos refugiados. Para onde vão? Quem os acolherá? “*Catapultados para lugar algum*”. Nessa perspectiva, os milhares de refugiados denunciam as contradições da sociedade pós-moderna. Por um lado se venera o apogeu da globalização, por outro lado, se catapultam milhares de pessoas, totalmente excluídas do sistema produtor e circulador de mercadorias. Ainda seguindo a reflexão de Bauman:

[...] Por associação repetida, a expressão “em busca de asilo” adquiriu um sabor pejorativo. Grande parte do tempo e da capacidade cerebral dos estadistas da “União Européia” é empregada no planejamento de formas cada vez mais sofisticadas de fechar e fortificar fronteiras, bem como dos processos mais eficazes para se livrarem de pessoas em busca de pão e abrigo que,

apesar de tudo, tenham conseguido cruzá-las (BAUMAN, 2004, p. 165).

Até parece que Bauman já estava prevendo a Diretiva do Retorno e todas as suas implicações para os migrantes, deslocados e refugiados. Na verdade, quando se vive num mundo mediado pelas relações capitalistas, não é muito difícil prever o pior para os pobres e excluídos do sistema, como dizia Vainer, ao qual nos referimos no início deste capítulo.

Até aqui, foram analisadas algumas definições do termo refugiados, a fim de identificar as correntes teóricas que encaram a questão do refúgio como consequência “natural” de processos de violência e as correntes teóricas que questionam os fatores provocadores de refúgio. Nesta mesma problematização, uma outra terminologia merece uma abordagem específica, por se tratar de uma realidade implicada na continuidade da reflexão proposta neste estudo. É a categoria dos deslocados internos ou dos “*desplazados*”, como é definida na língua espanhola.

A categoria dos deslocados internos, relativamente antiga, parece ser a mais complexa para a análise das teorias migratórias. Apesar de não serem beneficiários de uma convenção específica, como é o caso dos refugiados, os deslocados internos são protegidos por vários instrumentos jurídicos, principalmente as legislações de abrangência nacional e a legislação sobre direitos humanos. Ainda no caso de se encontrarem em um Estado que passa por um conflito armado, os deslocados são protegidos pelo Direito Internacional Humanitário.

A maioria dos deslocados internos é formada por cidadãos do Estado onde se encontram. Nessa condição, têm direito à total proteção das leis nacionais e dos direitos que elas garantem aos cidadãos do país, sem nenhuma implicação resultante da situação de deslocamento na qual estão inseridos. A descrição mais

empregada pela comunidade internacional para definir o termo foi formulada em 1998 por Francis Deng, o representante para Deslocados Internos do secretariado geral das Nações Unidas. Ela aparece no documento da ONU intitulado “Princípios Orientadores Sobre Deslocamentos Internos” e diz o seguinte:

Deslocados internos são pessoas ou grupos de pessoas que foram forçadas ou obrigadas a deixar os seus lares ou locais de residência habitual, particularmente como resultado de, ou a fim de evitar, os efeitos de conflitos armados, situações de violência generalizada, violações dos Direitos Humanos, desastres naturais ou provocados pelo homem, e que não cruzaram uma fronteira internacionalmente reconhecida de um Estado (ONU, 1998).

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV)²⁸ acredita que esta descrição não é fácil de ser aplicada em um contexto operacional, pois é muito abrangente e inclui muitos grupos com diferentes necessidades sob a mesma categoria. Além disso, ela cria o risco de diminuir a proteção à qual a população civil como um todo tem direito. Na visão do CICV, as pessoas deslocadas dentro de um país e afetadas por um conflito armado são primárias e principalmente civis, e como tais são protegidas pelo Direito Internacional Humanitário (DIH).

As estatísticas sobre deslocados internos devem ser vistas com muita cautela. Na verdade, o próprio conceito de deslocados varia de uma organização para outra, visto que depende do escopo de ação da organização específica e os critérios que esta aplica para definir as causas e duração dos deslocamentos. Como resultados, existem debates e divergências freqüentes entre organizações humanitárias e governos a respeito das cifras oficiais das populações deslocadas.

²⁸ No site deste instituição encontramos a seguinte definição para o CICV: É uma organização humanitária com a sua sede em Genebra, com um mandato da comunidade internacional para servir de guardião ao Direito Internacional Humanitário e é também o órgão fundador do Movimento da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Foi fundado em 1863 e se chamava *Comitê Internacional para ajuda aos militares feridos nas guerras*. Em sua auto-definição, a instituição insiste nos termos: privada apolítica, humanitária neutra, imparcial e independente. Entretanto, para seguir existindo, necessariamente deve continuar existindo conflitos internos e guerras.

Três fatores têm alimentado o debate sobre deslocados internos no seio da comunidade internacional: o fim da Guerra Fria, a proliferação dos conflitos internos, e a conscientização sobre a proteção insuficiente concedida aos deslocados. Várias medidas foram tomadas em resposta às preocupações internacionais referentes aos deslocados, dentre elas a nomeação de Francis Deng, em 1992, como Representante do Secretário-Geral para os deslocados, bem como a formulação dos “Princípios orientadores sobre deslocamentos internos”²⁹.

O ACNUR tem publicado uma grande quantidade de material sobre o tema dos deslocados. Um documento de informação, digno de nota, foi publicado em maio de 2000, intitulado “*Deslocados internos: o papel do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados*”. Este documento descreve o papel de liderança que o ACNUR se propõe a exercer na proteção e assistência aos deslocados, dada à similaridade crescente entre a sina destes e aquela dos refugiados.

Em dezembro de 1999 as agências da ONU adotaram, através do Comitê Permanente Inter-Agências, um documento sobre a política de proteção aos deslocados, com diretrizes para coordenação inter-agências. O Comitê Permanente também estabeleceu mecanismos para aprimorar a resposta humanitária às necessidades dos deslocados.

Em julho de 2000, foi criada a Rede Inter-Agências de Alto Nível sobre Deslocamentos Internos. Meses antes, em janeiro do mesmo ano, foi criada a chamada Unidade de Deslocados que é uma equipe não-operacional composta de funcionários cedidos das agências principais da ONU e de Organizações Não-Governamentais – ONG`s, para o atendimento aos deslocados.

²⁹ No nível político a questão foi defendida por Richard Holbrooke, o Embaixador dos EUA no Conselho de Segurança da ONU em seu pronunciamento àquele órgão, em janeiro de 2000, quando enfatizou as deficiências na coordenação inter-institucional e pediu que a responsabilidade pelos deslocados fosse colocada sob um único ente administrativo.

Na Colômbia, a categoria de deslocados, traduzida para “desplazados”, assume uma conotação ainda mais complexa para os estudos migratórios. Mais que uma categoria, trata-se de uma realidade muito peculiar.

O Estado Colombiano não admite estar em situação de guerra há mais de meio século. Conseqüentemente, não reconhece as vítimas diretas e indiretas do conflito permanente. Ou seja, não admite que tenha deslocados internos por causa da guerra. Por isso a terminologia “*desplazados*” que indica os “sem pátria”, expulsos de seus territórios, expropriados de seus bens e práticas culturais, permanece em lugar do termo “*deslocados internos*”. Segundo os relatórios do ACNUR, a Colômbia é o país com o maior número de “desplazados” internos do mundo, devido ao conflito nacional que vive há décadas. Neste caso específico, todos os sujeitos sociais em situação de refúgio, passaram antes pelo processo de deslocamento ou “*desplazamento*” interno. Ou seja, não é possível estudar o refugiado colombiano sem antes entender a categoria “*desplazado*” que surge por causa da guerra, ou se preferir, do conflito interno da Colômbia.

Nas teorias migratórias, o termo “desplazados” determina uma categoria de deslocados muito peculiar, especialmente aqueles que foram forçados a buscar proteção em outros países e não conseguiram atingir o status de refugiados.

No caso específico dos colombianos, os desplazados vivem sempre na condição do provisório. Almejam ardentemente regressar à suas antigas propriedades, mas são impedidas porque os conflitos permanecem acirrados. Nos últimos anos, muitos desplazados colombianos adentraram as fronteiras brasileiras. No Estado do Amazonas não existe ainda nenhum suporte de atendimento específico e eficiente para os colombianos nestas condições. O número de colombianos que ingressam no Brasil, fugindo dos conflitos internos que assolam a

Colômbia, aumentou desde 2004, principalmente com ingresso nas fronteiras da Amazônia³⁰. "*São refugiados internos que chegam a Letícia, vindos do centro da Colômbia ou de outras regiões do país, protegendo sua família de possíveis recrutamentos forçados, e logo entram no Brasil*", explicou recentemente Luis Varese, do escritório do ACNUR em Brasília.

Voltando ao campo teórico, tanto o ACNUR quanto a Cruz Vermelha, e as demais agências internacionais ligadas ou não à ONU, não estão preocupados em analisar as causas provocadoras dos fluxos de refugiados e deslocados. Tampouco não estão preocupados com suas conseqüências. Cabe-lhes apenas "remediar" a situação promovendo assistência humanitária às vítimas. Justamente por isso, sua vertente teórica, para a compreensão dos deslocamentos com suas atenuantes e complexidades, é a vertente positivista das teorias que justificam o fenômeno dos deslocamentos internos e internacionais como parte do contexto globalizado. Cabe aos estudos migratórios a problematização desta compreensão como tentaremos apresentar nos próximos capítulos, tendo como base teórica a sociologia dos deslocamentos compulsórios.

³⁰ Luis Varese, representante no Brasil do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), disse a jornalistas que estimativas da agência indicam que cerca de 4 mil colombianos estão informalmente no Brasil, tendo ingressado como turistas ou com passaportes temporários.

Capítulo II – A MIGRAÇÃO FRONTEIRIÇA NA AMAZÔNIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIOLOGIA DOS DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS.

Também relacionada à referida reacomodação das esferas de poder em escala nacional e internacional, temos a *geração de deslocamentos de massa ligados à multiplicação de conflitos regionais*. A África, em geral, mas também o caso colombiano na América Latina, assim como o da Ásia do Sul e Central, mostram o crescimento dos deslocamentos dentro das fronteiras nacionais e, no caso de agravamento da situação, para além das mesmas, alimentando os fluxos de refugiados.

(Helion Póvoa Neto)**

Este capítulo se faz necessário no conjunto deste estudo sobre os impactos do ingresso dos refugiados colombianos na Amazônia, justamente porque cumpre com o propósito de situar a região pesquisada não apenas nos aspectos geopolíticos, mas, sobretudo nos aspectos sócio-políticos, econômicos e demográficos.

Ao situar a região estudada, localizamos realidades e situações eminentemente transfronteiriças, ou seja, estão presentes num contexto mais amplo que os limites territoriais.

Outra dimensão importante que justifica a inserção desta temática neste capítulo é a emergência da compreensão da mobilidade humana nos contextos fronteiriços na América Latina que vem caracterizando uma novidade nos estudos

** Conferir em PÓVOA NETO, Helion. A criminalização das migrações na nova ordem internacional. In: PÓVOA NETO, Helion e FERRREIRA, Ademir Pacelli (Orgs.) Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005 – pp. 305-306).

migratórios e na sociologia dos deslocamentos compulsórios. Até pouco tempo, quando se falava de migração fronteiriça, se remetia às fronteiras européias ou norte-americanas. Entretanto, é cada vez mais recorrente a mobilidade humana nas fronteiras dos países em desenvolvimento. É o que pretendemos demonstrar ao longo deste capítulo que insere a temática dos deslocamentos forçados na conjuntura das fronteiras da Amazônia.

2.1. Deslocamentos compulsórios na tríplice fronteira Peru, Colômbia e Brasil: uma sociologia da espacialidade

A migração entre os países fronteiriços é uma constante nos itinerários migratórios e se insere no conjunto dos processos de mobilidade humana em nível regional e internacional. No Amazonas, essa temática vem emergindo com certa intensidade devido ao fenômeno da migração de trabalhadores peruanos para a Amazônia e, mais recentemente, do ingresso de refugiados colombianos, a partir da tríplice-fronteira Peru, Colômbia e Brasil.

Esta análise torna-se pertinente pelo fato de situar os impactos da migração fronteiriça na cidade de Manaus, como o que vem ocorrendo com os migrantes bolivianos na cidade de São Paulo, que se pode conferir nos estudos do antropólogo Sidney Antônio da Silva (2001).

2.2. A idéia de fronteira e a migração fronteiriça

Antes de adentrar a temática da migração fronteiriça, é oportuno apresentar algumas reflexões que podem contribuir para visualizar o contexto específico da tríplice-fronteira da qual nos referimos. Nesse sentido, a fronteira passa a ser

analisada enquanto campo teórico da sociologia, das ciências sociais ou humanas. Não se trata de compreender um conceito de fronteira, mas sim de refletir sobre a idéia de fronteira que perpassa a análise das migrações fronteiriças.

Como ponto de partida para refletir a idéia de fronteira, vale contar com a contribuição de Fredrik Barth (2000) em seu capítulo sobre os "Grupos étnicos e suas fronteiras" onde apresenta a fronteira como o lugar do confronto do "tu" com o "outro", dos encontros e desencontros, das definições e da auto-afirmação identitária. A fronteira aparece para Barth com um significado que extrapola a categoria de "lugar" ou espaço geográfico.

Outra contribuição muito importante para uma sociologia das fronteiras são os estudos de José de Souza Martins. Só para citar apenas uma das suas diversas inferências sobre essa temática, vale ressaltar a construção de uma categoria sociológica para compreender os movimentos migratórios dentro dos limites do Brasil:

A situação de fronteira [é] um ponto de referência privilegiado para a pesquisa sociológica porque encerra maior riqueza de possibilidades históricas do que outras situações sociais. Em grande parte porque mais do que o confronto entre grupos sociais com interesses conflitivos, agrega a esse conflito também o conflito entre historicidades desencontradas (MARTINS, 1997, p.182).

Partindo desta abordagem, a fronteira é analisada enquanto uma "situação" que pode estar indicando um processo de transitoriedade, ou seja, não se trata necessariamente de um "lugar", mas de um determinado contexto com suas variadas significações e, ao mesmo tempo, um campo teórico para a pesquisa sociológica. Essa concepção de Martins é muito oportuna para a compreensão da fronteira enquanto a "passagem" de uma situação para outra adversa. Essa transição, no entanto, não se dá com ausência de "conflitos", que também pode ser analisado sob inúmeras possibilidades que vão desde o conflito interior pelo qual

passa o indivíduo no processo migratório, até o conflito social no encontro ou confronto com outros novos sujeitos sociais.

Também está contida nesta análise a idéia de “tempo” em constante modificação. Esta concepção pode tranquilamente ser aplicada para a compreensão da migração enquanto “mobilidade humana”. Essa é uma categoria relativamente nova. Foi criada a partir da idéia de globalização ou “mundialização”, de permeabilização ou até mesmo da idéia da extinção de fronteiras políticas, econômicas, culturais e simbólicas. Também se relaciona com a idéia de simultaneidade de tempos e espaços. Esta última é amplamente difundida pelo sociólogo espanhol Manuel Castells em sua obra *A sociedade em rede* (CASTELLS, 1999) onde busca esclarecer a dinâmica econômica e social da nova era da informação. Para Castells as fronteiras dão lugar às transformações simultâneas. Procura formular uma teoria que dê conta dos efeitos fundamentais da tecnologia da informação no mundo contemporâneo. Sua análise busca identificar uma nova estrutura social influenciada pelos sistemas de redes interligadas. Uma sociedade globalizada e centrada no uso e aplicação da informação. Quando tratamos de uma realidade específica da Amazônia, esse conceito se torna muito complexo, dado o grau de complexidade da própria região.

Aprofundando um pouco mais a análise, percebe-se que é imprescindível a discussão sobre os diversos conteúdos que o conceito de fronteiras vem assumindo ao longo da história, nas mais diferentes culturas e sociedades. Daí o interesse de teóricos das mais diversas áreas de conhecimento. Vale recordar uma definição bastante antiga do pensador Castilhos Goycochêa, em seus estudos sobre as fronteiras, incluindo a Amazônia em 1943. Preocupado com o peso da idéia de “fronteira” ele escreve:

A primeira divisa foi riscada no terreno pelo primeiro ser que compreendeu sua posição em face do semelhante mais próximo. Da propriedade individual passou à soberania coletiva, isto é, à casa, à cidade, da cidade à província e desta ao país. Tudo tem limites, raias, lindes, cercas, muros ou designação outra que vise as características das posses materiais, de alguém, homem ou entidade social (GOYCOCHÉA, 1943, p. 42).

Essa reflexão aponta para a fronteira como a divisa, separação de espaços ou delimitações, sejam de lugares físicos ou de atribuições funcionais. No caso do Brasil, essa definição deve ter sido de grande importância no processo de criação da Lei de Segurança Nacional, no período da ditadura militar. Nesse período, a delimitação dos espaços era a principal preocupação do Estado Nacional, não se importando com as relações que transpunham as fronteiras, como é o caso da tríplice-fronteira Brasil, Peru e Colômbia. Pode ser por isso que a própria Lei de Migrações, ou melhor, de “Estrangeiros”, apresenta tantas “limitações” em suas tantas “delimitações” de fronteiras.

Nos estudos mais localizados é de grande importância o trabalho do geógrafo Ricardo José Batista Nogueira que tratou a temática da fronteira Brasil-Colômbia em sua tese de doutorado, recentemente publicada. Para ele,

Nos dias atuais, a expressão “fronteira” vem sendo utilizada em diversos sentidos, que vão desde o limite entre dois Estados-nacionais, talvez o limite mais comum, até em diversos sentidos figurados, como superação de tabus culturais, diferença entre as ciências, o limiar entre a vida e a morte, barreiras e determinados assuntos, diferenças sócio-econômicas [...] a Amazônia foi e continua sendo definida como de fronteira (NOGUEIRA, 2007, p. 44).

Essa gama de significados permite a inserção da temática da mobilidade humana na fronteira, onde a Amazônia se apresenta como espaço privilegiado tanto para o destino migratório, como espaço de transição por onde passam migrantes, deslocados e refugiados em direção a outras regiões do Brasil ou até mesmo para outros países.

Em um artigo publicado na revista *Somanlu* (2005), ao analisar as cidades de Tabatinga, do lado brasileiro da fronteira, e Letícia, do lado colombiano, Nogueira afirma que:

Como cidade de fronteira, carrega, comumente, na visão dos que estão de fora, o estigma do lugar perigoso, lugar onde reina a contravenção, criando um ar de suspeição sobre seus moradores. Aqui, procuraremos focar a *fronteira percebida*, entendendo esta como um lugar que é percebido, pelo centro do país, a partir da imagem construída sobre esta condição (NOGUEIRA, 2005, p.182).

Esta análise é muito importante para a compreensão da categoria que o referido autor denomina de *fronteira percebida*. Parece referir-se ao olhar arbitrário e inquisidor do ponto de vista de quem está do lado externo do referido contexto. Novamente a fronteira é o “lugar” do conflito, dos estigmas, dos perigos. É a forma como a fronteira é percebida, por quem não se encontra inserido na conjuntura local. Esta percepção é muito recorrente nos relatórios técnicos de órgãos governamentais na elaboração de políticas para a Amazônia a partir de uma análise externa e fora de contexto.

Ainda na seqüência de sua reflexão, apresenta outra análise da fronteira no campo do imaginário, afirmando que:

Talvez a imagem mais corrente que se faz da fronteira seja aquela que a mostra como lugar onde o contrabando, o tráfico de produtos ocorre com maior freqüência em virtude do aproveitamento das diferenças dos regimes fiscais, legais inerentes a cada Estado-nacional. Mas não só isso. A subordinação do cidadão às leis, aos códigos de seu Estado torna-o cidadão de um Estado, cujas leis são limitadas espacialmente. Assim, a fronteira acaba sendo um lugar privilegiado de refúgio aos agentes das atividades ilícitas (NOGUEIRA, 2005, p. 182).

Esta é uma análise mais localizada no campo da jurisdição ou da jurisprudência que pode fornecer elementos para se compreender os processos de criminalização impetrados sobre os migrantes que adentram as fronteiras dos países limítrofes. Esse fenômeno tem ocorrido de forma significativa na tríplice-fronteira

Brasil, Peru e Colômbia, o que tentaremos aprofundar ainda neste texto. A criminalização dos migrantes é um dos principais problemas enfrentados pelas migrações fronteiriças. Por isso, os estudos migratórios têm dedicado grandes esforços para a análise desta categoria da mobilidade humana nas fronteiras.

Nos estudos migratórios, a fronteira é analisada sob diversos pontos de vista. Trataremos neste artigo da análise que provém da compreensão da fronteira como o “lugar” onde se processam saídas e chegadas, encontros e confrontos, numa dinâmica de conflito permanente. Ou ainda o “lugar de passagem” marcado pelos confrontos da ordem estrutural, cultural, social, política e econômica dos países fronteiriços.

A fronteira também é vista como o lugar onde as diferenças se evidenciam e são geradoras de conflitos culturais e sociais (MOLINA, 2001). Por outro lado, é na fronteira que as distâncias também se estreitam e as diferenças passam por um processo de re-elaboração. Então, a fronteira passa a ser também o divisor de águas determinante para a construção de novas relações que extrapolam as próprias fronteiras geopolíticas e se estendem por outras regiões a partir do momento em que os migrantes adentram aos países limítrofes. Para quem vive na fronteira, a idéia de limites geográficos não representa necessariamente uma limitação às relações, que são estabelecidas para além dos limites geográficos. Contudo, não se podem ignorar os entraves, principalmente de ordem política, presentes nos limites geográficos, de forma ainda mais acentuada quando se refere a uma conjuntura de trílice-fronteira.

Para muitos povos que vivem nas fronteiras geopolíticas dos países, a idéia de limites geográficos é algo muito abstrato e complexo (GEORGE, 1977). Esse conceito de fronteira é ainda relativamente novo para muitos habitantes fronteiriços e

está mais relacionado com a construção da idéia de território ou territorialidade, que, via de regra, transcende as fronteiras geopolíticas institucionalizadas.

A migração de países fronteiriços para o Brasil é um fenômeno relativamente antigo. Depois de receber grandes fluxos migratórios provenientes da Europa, no início do século 20, o Brasil passou por uma fase de migração interna muito intensa, marcada predominantemente pelo êxodo rural, e, a partir do final da década de 70, passa a ser grande receptor de imigrantes dos países fronteiriços (bolivianos, chilenos, paraguaios, peruanos e outros hispano-americanos).

Paradoxalmente ao fluxo de saída de milhares de brasileiros que migraram para o estrangeiro, o Brasil passa a acolher outros milhares de migrantes dos países vizinhos que vêm tentar uma vida mais digna em terras brasileiras. Para se ter uma idéia do volume dessa migração, só em São Paulo vivem mais de 150 mil bolivianos, a maioria em condição irregular, explorados por pequenas indústrias de confecções, em condições injustas de trabalho e de vida. É o que afirma Sidney Silva:

Pode-se dizer que a presença hispano-americana no Brasil não constitui um fenômeno novo, mas tem se mantido com uma certa regularidade, mesmo a partir dos anos de 1930, quando a maioria dos países da região adotou políticas migratórias protecionistas. Tais medidas visavam, antes de tudo, proteger o mercado da mão-de-obra nacional, o qual começava a expandir-se com o emergente processo de industrialização em alguns países, como o Brasil, a Argentina, a Venezuela, entre outros. No entanto, é a partir da década de 1970 que tal presença começa a ganhar relevância, em razão das transformações econômicas e dos regimes autoritários que se instalaram em grande parte dos países da região. Mesmo sob um regime de exceção, o Brasil passou a ser destino de hispano-americanos, particularmente do Chile, Argentina e Uruguai, os quais tentaram reconstruir as suas vidas no anonimato que uma grande metrópole enseja, como é o caso de São Paulo (SILVA, 2001, p. 490).

Durante muito tempo, o destino mais procurado dos imigrantes latino-americanos no Brasil era a cidade de São Paulo, talvez por ser a maior cidade do país, ou por apresentar maiores possibilidades de emprego, ou por sua extensão e localização, por sua pluralidade, ou por tantos outros atrativos que somente uma

grande metrópole pode oferecer e que, de certa forma, fascinava, e continua fascinando, contingentes migratórios. Porém, a partir da década de 1980, outras capitais, e algumas cidades de médio e grande porte do Brasil, também passaram a ser ponto de referência para a migração de hispano-americanos.

Tendo como referência a realidade brasileira, que a partir da metade do século passado, enfrentou, com grande ênfase, a migração interna, com grandes fluxos de deslocamentos regionais e intra-regionais (MARTINS, 1997) podemos apostar na hipótese de que os migrantes hispano-americanos também passaram por esse mesmo processo migratório interno em seus países de origem. É muito provável que tenham enfrentado deslocamentos internos e êxodos rurais tão intensos como os ocorridos no Brasil. Ou seja, passaram pelos mesmos fenômenos de deslocamentos internos, de êxodo rural, chegando ao ponto de avançarem para as fronteiras do Estado Brasileiro (OLIVEIRA, 2006), num processo de migração que não se caracteriza predominantemente espontâneo:

A migração, portanto, ao longo da história do Brasil, tem sido um fenômeno compulsório: os migrantes são obrigados a deixar a sua terra em busca de uma vida melhor em outros lugares ou países. Isso acontece porque os interesses econômicos das elites dominantes sempre estiveram por trás das grandes migrações no Brasil (BASSEGIO, 2004, p.57).

Esse mesmo processo de migração interna com vistas à migração internacional ocorreu também nos países de fronteira com a Amazônia, especialmente o Peru e a Colômbia, objetos da presente análise.

Para uma melhor compreensão da mobilidade humana na referida tríplice-fronteira, com vistas ao Brasil, se faz necessário abordar os processos migratórios de cada um dos dois países limítrofes. Desta forma, é possível identificar os elementos que determinam cada um dos fluxos migratórios com suas

especificidades que vão desde a migração de trabalhadores peruanos até o fenômeno do ingresso de refugiados colombianos em terras brasileiras.

Retomando o capítulo anterior, essa análise vai ser importante porque ajuda a diferenciar os migrantes econômicos, especialmente os peruanos, dos refugiados colombianos que vivem atualmente na Amazônia. Essa diferenciação é necessária porque cada categoria necessita de políticas diferenciadas. O problema é que muitas vezes as instituições nacionais ou internacionais encarregadas das políticas migratórias insistem em tratar categorias tão distintas como se fossem iguais.

2.3. Migrantes Econômicos no Amazonas

O principal fluxo migratório internacional de migrantes econômicos na Amazônia são os peruanos. Para compreender porque esse fluxo vem se apresentando em ordem crescente nos últimos anos, é necessário compreender o fenômeno desde sua origem.

Particularmente no Peru, a migração interna mais acentuada data do início do século XX. A estrutura econômica e social do país foi determinada fortemente por seus antecedentes de uma sociedade conservadora, que vem mantendo uma separação desigual entre o branco, a burguesia dominante e os indígenas, e, conseqüentemente, um dualismo cultural: uma cultura da corte ocidental (legado dos colonizadores) e outra cultura indígena com uma grande população espalhada por toda a região andina, sobrevivendo com uma economia de subsistência, deixados à margem do desenvolvimento do país (PONCE, 1970, p.65).

Vários fatores podem ser identificados nesse percurso migratório ³¹, adentrando nas fronteiras brasileiras, até a fixação de um significativo número de migrantes peruanos espalhados em várias cidades da Amazônia. Dentre esses fatores, podemos destacar a violência institucionalizada conhecida como o sangrento período da ditadura do general Velasco Alvarado³², considerado como um dos elementos que mais impulsionou os deslocamentos compulsórios no Peru até os dias atuais. Somam-se a esses elementos os conflitos agrários, o avanço do latifúndio e os processos de industrialização nos moldes capitalistas que se tornaram impulsionadores da migração compulsória no Peru forçadas pelas estruturas sócio-políticas e econômicas que extrapolam os projetos migratórios planejados pelos sujeitos da migração.

Os maiores fluxos desses deslocamentos compulsórios são oriundos da região da selva peruana que faz fronteira com o Estado do Amazonas. Esses migrantes foram deslocados, num primeiro ciclo, dentro dos próprios limites regionais. Esse processo se deu, primeiramente, dos pequenos povoados e aldeias interioranas para as cidades maiores, tais como Arequipa, Iquitos, Yurimaguas e Pucallpa. Todas essas cidades passaram por um acelerado processo de urbanização nas últimas décadas.

Somente num segundo processo de migração compulsória é que houve um novo direcionamento desses fluxos migratórios, em larga escala para o Chile e para a Amazônia brasileira. A entrada com maior relevância de peruanos em território amazonense se deu a partir de meados da década de 1980 e da primeira metade da

³¹ Conforme os relatórios do Instituto del Mundo del Trabajo (com sede em Buenos Aires), nº 12 de Maio de 2004, o principal fator causador da migração na América Latina é o desemprego crescente e a falta de alternativas econômicas para as classes populares empobrecidas

³² O golpe militar de 03 de outubro de 1968. Uma vez instaurada a longa ditadura militar, que se estendeu até 29 de agosto de 1975, o país começou um dos períodos mais sangrentos de sua história.

década de 1990³³ e se tratava de um fluxo eminentemente de migrantes trabalhadores, os chamados migrantes econômicos.

A escolha da cidade de Manaus como alternativa de migração, ou a permanência temporária em outras cidades do interior do Amazonas, no itinerário migratório dos peruanos, na maioria dos casos analisados, deu-se por aquela mesma “ilusão do fausto” (DIAS, 1999), do ideário de crescimento econômico e do pseudo-progresso que fascinou igualmente a tantos migrantes nacionais, provenientes de outras regiões do Brasil, e muitos estrangeiros.

Como já foi dito anteriormente, um problema muito sério nesse vai-e-vem nas fronteiras é o acesso irregular ou extra-oficial, de pessoas que ingressam nos países fronteiriços sem os documentos necessários³⁴. Do lado brasileiro, a fiscalização federal de fronteiras é intensa em algumas áreas, porém, considerando a vastidão da selva amazônica, é humanamente impossível manter um controle totalmente eficaz nessas condições de traslado permanente facilitado pelas distâncias geográficas.

Ainda como fronteira controlada, o Estado brasileiro dispõe nesta região fronteiriça de policiais federais, cujo encargo principal é a repressão ao tráfico de drogas e o controle de entrada e saída de estrangeiros. Possuem, para isso, um posto de fiscalização flutuante no rio Solimões à jusante de Tabatinga, conhecida por Base Anzol, onde realizam a revista de todas as embarcações que descem em direção a Manaus. A própria Polícia Federal estima em 15 mil o número de clandestinos no Estado do Amazonas. De fato, quem sobe o Solimões começa a perceber, a partir de Tefé, a presença de peruanos, principalmente, atuando em diversas atividades, como camelô, ajudante de embarcações, pequenos comércios, embora venha sendo também freqüente a presença de médicos e odontólogos tanto colombianos como peruanos atuando profissionalmente nas mais diversas cidades da Amazônia Ocidental (NOGUEIRA, 2007, 172)

³³ Segundo os formulários de atendimento do escritório do Serviço Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Manaus, a maioria dos migrantes declara que sua entrada na Amazônia brasileira se deu há menos de 10 anos. A década de 1990 aponta o maior número de entradas.

³⁴ Visto de turista que permite a permanência legal por até noventa dias, ou contrato internacional de trabalho previamente tramitado ou ainda visto de estudante, pesquisador, ou outras modalidades previstas na Lei nº. 6.815.

Outro fator que contribui para a facilitação da entrada de peruanos indocumentados é o preço da viagem entre os dois países. Todos os dias, pelo menos duas embarcações de transporte fluvial de passageiros, e duas companhias aéreas, com itinerário Manaus/Tabatinga, Tabatinga/Manaus, operam no traslado de centenas de peruanos ou brasileiros que fazem esse percurso, com bilhetes de passagens com preços relativamente acessíveis.

Além da facilitação do transporte até a fronteira, os migrantes ainda contam com alternativas de transporte fluvial de igual facilidade, da fronteira do país até outras localidades no interior da selva peruana como Iquitos, Yurimaguas e Pucallpa. Esse percurso abriu caminhos para muitos migrantes que não dispunham de condições financeiras para investir numa viagem de maiores custos para outros países ou mesmo para outras regiões do Peru. Diferentemente do intenso fluxo de migrantes peruanos, direcionado para os Estados Unidos, Japão ou alguns países da Europa, a categoria migratória deslocada para o Amazonas é caracterizada por pessoas que não dispõem dos recursos financeiros necessários para uma migração com destinos mais ampliados.

A maioria quantitativa dos migrantes peruanos que vivem no Amazonas apresenta algumas características em comum: são camponeses ou pertencentes a etnias indígenas provenientes da chamada Região da Selva Peruana; apresentam um histórico de migração interna no Peru e, não raras vezes, reproduzem esse circuito migratório também nos municípios do interior do Estado do Amazonas até a chegada em Manaus. Poucos têm qualificação profissional, dentre eles há alguns médicos, enfermeiros, dentistas, bioquímicos, engenheiros, contadores, arquitetos, técnicos em geral, dentre outras categorias profissionais. No geral, os peruanos migram com toda a família em busca de qualquer tipo de trabalho e de melhores

condições de vida. A média de filhos é em torno de três a quatro. Muitos desses migrantes se submetem a qualquer situação de trabalho que lhes proporcione algum ganho para o sustento de suas famílias.

No Amazonas, os trabalhadores peruanos, extremamente dedicados ao trabalho, são freqüentemente explorados pelos empregadores que os contratam de forma irregular sem garantias trabalhistas e os submetem a condições desumanas de trabalho. Há situações de exploração nessas mesmas condições, impetradas por “paisanos”³⁵ que já se encontram legalizados no Brasil e exploram seus próprios conterrâneos.

As vítimas de exploração, na maioria dos casos, não denunciam os fatos por medo das autoridades e porque desconhecem os seus direitos e a legislação brasileira que proíbe todo e qualquer tipo de trabalho em condição de escravização ou exploração sumária. Boa parte dos peruanos que vivem em Manaus em situação de irregular³⁶ está inserida no mercado informal de trabalho, como ocorre com muitos outros migrantes nestas mesmas condições (OLIVEN,1996, p.26).

Na condição de clandestinos, os migrantes peruanos passam a uma rotina marcada pelo medo constante de serem denunciadas à Polícia Federal. Por isso, muitos se arriscam na tentativa de regularizar sua permanência no Brasil contraindo matrimônio com brasileiro ou brasileira, ou através de prole (filhos nascidos no Brasil) conforme prevê a exigente legislação brasileira³⁷.

³⁵ “Paisano” é a forma pela qual o peruano designa seu compatriota. Uma espécie de “conterrâneo”, da língua portuguesa.

³⁶ Há casos de peruanos que vivem em Manaus desde inícios da década de 1980 e nunca conseguiram legalizar sua situação.

³⁷ Art. 75, II, *b* da Lei nº. 6.815/80. Concessão de permanência definitiva com base em filho (a) brasileiro (a). O Conselho Nacional de Imigração, instituído pela Lei nº. 8.490, de 19 de novembro de 1992, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº. 840, de 22 de junho de 1993, considerando o disposto na Lei nº. 6.815, de 19 de agosto de 1980, art. 4º, parágrafo único, e art. 7º, que “*resolve a concessão de permanência definitiva a estrangeiros que contraírem matrimônio com cônjuge brasileiro(a)*”.

Os peruanos enfrentam sérios problemas para a regularização de sua permanência na Amazônia, principalmente porque no Brasil há grandes vazios de políticas migratórias e não se tem tradição em matéria de anistias aos estrangeiros indocumentados. Nas últimas experiências de anistia, os períodos previstos para o encaminhamento dos documentos de solicitação foram sempre muito curtos, inviabilizando o ingresso de processos junto ao Ministério da Justiça e ao Conselho Nacional de Migração. Além desse fator, os migrantes são penalizados com a cobrança de altas taxas para a tramitação dos processos e com a aplicação de multas impagáveis aos autuados. Por causa de todo esse complexo contexto, muitos migrantes peruanos vivem de forma irregular, indocumentados, em Manaus e em vários municípios do Amazonas.

Esta breve reflexão tem sua importância no todo desta pesquisa porque caracteriza a migração econômica, eminentemente de peruanos na Amazônia, o que vai se constituir num elemento totalmente diferenciador da categoria *refugiados colombianos*.

2.4. Os refugiados colombianos no Amazonas no contexto das migrações fronteiriças

No conjunto da migração fronteiriça no Amazonas, outra realidade de grande relevância é o crescente ingresso dos refugiados colombianos que solicitam refúgio na cidade fronteiriça de Tabatinga e, na sua grande maioria, se dirigem para a cidade de Manaus. Além do significativo contingente que tramita sua solicitação de refúgio na fronteira, há muitos colombianos, em situação de refúgio, que ingressam no Amazonas de forma irregular, como o que ocorre no caso dos peruanos.

MAPA DOS CONFLITOS SOCIAIS NA COLÔMBIA



Fonte: IGAC - Instituto Geográfico Agustín Codazzi – Atlas de Colombia, 1999.
Tracejado indica as regiões com maior incidência de conflitos.

Não existem números oficiais, mas algumas instituições que atendem os migrantes no Brasil, como o ACNUR, e o Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), apresentam estimativas de um contingente de mais de vinte mil colombianos em situação de refúgio, vivendo de forma irregular, indocumentados, no Amazonas. A contagem populacional deste contingente migratório seria muito importante para uma análise quantitativa porque determinaria um conjunto de medidas a serem tomadas pelos três governos fronteiriços que mantêm tratados comerciais em larga

escala, mas não apresentam uma política comum de migração nesta tríplice-fronteira. Entretanto, há muitos elementos que dificultam esta contagem, dentre elas, a ausência de mecanismos oficiais para tal empreitada.

A categoria refugiados colombianos indica um deslocamento compulsório de milhares de pessoas que passaram a ser deslocadas dentro do próprio país e lançadas para outros países desde meados do ano 2000, quando o governo dos Estados Unidos decretou o Plano Colômbia.

Dentre as várias definições, o Plano Colômbia é, de forma resumida, a intervenção dos Estados Unidos na Colômbia, sob o pretexto de combater o narcotráfico no continente. Para os críticos, é também a estratégia mais cômoda do imperialismo norte-americano, manter o controle de um dos países mais ricos em reservas naturais da Amazônia Continental. Trata-se de é um amplo programa de ajuda militar, totalizando, segundo os arquivos oficiais, mais de US\$ 1,3 bilhões. A maior parte destes recursos está destinada ao exército colombiano, apesar de seu péssimo histórico em matéria de direitos humanos e da contínua preocupação internacional sobre os vínculos entre as forças de segurança colombiana e os chamados grupos paramilitares.

As operações militares do Plano Colômbia começaram em outubro de 2000, quando o exército realizou um ataque em grande escala em Putumayo, uma região rica em petróleo, localizada na fronteira com o Equador, sob a justificativa de combater um foco da guerrilha supostamente ligado ao narcotráfico.

Para os analistas mais críticos, o combate ao narcotráfico é apenas uma desculpa porque, além do petróleo, o interesse dos Estados Unidos com o financiamento deste plano, é o controle da exploração da enorme biodiversidade da Amazônia

Colombiana, especialmente os seus recursos hídricos que, em dimensão, só perde para a Amazônia Brasileira.

Desde o início, o Plano Colômbia tem canalizado suas forças para o combate aos grupos de guerrilha, justificando que se tratam de grupos ligados ao narcotráfico. Entretanto, o que se percebe é que o alvo mesmo é a desestruturação da capacidade de mobilização que a guerrilha exerce sobre os movimentos camponeses e indígenas organizados que, historicamente, se posicionaram contra o imperialismo norte-americano. Atualmente, há muitas especulações sobre qual é o contingente dos grupos gurreilheiros. O que se sabe são as informações que eles mesmos apresentam nos boletins informativos que distribuem a fim convencer os jovens para o ingresso nos seus pelotões. As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), distribuem um folder com a informação de que contam com 15 mil integrantes, e o Exército de Libertação Nacional (ELN) informa em seus folhetos de divulgação que contam com mais de 6 mil integrantes.

Esses dois principais grupos formam a guerrilha colombiana, que a história oficial insiste em relacionar com o narcotráfico. Na verdade originaram-se a partir do movimento popular-indígena, durante a guerra civil da Colômbia, ocorrida entre o Partido Conservador (ligado à oligarquia rural) e o Partido Liberal (que representava um projeto econômico urbano-modernizador e desenvolvimentista) no final dos anos 40.

A guerra começou em 1948 após o assassinato do liberal Jorge Eliécer Gaitán, o populista que era apoiado pelos operários e camponeses, que iniciaram uma série de manifestações em todo país. Já nesta época os Estados Unidos acenaram uma intervenção no conflito, afirmando que se tratava de uma ameaça ao

capitalismo e financiaram a reação dos conservadores colombianos. Dava-se início ao longo período de repressão conhecido como *La Violência*.

A história oficial afirma que entre 1948 e 1953, morreram mais de 200 mil pessoas vítimas do conflito que, terminou promovendo um processo de concentração de renda nas mãos de alguns grupos conservadores, o que agravou ainda mais a desigualdades sociais no país. Por outro lado, houve um acentuado fortalecimento da resistência popular-armada que, influenciada pelo socialismo cubano, deu origem à formação das Farc e do ELN em 1964.

Nesta mesma década, o então presidente Julio César Turbay Ayala, conseguiu o apoio norte-americano para tentar controlar a guerrilha. A estratégia foi investir nos chamados grupos paramilitares, mais conhecidos como "*esquadrões da morte*", que foram criados exclusivamente para combater a guerrilha. A parceria para o combate consistia em treinar os integrantes paramilitares nos Estados Unidos com o financiamento dos latifundiários e dos chamados "barões da droga", que também patrocinavam as Autodefesas Unidas Colombianas (AUC).

Juntos, esses dois grupos passaram a aterrorizar a Colômbia, praticando inúmeros crimes, vitimando políticos de oposição, sindicalistas e os camponeses suspeitos de apoiar a guerrilha. Os camponeses e os indígenas, ainda hoje, são os dois segmentos sociais mais perseguidos e atacados pelos paramilitares e pelas AUC. Por isso, eles são a maioria entre os refugiados e desplazados. Os dados oficiais estimam que cerca de 12 milhões de camponeses já abandonaram suas terras nos últimos 15 anos.

Os "desplazados" e os refugiados são as vítimas diretas da violência e dos conflitos internos. São todas as pessoas que conseguem sobreviver aos ataques constantes, especialmente nos processos de desmobilização impetrados pelo Plano

Colômbia. São grupos ou famílias inteiras que se encontram entre a linha de fogo dos grupos armados. São também pessoas recrutadas pelas facções que tentam abandonar o conflito e passam a enfrentar severas perseguições e ameaças até chegar ao ponto extremo da fuga. As terras de onde os camponeses são expulsos, logo passam a servir aos interesses dos grandes capitais ou dos grupos armados para o plantio de drogas ou outras especiarias que financiam a compra de armamentos.

Do ponto de vista oficial, quando um “desplazado” colombiano ingressa no território brasileiro, mais precisamente na cidade de Tabatinga, logo tem acesso a informações para pedir seu reconhecimento pelo Comitê Nacional para os Refugiados - Conare. O órgão oficial é o responsável por receber solicitações de refúgio e determinar se os solicitantes reúnem as condições necessárias para serem reconhecidos como refugiados. Este órgão congrega representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, das Relações Exteriores, da Educação, do Desenvolvimento Social, de Departamentos da Polícia Federal e a Cáritas Nacional e o Instituto Migrações e Direitos Humanos - IMDH, representando a sociedade civil. Primeiro, o solicitante preenche um formulário para informar e justificar sua vinda ao país. Estas informações vão para a Polícia Federal e após uma média de 15 dias de entrada no pedido, consegue um protocolo do processo. A partir de então, o solicitante aguarda o julgamento de seu processo jurídico, que se dá em três partes: a primeira é a entrevista entre o solicitante e os agentes da Polícia Federal, depois, são as entrevistas com os profissionais do Conare, e, finalmente, o órgão declara sua decisão com base nessas entrevistas.

Em Manaus vivem muitos colombianos, famílias e grupos familiares, em condição de refugiados³⁸. Algumas destas pessoas já estão com o status de refúgio, outras aguardam o resultado dos processos, outras tiveram a solicitação indeferida e a grande maioria dos colombianos que vivem em Manaus em condição de refúgio, não apresentou pedido de refúgio³⁹. São pessoas muito simples, ainda assustadas e traumatizadas por causa da violência a que foram submetidas. Muitos são camponeses que perderam suas propriedades para os grupos armados que mantêm a prática de tomar as terras e obrigar os camponeses a entregar os produtos da lavoura para os converterem em armamentos que alimentam o conflito. Muitas terras se convertem em plantações de maconha ou coca para o mesmo destino. Os camponeses que resistem à invasão sofrem todo o tipo de pressão e violência até que não lhes resta alternativa a não ser a fuga compulsória. É nesse contexto que surge a categoria “desplazados”. Manteremos o vocábulo “desplazados” sem tradução para o português por se tratar de uma categoria muito específica e por não termos uma palavra que seja capaz de traduzir exatamente esta realidade migratória.

O Estado brasileiro ainda não tomou medidas específicas, no campo das políticas migratórias, com relação ao atendimento e garantia de proteção aos refugiados colombianos no Amazonas, apesar da pressão de agências internacionais como o ACNUR. Continua mantendo o primeiro atendimento aos “desplazados”, que solicitam refúgio, através da Polícia Federal, que é mais conhecida como a “linha dura” da justiça brasileira nas fronteiras. Essa mesma polícia é encarregada de “caçar” e prender os traficantes de drogas na tríplice fronteira que, categoricamente, são classificados ou estigmatizados como

³⁸ Esta temática será devidamente aprofundada no capítulo que trata das entrevistas com os refugiados e desplazados.

³⁹ Aprofundaremos esta situação no próximo capítulo quando abordaremos cada uma das várias categorias de refugiados e desplazados no Amazonas.

“colombianos”. Esse fato tem dificultado imensamente o ingresso legal dos “desplazados” com direito ao refúgio no território brasileiro. Muitos têm medo de se apresentarem aos agentes federais e serem, imediatamente deportados, o que é uma prerrogativa nesses atendimentos, pelo simples fato de ser de nacionalidade colombiana e carregar o estigma da contravenção do tráfico de drogas. O estigma e a criminalização de migrantes, desplazados e refugiados em áreas fronteiriças não é privilégio apenas desta tríplice fronteira, como afirma Márcia Sprandel em seu estudo sobre a tríplice fronteira Brasil, Argentina e Paraguai:

Essa tendência de criminalização das migrações em geral, e da região da tríplice fronteira, em particular, é um dos aspectos mais preocupantes e de mais difícil análise desse “lugar difícil” onde vivem milhares de brasileiros e seus descendentes. Nesse sentido, a atuação de organismos internacionais como a OIT e o Unicef, que trabalham diretamente com governantes locais e com a sociedade civil organizada, tem sido fundamental para estabelecer processos mútuos de conhecimento, trocas de experiências e ações conjuntas ao fazê-lo, retiram argumentos daqueles que insistem em “demonizar” a região (SPRANDEL, 2006, p. 151).

Enquanto o Estado brasileiro não apresenta políticas migratórias específicas para essa realidade fronteiriça, algumas instituições vêm intervindo sistematicamente nesse processo, como é o caso do Acnur, da Pastoral dos Migrantes, ligada à Igreja Católica, tanto do lado brasileiro como do lado colombiano e peruano. Segundo estas instituições, a demanda de solicitações de refúgio por parte dos colombianos nesta fronteira continua crescente.

O ACNUR tem mantido uma atenção constante na região. Em 2006, promoveu um seminário em parceria com o Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas - Ufam⁴⁰ para debater a temática com os estudantes e pesquisadores. Mais recentemente, também com a mesma parceria, o

⁴⁰ Evento realizado no dia 23 de maio de 2006 no Auditório Rio Solimões – ICHL/Ufam, que contou com a presença de 137 participantes – acadêmicos, professores e pesquisadores. Esteve presente também o presidente do Acnur no Brasil, Luiz Varezi.

Acnur esteve na região fronteira e nos municípios do Amazonas, na linha que interliga Manaus à fronteira, a fim de mapear a localização dos “desplazados” colombianos que ainda não solicitaram refúgio e estão vivendo, indocumentados, na região.

A situação irregular dos colombianos no Amazonas preocupa as instituições que se dedicam ao atendimento aos migrantes, porque esta os priva do direito de recomeçar suas vidas em terras brasileiras. O fato de estar no Brasil em situação irregular, os submete a agruras ainda piores do que as já sofridas na Colômbia. Muitos correm riscos, inclusive, de serem aliciados pelos grandes controladores do narcotráfico no território brasileiro. Pelo simples fato de ser um estado fronteiro, o Amazonas não oferece condições de segurança a ponto de garantir uma proteção efetiva a esses refugiados.

Entretanto, segundo os estudos migratórios, a guerrilha colombiana está cada vez mais complexa e a tendência é que os conflitos se acirrem na direção da fronteira com o Amazonas⁴¹. Esse fator indica que é evidente a tendência de um aumento de ingressos de refugiados no Brasil, daí a necessidade de um programa específico do Estado brasileiro para lidar com este fenômeno que, ao que tudo indica, não será tão transitório como se imaginava.

Mesmo sem poder estabelecer uma análise quantitativa do fenômeno, é importante apresentar uma estratégia de acolhida e de condições para que estas pessoas possam se estabilizar no território brasileiro, por enquanto, sem previsão de retorno à Colômbia. O Estado brasileiro tem se esforçado, mas é preciso reconhecer que há muito por ser feito. Garantir proteção a uma pessoa em condição de refúgio não é algo muito simples. Implica um conjunto de elementos que vão desde as

⁴¹ São as conclusões do Seminário *Derecho de Ciudadania y población en Situación de Desplazamiento* realizado em Bogotá no dia 28 de outubro de 2004.

questões jurídicas e legais até a garantia de sobrevivência que implica emprego, saúde, educação e uma série de outros elementos essenciais ao ser humano no exercício de sua cidadania.

Essa reflexão é necessária porque, eles, os refugiados, contam com todo o aparato do Estado para garantir que estejam a salvo das violações aos direitos humanos. Como afirma um refugiado em situação de fuga:

Espero que não me matem.
Espero que ninguém me siga.
Espero não pisar em uma mina terrestre.
Espero encontrar água rapidamente.
Espero não morrer aqui.
Espero que alguém me encontre.
Espero que a ONU possa me ajudar.
Espero que tenham encontrado comida e abrigo.
Espero que eles possam me ajudar a encontrar minha família.
Espero que possamos voltar algum dia.
Espero que possamos encontrar um lugar para chamar de casa.
Espero que aprendamos a nos adaptar.
Espero que possamos construir um futuro aqui.
Espero que nunca mais tenhamos que fugir novamente⁴².

Por isso é que as políticas migratórias não podem ser efetivadas de forma amadora ou com perspectivas transitórias. No caso dos refugiados, como já foi dito anteriormente, há uma legislação internacional que os ampara. No entanto, cabem aos Estados acolhedores as políticas específicas.

Estas reflexões são apenas algumas conjecturas em torno da temática da migração fronteiriça, também presente na região amazônica. São importantes para inserir o Amazonas nos estudos migratórios com aportes específicos da realidade migratória desta região fronteiriça que carece ainda de muito aprofundamento, inclusive por parte dos meios acadêmicos.

A sofrida realidade vivida pelos migrantes peruanos e pelos refugiados colombianos no Amazonas, e mais especificamente em Manaus, denuncia as várias

⁴² Texto em cartaz na ocasião do Dia Mundial dos Refugiados, celebrado em 20 de junho de 2006. A autoria do texto deve ser mantida sob sigilo por sua condição de refugiado

lacunas da política de migração brasileira, com suas leis arcaicas calcadas nos interesses puramente econômicos e comerciais, que nunca esteve aberta à migração de hispano-americanos. Tal realidade é similar à situação de milhares de outros hispano-americanos que vivem em outras regiões do Brasil sem condições dignas de sobrevivência e sem garantias de seus direitos fundamentais.

Como afirmou Narciso Julio Freire Lobo, em sua coluna no jornal *O Estado do Amazonas*, 12 de agosto de 2006, em artigo intitulado “A tríplice-fronteira”, a reflexão desta temática se faz cada vez mais necessária na Academia, porque

[...] coloca em cena o valor de um curso de pós-graduação, entre nós, dedicado ao tema da Sociedade e da Cultura na Amazônia, abrindo oportunidade para o conhecimento de algumas de nossas mais cruciais feridas, como é o caso da migração compulsória, e desafia para as possibilidades de uma efetiva intervenção, na qual o homem, e seu bem-estar, também estejam em pauta⁴³.

A temática da migração fronteiriça contribui com elementos importantes para a sociologia dos deslocamentos compulsórios porque analisa os sujeitos fronteiriços na sua complexidade, como novos sujeitos sociais, que desafiam a alteridade e a possibilidade de estender os laços das relações sociais e interculturais para além dos marcos geopolíticos.

Vale considerar ainda nos estudos fronteiriços uma abordagem relativamente nova, desenvolvida pelo geógrafo Rogério Haesbaert (2004) especialmente em sua obra *O Mito da Desterritorialização*, onde questiona o discurso do “fim dos territórios”, propondo a concepção de multiterritorialidade e apresentando, de forma crítica, a desterritorialização como territorialização precária de grupos como os sem-teto e os sem-terra. Segundo Haesbaert é necessário considerar nos estudos fronteiriços os

⁴³ No referido texto o professor pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM, faz referência a um artigo de minha autoria com título *A Mobilidade Humana na tríplice fronteira: Peru Brasil e Colômbia*; publicado na Revista Estudos avançados nº 57, volume 20 – Maio / Agosto de 2006 (pp. 183 -196)

principais fatores vinculados à evolução do pensamento sobre a dinâmica territorial e re-estruturação do espaço geográfico em *múltiplos territórios*. Conforme Haesbaert,

[...] a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade”. (HAESBAERT, 2004, p. 344).

O conceito de desterritorialização vem sendo abordado pelas ciências sociais e humanas como uma problemática sociológica tendo como suporte histórico a perspectiva *econômica*, associada ao período pós-fordista do capitalismo, que constituiria uma desterritorialização flexível, tal qual à organização espacial do processo produtivo. Isso para Haesbaert seria a autonomia de localização empresarial e o chamado *ciberespaço*. Outro elemento importante ainda segundo Haesbaert é a perspectiva *política* do conceito da desterritorialização que aparece associada a uma debilitação do Estado e das fronteiras de seu domínio espacial, provocada, sobretudo pela grande “fluidez” atual do espaço na contemporaneidade, o que Castells vai chamar de *sociedade em redes*.

Outro aspecto importante analisado por Haesbaert em seus estudos fronteiriços é a perspectiva cultural, sem a qual não haveria uma relação nítida entre identidade e território na atualidade, e sim um hibridismo cultural, acompanhado do que este autor chama de “*uma translocalização*”. Esta, não pode ser compreendida fora de uma perspectiva *filosófica*, onde a desterritorialização aparece para Haesbaert relacionada com a idéia de “linha de fuga”. Nesse sentido, o território ganha outras definições a partir das perspectivas *materialistas*, de cunho naturalista, onde o território é concebido como um substrato material e de cunho econômico

onde o espaço relacional é mais concreto e está menos vinculado ao espaço de dominação política.

Seguindo as abordagens de Haesbaert um aspecto interessante é o que ele chama de perspectivas *idealistas*, que apresenta o território definido e delimitado segundo uma dimensão social simbólica vinculada às perspectivas *integradoras*, dentre as quais aponta as concepções de território relacionado a um sistema de objetos e ações. Tudo isso leva Haesbaert a conceber o território como definido a partir de relações de poder mediadas pelo espaço podendo haver a ocorrência tanto de macro como de microterritórios, que podem se configurar a partir de uma maior ou menor carga funcional e simbólica.

Para Haesbaert existem duas lógicas de controle territorial: a *lógica zonal*, voltada fundamentalmente para o controle de áreas, e a *lógica reticular*, que remete ao controle social através de formas de controle de redes que co-existem num dado território, prevalecendo ora uma, ora outra na estruturação do mesmo. Essas lógicas determinam dois tipos de territórios: o *território-zona* que é produzido a partir de processos sociais realizados por meio do controle de zonas específicas, tendo, portanto, limites/fronteiras estabelecidas, prevalecendo certa estabilidade interna. O outro tipo de território é o que Haesbaert denomina de *território-rede* que são descontínuos, tendo suas “zonas”, ou “nós”, conectados rapidamente em redes.

Para Haesbaert a atual globalização econômica desencadeou certa “*desordem geográfica mundial*”, representada, pelo domínio da técnica e pela organização produtiva internacional tendo por base uma divisão territorial do trabalho vertical e também horizontal. Isso determina um relação centro-periferia na ordem global que vem promovendo uma crescente mobilidade material e imaterial. Nessa lógica, pode ocorrer, segundo Haesbaert a ocorrência de uma compressão ou

de uma espécie de desencaixe entre o tempo e o espaço, aproximando o local do global e vice-versa.

Como consequência destas novas dinâmicas internacionais, Haesbaert acredita que o que está ocorrendo é uma *multiterritorialidade* que é fruto de um processo dialético e contínuo de desterritorialização e reterritorialização, que seria a ocorrência de múltiplos territórios articulados de forma sincrônica ou sucessivamente. Para Haesbaert a multiterritorialidade apresenta duas dimensões fundamentais que são:

[...] aquela que diz respeito a uma multiterritorialidade “moderna”, zonal ou de territórios de redes, embrionária, e a que se refere à multiterritorialidade “pós-moderna”, reticular ou de territórios-rede propriamente ditos, ou seja, a multiterritorialidade em sentido estrito. (HAESBAERT, 2004, p. 348)

Desta forma é perfeitamente possível que hajam múltiplos territórios, de natureza funcional e simbólica, material e virtual e, ao mesmo tempo, a sobreposição entre territórios-rede e territórios-zona. Também, segundo Haesbaert pode haver a articulação simultânea ou sucessiva entre ambos.

Esta compreensão de Haesbaert está também relacionada à idéia de espaço social como a materialização da existência humana, segundo aquela definição extremamente ampla de espaço elaborada por Lefebvre (1991, p. 102). Desta forma, o espaço se torna uma dimensão da realidade. Estas questões são amplamente tratadas pela Geografia que tem o espaço como categoria de análise. Pode oferecer elementos importantes para a sociologia dos deslocamentos compulsórios que percebe o espaço em constantes transformações ora decorrentes do êxodo forçado, ora por causa da reocupação dos mesmos espaços por outros sujeitos adversos aos anteriores.

Nessa perspectiva, o lugar das populações excluídas socialmente na organização espacial multiterritorial é tratado por Haesbaert como o lugar dialético das transformações sócio-espaciais aonde a multiterritorialidade vem favorecendo os interesses dos grupos econômicos privados. Para ele, na dita sociedade pós-moderna, a multiterritorialidade se apresenta

[...] resultante do domínio de um novo tipo de território, o território-rede em sentido estrito. Aqui, a perspectiva euclidiana de um espaço-superfície contínuo praticamente sucumbe à descontinuidade, à fragmentação e à simultaneidade de territórios que não podemos mais distinguir claramente onde começam e onde terminam ou, ainda, onde irão “eclodir”, pois formações rizomáticas também são possíveis (HAESBAERT, 2004, p. 348).

Sendo assim, a desterritorialização serviria apenas para legitimar os discursos legitimadores dos interesses do mercado internacional, a quem convém o fim das fronteiras geoeconômicas e geopolíticas. Para Haesbaert grupos sociais excluídos nos processos de desterritorialização não se convertem em cidadãos de todo lugar. Ou seja, eles não se vêem sem *nenhum* território, mas se inserem numa territorialização precária e são incluídos, de forma precária, numa nova ordem global, em busca de se apropriar de um território mínimo que lhes permitam pelo menos a sobrevivência.

As implicações políticas desta distinção são importantes, pois sabemos que a disponibilidade do “recurso” multiterritorial – ou a possibilidade de ativar ou de vivenciar concomitantemente múltiplos territórios – é estrategicamente muito relevante na atualidade e, em geral, encontra-se acessível apenas a uma minoria. Assim, enquanto uma elite globalizada tem a opção de escolher entre os territórios que melhor lhe aprouver, vivenciando efetivamente uma multiterritorialidade, outros, na base da pirâmide social, não têm sequer a opção do “primeiro” território, o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana (HAESBAERT, 2004, p. 360).

Esta reflexão de Haesbaert contribui sobremaneira para a compreensão do que vem ocorrendo com os sujeitos deslocados no conflito colombiano, arrancados de seus territórios e jogados ao acaso de um território mínimo em outros países,

com outras conjunturas e outros cenários de relações sociais onde tudo está por constituir-se.

Uma vez contextualizada a realidade da tríplice fronteira, torna-se mais factível uma análise situacional da complexa conjuntura dos deslocamentos compulsórios dos colombianos e seu ingresso no Amazonas. É o propósito dos próximos capítulos.

Capítulo III - OS REFUGIADOS E DESPLAZADOS ANALISAM OS IMPACTOS SÓCIO-POLÍTICOS, ECONÔMICOS E CULTURAIS DO CONFLITO COLOMBIANO

Cada uno avanzaba embargado en aquella
soledad sin márgenes, en aquel silencio verde
y blanco, los árboles, las grandes
enredaderas, el humus depositado por
centenares de años, los troncos
semiderribados que de pronto
eran una barrera más en nuestra marcha.
Todo era una naturaleza deslumbradora y
secreta y a la vez una creciente amenaza de
frío, nieve, persecución.
Todo se mezclaba: la soledad, el peligro, el
silencio y la urgencia de mi misión.
Más lejos, ya a punto de cruzar las fronteras
que me alejarían por muchos años de mi
patria, llegamos de noche a las últimas
gargantas de las montañas.
Vimos de pronto una luz encendida que era
indicio cierto de habitación humana y, al
acercarnos, hallamos unas desvencijadas
construcciones, unos destartados galpones
al parecer vacíos.
Cerca del fuego, agrupados como sacos,
yacían algunos hombres.
Distinguimos en el silencio las cuerdas de una
guitarra y las palabras de una canción que,
naciendo de las brasas y de la oscuridad, nos
traía la primera voz humana que habíamos
topado en el camino. Era una canción de
amor y de distancia, un lamento de amor y de
nostalgia dirigido hacia la primavera lejana,
hacia las ciudades de donde veníamos, hacia
la infinita extensión de la vida.
Ellos ignoraban quiénes éramos,
ellos nada sabían del fugitivo,
ellos no conocían mi poesía ni mi nombre..
¿O lo conocían, nos conocían?

Pablo Neruda^{***}

*** Em seu discurso ao receber o Prêmio Nobel de Literatura, em 1971, o poeta Pablo Neruda recordou com detalhes a travessia através da cordilheira, realizada há 22 anos antes: No dia 24 de fevereiro de 1949 o poeta conseguiu furar o cerco policial imposto pelo Governo do presidente González Videla e fugiu do Chile, cruzando

Este capítulo apresenta alguns elementos importantes que possibilitam uma análise mais subjetiva do chamado conflito colombiano, tendo por base os sujeitos sociais em situação de deslocamento compulsório, os quais se apresentam subdivididos em duas categorias: os refugiados, que são aqueles que já estão oficialmente reconhecidos pelo Estatuto do Refugiado, e aqueles que, mesmo em situação de refúgio, ainda se encontram em situação irregular no Brasil.

A esta última categoria, seguiremos designando de *desplazados* por ser esta a sua condição desde a saída de seu país de origem. Como já analisamos nos capítulos anteriores, esta segunda categoria representa a grande maioria dos colombianos no Amazonas. Insistimos em não traduzir o termo para o seu equivalente na língua portuguesa que seria o vocábulo “*deslocados*” porque esta designação não consegue traduzir a condição dos *desplazados* justo por se tratar de uma realidade muito complexa e muito distinta daquelas a que estamos acostumados a tratar sob a designação de *deslocados* no Brasil. Então, toda vez que o texto se referir ao termo *desplazados* vai estar designando uma condição de refúgio negada oficialmente no Brasil ou não buscada por fatores a serem aprofundados ao longo deste capítulo.

3.1. Contribuição dos aspectos subjetivos para a sociologia dos deslocamentos compulsórios

A atenção especial ao *sujeito*, proposta neste capítulo, implica em apresentar aspectos pouco mencionados nas abordagens teóricas em que estes são tratados como categorias migratórias onde o *sujeito* se perde no conjunto das análises mais abrangentes. Não se trata de afunilar a análise necessariamente para

a cordilheira dos Andes buscando exílio na Argentina. Esse episódio marcou profundamente a vida e a poesia de Neruda.

o campo da psicologia ou da antropologia da migração. Entretanto, a análise sociológica dialoga com estes e outros campos do conhecimento, como já foi dito anteriormente.

Poderíamos dizer que estamos diante de um grande desafio porque esta abordagem a partir dos “sujeitos” é pouco tratada na sociologia dos deslocamentos compulsórios e nos estudos migratórios em geral, como nos recorda Márcia Sprandel, que chama a atenção dos pesquisadores das migrações para a ausência da perspectiva do sujeito nas abordagens teóricas:

Uma leitura detalhada de documentos oficiais sobre a questão “migratória” e sua “governança” identifica imediatamente a utilização de conceitos, categorias e modelos interpretativos onde o sujeito parece desaparecer, obscurecido por fluxos, correntes e tendências migratórias. Existe, pode-se dizer, um “migrante” genérico, algo como uma sub-espécie do “pobre” genérico, também objeto de convenções, tratados, relatórios e avaliações internacionais (SPRANDEL, 2007, p. 35-36).

Nos tratados sociológicos sobre a questão migratória, essa ausência do sujeito, segundo Sprandel, é uma das chaves para a crítica da antropologia brasileira aos chamados estudos migratórios. Na perspectiva metodológica das pesquisas sociais nas ciências humanas, essa ausência do sujeito impede a análise subjetivada, que considera válida a auto-compreensão do sujeito acerca de sua própria condição, de seus sentimentos, suas reflexões, enfim, sua concepção dos processos migratórios e, neste caso específico, da situação dos refugiados e *desplazados*.

Ao tratarmos as vítimas diretas ou indiretas do conflito colombiano, adotando uma postura metodológica que confere vez e voz a estes sujeitos do processo, ensaiamos a apresentação de um novo paradigma para as análises da sociologia dos deslocamentos compulsórios. Logicamente, submetemos esta

postura às críticas das correntes teóricas, especialmente sociológicas, que podem questionar e até mesmo condenar o peso da dimensão empírica desta metodologia.

Entretanto, mesmo correndo todos estes riscos, ousamos seguir adiante recuperando a autoridade dos sujeitos em situação de deslocamentos compulsórios, os refugiados e *desplazados*, que passam a contar suas histórias de vida, seus sonhos e esperanças de dias melhores e sua luta incessante para superar os traumas do conflito na dinâmica da reconstrução de suas vidas. Ousamos considerar suas análises acerca do conflito como abordagens efetivas, carregadas com a autoridade de quem “sentiu na pele” os dramas e percalços da perseguição, das ameaças, das perdas, das “baixas⁴⁴”, enfim, das várias etapas do conflito.

Ao realizar suas etnografias, antropólogos procuram identificar como grupos sociais narram a sua história e a história de vida de seus membros, a partir de categorias próprias. É dentro desta narrativa maior que aparecerão os deslocamentos territoriais, as motivações para as mudanças espaciais e o processo de adaptação a novos cenários. Pensar estes grupos sociais com a categoria “migrantes” e seus deslocamentos como “migração” acabaria por essencializar situações e trajetórias de vida diversas, além de obscurecer as estratégias de reprodução social por eles utilizadas, demonstrativas de sua condição de sujeitos de sua própria história (SPRANDEL, 2007, p. 38).

Mais que informações, as etnografias revelam as estratégias de representação e reprodução social desses sujeitos na sua subjetividade⁴⁵. É na relação interpessoal que os refugiados e desplazados se dão a conhecer à outra sociedade que ora os acolhe, ora os rechaça, ora os discrimina, ora os reconhece na sua particularidade que lhes é própria.

⁴⁴ Saldo de mortos nos confrontos deliberados entre grupos armados e grupos de resistência, que em geral são camponeses ou indígenas.

⁴⁵ Subjetividade, segundo Houaiss, é *realidade psíquica, emocional e cognitiva do ser humano, passível de manifestar-se simultaneamente nos âmbitos individual e coletivo, e comprometida com a apropriação intelectual dos objetos externos*. O campo conceitual de subjetivação surge no trabalho de Foucault e é retomado por Deleuze e Guatarri. A subjetividade é engendrada, produzida, pelas redes e campos de força social. Ou seja, resulta das relações sociais.

Nesse sentido, os registros do trabalho de campo identificam sujeitos que forneceram elementos que propiciam uma visão ampliada do itinerário de sua inserção na nova realidade com seus conflitos existenciais e suas conquistas gradativas até o ponto de declarar: *“esta es mi segunda patria”*. Entretanto, no decorrer do acompanhamento também houve casos em que o sujeito, ao perder os vínculos com seu grupo, não conseguiu superar os impactos da nova inserção e, em muitos casos, optou por arriscar-se no retorno à Colômbia ou até mesmo na tentativa de ingresso em outro país.

Ocorre que, falar da própria experiência nestas condições de refúgio e deslocamento compulsório, não é algo muito fácil ou simples. Os sujeitos em questão são portadores de verdadeiros traumas e, como dizia Said, “fraturas incuráveis” que passam a acompanhá-los, onde quer que estejam:

O exílio nos compele, estranhamente, a pensar sobre ele, mas é terrível de experienciar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal. Entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada. E, embora seja verdade que a literatura e a história contêm episódios heróicos, românticos, gloriosos e até triunfais da vida de um exilado, eles não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação. As realizações do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás, para sempre (SAID, 2003, p. 46)

As experiências vividas, tanto no percurso da fuga quanto nos processos de acolhida em outro país, ou até mesmo a ausência completa da acolhida, são carregadas de sofrimentos. Não há nada de aventura ou de romântico nessa odisséia. Sempre recordam de algo que deixaram para trás: membros da família, parentes distantes, amigos, companheiros de militância, livros, fotografias, documentos e tantas outras coisas ou pessoas que já não sabem mais se poderão voltar a rever algum dia.

A dor da separação forçada marca para sempre a vida destas pessoas que nem mesmo tiveram o direito de se despedir daqueles que tanto estimavam. Por isso, preferem recordar coisas mais prazerosas como os cheiros, os temperos, as comidas, as festas e as danças com suas músicas e ritmos, as celebrações religiosas e tantas outras realidades menos doloridas.

Essas constatações indicam a complexidade dos aspectos subjetivos que podem apresentar direcionamentos totalmente opostos, ainda que vivenciados por pessoas vinculadas a um mesmo grupo social. É o que comenta a antropóloga Maria Angélica Zamora Xavier na coletânea “Cartografias da imigração: interculturalidade e políticas públicas” em seu artigo “Cartografias do imigrante nos trânsitos entre o lugar e o dizer”:

Quando descobrimos esse entrecruzamento nos limites dilatados entre uma realidade social atual e uma realidade dos processos subjetivos, que se apreciam na experiência imigrante, estamos diante de novas considerações do conceito de *identidade* do homem contemporâneo. Sabe-se que o conceito de identidade pode ser contextualizado em vários campos do conhecimento, definindo contextos estabilizados, como pontos de ancoragem a partir de algo que funciona como parâmetro para uma definição. [...] A identidade se tece como decorrente de tais condições discursivas, aqui concebidas como uma questão sempre em aberto, em que cada dia o ser portador de fala referencia, pelas suas possibilidades de enunciação, suas possibilidades de sujeito (XAVIER, 20074, p. 144).

Tendo estes apontamentos teóricos como ponto de partida, é possível aproximar a leitura da subjetividade com os elementos constitutivos da identidade. Nesta perspectiva, o sujeito portador da fala, apresenta-se como o portador de uma identidade única e em processos de reformulação e transformação na dinâmica dos deslocamentos compulsórios como é o caso dos refugiados e dos *desplazados*.

Nas etnografias destes referidos sujeitos, emergem elementos que corroboram para a retomada do significado e do poder da fala e do discurso. De

forma especial, estes elementos são evidenciados quando estes sujeitos são convidados a contar sua história:

Quando essa história de um imigrante é ativada e representada por esse sujeito acontecem recursos para se integrar aos cenários dispostos no cotidiano, e digamos aqui no cotidiano imigrante, pois, sempre a memória será ativada a partir da idéia de que se está num lugar que não é o lugar de origem, assinala o lugar do estranho ou diferente. Trata-se da percepção de uma não-identidade e das suas tratativas no discurso. Ou seja, identidade e não-identidade compartilham dos mesmos caminhos, sendo que para o imigrante essa percepção é uma pressuposição ativa (XAVIER, 2007, p. 145).

Avançando um pouco mais na perspectiva do sujeito que implica, como foi analisado, na percepção da identidade e da subjetividade, conferiremos aos sujeitos portadores da fala, nas etnografias, o poder da análise e da reflexão. Ou seja, a sua “verdade” dos fatos e dos contextos a partir da experiência vivida, da bagagem intelectual da qual são portadores, do seu histórico de militância ativa e efetiva nos movimentos sociais e da sua inserção na nova realidade que continua os impelindo a realizar novas reflexões a partir nas novas experiências e dos novos interlocutores. Assim como apontou Marx no início do sexto capítulo de *A Sagrada Família*, escrito em novembro de 1844:

A história não faz nada, não ‘possui imensas riquezas’, não ‘financia batalhas’. É o homem real, o homem vivo quem faz tudo isso, quem possui e combate; a ‘história’ não é, como se tem pensado, uma pessoa em si, usando o homem como um meio para atingir os seus (dela) próprios fins; a história não é nada além da atividade do homem perseguindo os seus (dele) fins.

Essa nova história que os refugiados e *desplazados* estão construindo nesse dolorido processo de deslocamento compulsório, marcado por tantos percalços, não deixa de ser um novo marco em suas vidas e na vida da sociedade que os acolhe e que nunca mais será a mesma depois da sua chegada. Mesmo que de forma inesperada, sem planejamento, sem livre decisão, marcada pela necessidade (SPRANDEL, 2007, p. 45) eles, os refugiados ou desplazados, têm a

oportunidade de construir uma outra história na sociedade que os acolhe, mesmo que de forma repentina e improvisada.

Novamente retomando Marx, no primeiro capítulo de “18 Brumário”, eles não seguem nesta história a partir do zero. Pelo contrário, encontram elementos que já estão presentes nesta nova sociedade que independem de sua chegada e circunstâncias que não podem deixar de existir e que intervirão de forma decisiva nesse novo processo histórico:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como bem entendem; não a fazem sob circunstâncias que escolhem por si mesmos, mas sob circunstâncias já existentes, dadas e transmitidas desde o passado. A tradição de todas as gerações mortas pesa como um pesadelo sobre os cérebros dos vivos. E, tão logo se acham ocupados revolucionando-se a si mesmos e às coisas, criando algo que não existia antes, precisamente nessas épocas de crises revolucionárias eles conjuram ansiosamente os espíritos do passado para pô-los a seu serviço, deles obtendo nomes, gritos de guerra e roupagens a fim de apresentar essa nova cena na história do mundo num disfarce de coisa abalizada pelo tempo e numa linguagem emprestada (MARX, 1997, p. 21).

Sem sombra de dúvidas, retomar a própria história, recordar os acontecimentos do passado, nem sempre é algo prazeroso para os sujeitos em questão. Há elementos do passado que gostariam de esquecer, ou como falam na sua língua: “*olvidar*” para sempre. Entretanto, ao desenterrar esses acontecimentos, eles provocam um encontro entre o passado e o presente e tomam consciência de sua condição de sujeitos históricos e passam a tomar posições mais definidas e decididas com relação à sua condição atual.

Também podemos designá-los de *sujeitos sociológicos* como os define Stuart Hall em suas reflexões sobre as identidades culturais na pós-modernidade:

O sujeito sociológico refletia a crescente complexidade e a dinâmica do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, e sim um elemento que se desenvolvia na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e os símbolos. – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava. [...] de

acordo com essa visão, que se tornou a concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem (HALL, 1997, PP. 11-12).

Seguindo a reflexão de Hall, os refugiados e deslocados reelaboram sua identidade no encontro e confronto com os novos sujeitos e contextos com os quais se deparam no exílio. Para Hall, esta dinâmica indica que não existem perdas e sim reelaborações que só se tornam possíveis quando o sujeito toma consciência de sua realidade e contextualização.

Partindo destas premissas, priorizando os aspectos subjetivos dos *sujeitos sociológicos*, passaremos então a dar voz aos sujeitos que recontam suas histórias, apresentam suas análises e reflexões como se obtivessem do passado, “*nomes, gritos de guerra e roupagens a fim de apresentar essa nova cena na história do mundo num disfarce de coisa abalizada pelo tempo e numa linguagem emprestada*”, novamente parafraseando Marx. Entretanto, não se trata de um sujeito no campo prático que vai resolver o conflito colombiano e a situação dos refugiados e deslocados ou dizer toda a verdade sobre esta temática. Muito pelo contrário, trata-se de um sujeito no campo teórico, subjetivando informações, através de suas narrativas, e transformando-as em elementos teóricos de grande relevância para a construção do conhecimento e para a sociologia dos deslocamentos compulsórios.

As narrativas passam a ser o veículo de transmissão da experiência subjetiva dos sujeitos que se transformarão em elementos importantes para a análise objetivada dos impactos provocados pelos deslocamentos compulsórios.

Segundo Paul Ricoeur em seu ensaio sobre *Tempo e Narrativa*:

Certamente, as narrativas constituem somente a classe dos “testemunhos voluntários” dos quais é preciso limitar o domínio sobre a história, com a ajuda destas “testemunhas a contragosto”, que são todos os outros vestígios familiares ao arqueólogo e ao historiador da

economia e das estruturas sociais. Mas esta ampliação sem fim das fontes documentárias não impede que a noção de testemunho englobe a de documento e permaneça o modelo de toda observação “de vestígios” (RICOEUR, 1994, p.144).

Trilhando a lógica de Paul Ricoeur, as narrativas neste trabalho cumprirão a missão de relembrar e reconstituir os fatos na perspectiva de uma re-leitura necessária que poderá vir a constituir-se como uma reinterpretação dos fatos e acontecimentos, estando os sujeitos, no momento, geograficamente, longe do conflito. Ainda segundo Ricoeur:

Uma história descreve uma seqüência de ações e de experiências feitas por um certo número de personagens, quer reais, quer imaginários. Esses personagens são representados em situações que mudam ou a cuja mudança reagem. Por sua vez, essas mudanças revelam aspectos da situação e das personagens e engendram uma nova prova (predicament), que apela para o pensamento, para a ação ou para ambos. A resposta a essa prova conduz a história à sua conclusão (RICOEUR, 1994, p. 214).

Mesmo estando diretamente envolvidos no conflito, depois de passar pela experiência da perseguição e adentrar as fronteiras de outros países, conseguindo ou não o status de refúgio, os sujeitos vitimados, não perderam a sua capacidade de analisar a conjuntura do conflito desde fora. Ou seja, alcança estabelecer um relativo distanciamento, o que não lhes é conferido pelo simples fato de estar fora do país, que os permite objetivar a análise dos fatos.

3.2. Outra compreensão do conflito colombiano a partir da análise dos refugiados e *desplazados*

Para compreender a perspectiva dos sujeitos nesta análise, foram adotadas várias técnicas de pesquisas. Nos arquivos do trabalho de campo estão registradas várias etnografias, que descrevem o cotidiano das pessoas acompanhadas ao longo dos estudos, e muitas entrevistas gravadas ao longo de muitas conversas realizadas nas visitas de campo, nos encontros formais e informais, nos ambientes de trabalho,

de participação política e até mesmo nas festas e eventos sociais nos quais participam os colombianos.

Em várias entrevistas, muitos expressaram sua análise política do conflito colombiano. Contaram que saíram da Colômbia com o compromisso de buscar espaços para denunciar, em outros países, as atrocidades e violações aos direitos humanos que continuam sendo praticadas nesse país.

Essa constatação aparece numa das entrevistas de campo onde, depois de ler e conferir as informações prestadas, o entrevistado Rudecindo Mosquera Brand⁴⁶, pediu para transcrever a entrevista e transformá-la num breve artigo que seria logo publicado na Revista Eletrônica Adital⁴⁷. Na entrevista que se transformou em artigo publicado, ao mesmo tempo em que tenta informar e esclarecer a situação do conflito, o refugiado, busca denunciar que o chamado processo de desarmamento e desmobilização, vem vitimando muitos inocentes e causando deslocamentos compulsórios⁴⁸ que levam milhares de pessoas a buscar refúgio em outros países:

[...] Ciertamente por la televisión se aprecian centenares de combatientes entregando las armas y sometiéndose a los programas de reinserción. Se recuerda actos como los del Bloque Cacique Notibara de una de las comunas de Medellín. Fueron unos 850 hombres. Eso no quiere decir que allí mejoraron las condiciones de seguridad y de paz. Las estructuras del paramilitarismo continúan intactas. Más adelante se han comprobado que muchos de los desmovilizados fueron reclutados a última hora para reemplazar a

⁴⁶ Reproduzimos esta identificação porque, mesmo sendo um dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa, o referido entrevistado publicou parte da entrevista na Adital com a autorização de sua identificação. Na verdade, o artigo é um fragmento de uma das tantas entrevistas realizadas com o grupo que buscava meios de comunicação seguros e confiáveis onde pudessem explicitar sua análise sobre o conflito.

⁴⁷ <http://www.adital.com.br> – segunda-feira, 22 de Maio de 2006. Na verdade, o artigo é um fragmento de uma das tantas entrevistas realizadas com o grupo que buscava meios de comunicação seguros e confiáveis onde pudessem explicitar sua versão sobre o conflito sem repressões, principalmente políticas por parte do Governo Colombiano.

⁴⁸ Na ocasião em que escreveu este artigo para Adital, Rudecindo estava em Manaus com outras 24 pessoas que, recém haviam conseguido o registro de refúgio. Chegaram em Manaus depois de um longo processo de deslocamento que começara no Valle Del Cauca. Ao todo, “os Mosquera” eram três núcleos familiares, todos parentes entre si: primos tios, sobrinhos, cunhados. Havia várias crianças, inclusive uma que nascera durante a viagem de Tabatinga para Manaus. Levaram 05 dias de viagem. No terceiro dia uma das mulheres com nove meses completados de gestação apresentou os primeiros sinais do trabalho de parto. Esconderam o máximo que puderam para evitar que o dono da embarcação os forçasse a desembarcar antes de chegar em Manaus. Quando chegaram, chamaram a ambulância e a bebê nasceu logo em seguida numa maternidade pública.

los verdaderos. La clonación de combatientes es cosa común y corriente. Hay casos que la entrega de armas es de un fusil por cada dos hombres en otros es de uno por cada dos ó tres hombres. ¿Que pasa con las armas? Las armas continúan en las manos de estas mismas organizaciones pues gran parte de sus miembros continúan activos. Las armas que recibe el alto Comisionado, son obsoletas, no corresponde al tipo de armamento utilizado por éstos criminales. Las armas automáticas, lanza granadas, explosivos, éstos no se ven por ninguna parte. Se recuerda una anécdota de la entrevista hecha por una periodista a un jefe paramilitar, cuando ella afirmaba que ya habían entregado tantos fusiles y preguntaba donde estaban las motosierras con las que habían descuartizado tantas personas. Este proceso aparentemente a tenido la presencia de miembros internacionales, más no ha habido un acompañamiento y verificación permanente. [...] Es medio desalentador con excepción de algunas zonas el programa de reinserción está en crisis y pone en peligro la viabilidad del proceso de paz a largo plazo. Entre las preocupaciones de la Misión desde el 2004 le hace al proceso con los paramilitares está el de las armas entregadas y la clonación paramilitar. Estos grupos aparentemente desmovilizados en algunas regiones surgen nuevamente bajo otros esquemas pero con las mismas actuaciones delincuenciales solo que son más anónimas, siniestras, controlan negocios ilegales, aparecen con otros nombres, controlan la población al igual que antes del “show” de dejación de armas (PESQUISA de campo, Manaus/AM, 2006 – 2007).

O que chama a atenção nas declarações de Rudecindo é o seu nível de análise política do conflito na Colômbia. Esse elemento é característico de todo o grupo de refugiados afro-colombianos a que pertence Rudecindo. Mesmo estando em Manaus, longe da situação, o grupo continuava acompanhando tudo à distância pela imprensa escrita e pela televisão⁴⁹. Muitos deles têm grande facilidade com o manejo da internet, o que os mantêm sempre informados da situação e lhes permite seguir fazendo suas análises mesmo à distância.

Em suas reflexões, Rudecindo, que sintetiza o pensamento de seus companheiros, insiste todo o tempo na “farsa” do desarmamento que na verdade, segundo eles, não passa de uma armação para desarticular os grupos de resistência e fortalecer o exército nacional e os “parceiros” econômicos do governo colombiano.

⁴⁹ Numa das visitas de campo encontrei os Mosquera em grande euforia. No início não revelaram o que estava acontecendo. Depois de alguma conversa, contaram que haviam conseguido um aparelho de rádio de ondas longas, muito antigo e que haviam conseguido conectar a transmissão de uma rádio colombiana. Por isso a felicidade por escutar os programas e músicas e a angústia por escutar as informações do conflito que seguia muito intenso na região.

Como a maioria dos deslocados, também este grupo apresentava os traumas pessoais e emocionais devido à violência sofrida durante os processos compulsórios dos vários deslocamentos internos até a chegada à fronteira com o Amazonas. Recordam com saudades da pequena propriedade rural na qual todos haviam nascido e se criado por muitos anos. Contaram que se tratava de uma terra de direito tradicional concedida pelo Estado a alguns grupos negros da região⁵⁰. Segundo os relatos, todos levavam uma vida relativamente estabilizada até o ano de 2000 quando o Estado começou o processo de desarmamento dos grupos guerrilheiros. Como o Valle Del Cauca era uma região estratégica, logo o conflito se acercou e começaram seus sofrimentos.

Quando foram desplazados, carregaram consigo sentimentos de extrema revolta e guardam profundos ressentimentos por não terem tido êxito em suas pelejas em busca de justiça que evitasse o deslocamento. Por fim, tiveram que deixar a Colômbia por causa de suas denúncias aos próprios aparatos do Estado que promovia a desmobilização dos grupos de resistência de forma indiscriminada prejudicando a permanência dos pequenos agricultores na região. Denunciam também o oportunismo das milícias armadas que, segundo as vítimas, vem se multiplicando a cada investida de desarmamento.

Como si lo anterior no fuera ya bien grave están surgiendo nuevos grupos armados que están reclutando a los desmovilizados, surgen con otros nombres, que por sí sólo hablan de su accionar. Un proceso de paz donde no existe verdad y justicia, donde la impunidad es la única ganadora, no podrá cumplir ni siquiera de lejos el nombre de proceso de paz, mucho menos entrar en esa etapa propiamente dicha. La verdad es la primera víctima, todo esto es un show que corresponde a un montaje falso donde se camuflan intereses estratégicos políticos económicos, a costa de las poblaciones victimizadas y la creación de indolencia e insensibilidad pública. La verdad siempre aparece amordazada, el establecimiento no tiene ningún interés para que el país conozca al menos someramente la problemática. Se pretende construir

⁵⁰ Auto definem-se como *afro-colombianos*.

verdades totalmente alérgicas a la justicia, las comisiones encargadas de elaborar los informes de los hechos siempre están vendadas, pues su independencia y objetividad está coartada por el tamiz de los compromisos, intereses, la censura y el temor. Nunca habrá una memoria histórica de los hechos pues ni el sistema ni los victimarios tienen interés que se haga. Por el contrario proponen que se produzca una especie de “catarcy” en la opinión y conlleve a la amnesia colectiva, para que las comunidades victimizadas pierdan la sensibilidad, creando el ambiente propicio para que los victimarios sean olvidados, llevando al concepto del perdón y olvido que es la antesala de la impunidad (PESQUISA de campo, Manaus/AM, 2006 – 2007).

Nesta análise, tentam explicar como as milícias passaram a atuar nas periferias das cidades e em toda a parte das zonas rurais, principalmente onde há conflitos entre os camponeses e a agroindústria. Nesse caso, as milícias vendem seus serviços para estes empresários que passam a “negociar” suas pequenas propriedades. Segundo os relatos, no caso das terras de direito tradicional, a negociação se baseia na intimidação e no uso da força para expulsar os afro-colombianos que, tradicionalmente ocuparam as referidas terras mantendo seus costumes e práticas culturais na agricultura familiar.

Como relata Rudecindo, a expulsão dos camponeses tem encontrado muitas resistências. Segundo ele *“muchas personas prefieren morir a dejar la tierra de sus ancestrales”*. Entretanto, em muitas regiões como no extremo ocidente do Valle Del Cauca, muitos camponeses chegaram ao limite de sua resistência, viram tombar seus companheiros e familiares e carregam os traumas dos enfrentamentos.

Em Manaus passaram por inúmeros sofrimentos, mesmo tendo sido acolhidos e atendidos pela equipe do Serviço de Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese. Enfrentaram muitas dificuldades nos processos de adaptação e estranhamento com a nova realidade. Alguns, devido ao impacto cultural e a dificuldade de adaptação, quiseram retornar a Colômbia, ou pelo menos para a região da fronteira onde pudessem manter contato com alguma forma de expressão

cultural como a língua espanhola. Outros decidiram por criar espaços de denúncia e apoio às vítimas do conflito. Daí a busca por espaços nos meios de comunicação para denunciar este estado de violações dos direitos humanos.

Também outro membro da família Mosquera publicou na Adital, na mesma data, outro artigo tentando contar à seu modo, os desdobramentos do processo de desmobilização⁵¹. Nas entrevistas, não escondia sua revolta e a todo o momento insistia que o conflito era eminentemente político. Novamente chama a atenção o nível de esclarecimento político do entrevistado que também exerceu função política no movimento social na condição de liderança dos chamados “*territórios tradicionales*”. Faz questão de enfatizar a localização do território tomado pelo conflito apontando a complexidade das estratégias de desocupação das áreas de interesse econômico. Segue um fragmento de uma das entrevistas em que apresentava sua compreensão sobre o conflito:

La región del Urabá está situada en el extremo más noroccidental de Colombia, lugar donde tributa sus aguas al mar Caribe el caudaloso Río Atrato, cerca a la frontera con Panamá, es rica en yacimientos de oro (amarillo y blanco, de alta ley), además de otros minerales, entre ellos petróleo. Tierras feraces para la agricultura con predilección del plátano; mucha biodiversidad, pero sobre todo en lo estratégico es abalada por ingenieros civiles para la proyección de un nuevo canal interoceánico entre el Río San Juan (cuenca del pacífico), y el Río Atrato (cuenca del atlántico), en su tramo intermedio se inundaría una depresión para instalar una hidroeléctrica potenciando una basta zona olvidada y con la debida prudencia en el tema ambiental se daría pie para desarrollar un megaproyecto que según los entendidos sería de más dinámica que el viejo canal y los nuevos proyectos panameños. La puesta en marcha de esas buenas ideas siempre tropieza con el escollo económico. La mera presentación de esas ideas en programas periodísticos a nivel nacional, junto con la expansión de la agroindustria bananera, el aumento del tráfico del café tipo exportación y de estupefacientes hacia Panamá y en sentido contrario la importación de mercaderías incluidas armas y municiones, se dio origen en las tierras ocupadas pacíficamente por indígenas y negros para que iniciándose la década de los años

⁵¹ ¿POR QUIEN DOBLAN LAS CAMPANAS? – ‘Para entender la crisis colombiana – un analisis desde afuera del conflicto: Por Arley Mosquera Brand (refugiado colombiano em Manaus – AM – Brasil) <http://www.adital.com.br>, Segunda-Feira, 22 de maio de 2006

setenta y por iniciativa de los terratenientes locales a gestarse una arremetida guerrerrista sin precedente contra los más pobres de esa región y que posteriormente abarcaría a toda Colombia. Seguidamente pasaron a apropiarse de distintas maneras las tierras aledañas a los ríos mencionados y de paso, empuja a los nativos y propietarios a trabajar como mano de obra barata en las plantaciones de plátano. También instalaron laboratorios para la producción de estupefacientes(PESQUISA de campo, Manaus/AM, 2006 – 2007).

Este relato evidencia o alto grau de compreensão política da situação e a denúncia das estratégias de dominação dos grupos econômicos que se aproveitam do conflito para servir a seus interesses econômicos inescrupulosos. Nesta linha de análise, identifica a postura do próprio presidente em sua estreita relação com os grupos paramilitares:

Para garantizar esos lucrativos negocios se conformaron grupos armados de derecha en la región. Paralelamente, en la Asamblea legislativa del departamento de Antioquia se legalizo el nacimiento de las tristemente “Cooperativas de Convivencia Ciudadanas - COONVIVIR “, siendo su ideólogo y fundador el actual presidente de Colombia Álvaro Uribe Vélez, fusionándose tiempo después y pasan a llamarse Autodefensas Unidas de Colombia (AUC). En las leyes de la física toda acción trae consigo una reacción y en este caso, muchos de los lugareños desplazados de su región no se quedan de brazos cruzados y entran a engrosar las filas de los inconformes avanzados: la guerrilla. Se cometen las primeras masacres a nombre de los paramilitares (AUC), con número mayor de treinta personas en cada una, siendo sus victimas niños, adultos y ancianos en las poblaciones de Turbo, Chigorodó, Carepa y apartado. De esta manera se oficializa el bautismo de las autodefensas unidas de Colombia. El proyecto regional de lucha contra la subversión se presenta como la panacea contra la violencia y captan recursos del Plan Colombia, (ayuda del gobierno de los Estados Unidos para derrotar la guerrilla en Colombia) para ampliarlo a todo el país. En el sur de Colombia escuchábamos por aquel entonces esas noticias que daban cuenta de dichas masacres como sucesos muy distantes, algunos lamentábamos los mismos porque siempre sus victimas eran personas del común, otras personas se alborozaban y decían “ojala acaben con esos hijos de putas guerrilleros” (PESQUISA de campo, Manaus/AM, 2006 – 2007).

Durante as entrevistas de campo, Arley demonstrava uma grande revolta por saber que tantos massacres foram financiados pelo Estado. Não se conforma em saber que tudo não passa de uma estratégia de desocupação da área para entregá-la aos grandes produtores de palma-africana que visam os interesses do Estado

com o biocombustível. Também se revolta quando se recorda da permissão que o governo colombiano vem dando para a ação dos grupos americanos na região que agem sob a justificativa de perseguição às FARC. Afirma que os militantes das FARC vêm evitando sempre o confronto e cada vez mais, recuam para o interior da selva, na direção do Equador e do Brasil.

[...] Para el año de 1999, las AUC, después de afianzarse a nivel nacional como organización eficiente por haber calado su estilo de trabajo como la única capaz de hacerle frente al vertiginoso avance insurgente de las FARC, llegan y se instalan en el Valle Del Cauca, encubiertos como compradores de chatarra, lo sospechoso del negocio era que preferían niños en sus transacciones y les pagaban muy bien sus valijas y de ese modo pasaba inadvertido el interrogatorio preguntando donde estaban y quien era delincuente. Una vez instalados, fijaron listas panfletarias donde juran erradicar los subversivos. En el año 2002 eran amos y señores dominaban el entorno con la complacencia de las autoridades civiles y militares, su obra cumbre para el occidente fue la realizada en el alto Naya, jurisdicción del municipio de Suárez en el departamento del Cauca donde masacraron 130 personas. Este campanazo de alerta nos hizo despertar del letargo y nos evidencio el peligro que corríamos al tener que compartir con esa tropa nuestros sitios de trabajo, esas personas asesinadas al igual que nosotros, campesinos, nunca creyeron ni creíamos que esos que juraban ser nuestros protectores hicieran tales vilezas, y esos mismos sujetos que se acomodaban cómodamente en nuestros muebles fueran tan asesinos, eran ya tres años de estar a nuestro lado, de escuchar sus historias, ya estábamos habituados a escucharlos decir... "esos hijos de putas que matamos el mes pasado, o la semana pasada... o ayer". Un día de julio del 2005, por más de guardar silencio ante la calamidad ajena, por miedo a no correr la misma suerte de los asesinados, la buena suerte se nos acabó, miramos lo que no debíamos ayer mirado y fuimos inculpados de haber informado a la Defensoria del pueblo del asesinato de unas personas y nos dieron 20 días de plazo para desocupar la región bajo pena de asesinarnos (PESQUISA de campo, Manaus/AM, 2006 – 2008).

As estratégias que os grupos armados utilizam para controlar e dominar os grupos camponeses organizados atinge resquícios de crueldade. Disfarçam-se de amigos, de apoiadores da luta como se fossem outros "iguais", ou seja, numa comunidade de afro-colombianos, os desarticuladores se apresentam como se fossem membros de um outro grupo equivalente de territórios tradicionais. Entram nas suas casas, comem com suas famílias, participam de seus cultos religiosos,

convivem com seus trabalhos. Até que um dia, se revelam como espiões e, sem o menor escrúpulo, entregam o grupo, denunciam suas estratégias de resistência, sua organização interna, suas lideranças e, de assalto, anunciam o golpe de traição.

Em outra entrevista, outro membro da família Mosquera, que é engenheiro agrônomo, expressa sua revolta à impunidade das milícias que agiam na região do Valle. Disse que sabia, de fonte segura, que eles eram “bancados” pelo Estado para semear o terror e promover o deslocamento de todos os que cultivavam as terras cobiçadas pelos grandes investidores do bicomcombustível, já que se tratava de uma região muito propícia à palma-africana:

El intento del cultivo de esta siembra é muy antiguo en Colombia, pero, ahorita que el gobierno añadió a ella una valoración comercial inconmensurable, todos los grandes empresarios quieren sembrarla. Pasa que la Palma Africana de Aceite, también llamada Palma aceitera o Palma Africana simplemente, es el cultivo oleaginoso que mayor cantidad de aceite produce por cantidad de superficie. Dicen que su cultivo tiene un contenido del 50% en el fruto, puede rendir de 3.000 a 5.000 kg de aceite de pulpa por hectárea y de 600 a 1.000 kg de aceite de palmiste. Además de su alto rendimiento por unidad de superficie, la palma de aceite es importante por la gran variedad de productos que genera, los cuales se utilizan en la alimentación y la industria. Tanto el aceite de pulpa como el de almendra se emplean para producir margarina, manteca, aceite de mesa y de cocina, y jabones. También hay el interés comercial por su aceite de pulpa que se usa en la fabricación de acero inoxidable, concentrados minerales, aditivos para lubricantes, crema para zapatos, tinta de imprenta, velas. Se usa también en la industria textil y de cuero, en la laminación de acero y aluminio, en la trefilación de metales y en la producción de ácidos grasos y vitamina A. todo esto nos informaron los tecnólogos que intentaron hacernos cambiar la agricultura familiar de cítricas por la palma. Algunos campesinos lo hicieron, pero, no tardó y entregaron sus propiedades a los grandes empresarios de la palma (PESQUISA de campo, Manaus/AM, 2006 – 2008).

O que revela esta reflexão dos refugiados é outro aspecto do conflito igualmente complexo. A política de favorecimento econômico aos grandes grupos, especialmente os investidores estrangeiros, vem sendo denunciada por muitas das vítimas diretas do conflito, que parece estar longe de um desfecho. Segundo os camponeses, especialmente os afro-colombianos que viviam nas terras tradicionais,

tão logo os grupos armados conseguem “desocupar o terreno”, aparecem os grandes investidores com suas máquinas revirando as terras e plantando todos os centímetros disponíveis.

Segundo analisam, está ocorrendo uma verdadeira expropriação de seus bens e propriedades que passam a ser comercializadas com os grandes empresários do ramo agroindustrial e florestal. Denunciam também as empresas de exploração de minérios e petróleo em terras indígenas e de direito tradicional. Um fator que vem contribuindo para o acirramento do confronto é o fato de muitos camponeses afro-colombianos e indígenas estarem já há muitos anos organizados como movimento popular ou de resistência. Por outro lado, há projetos governamentais sendo implantados em plena zona de conflito, onde os trabalhadores são “jogados”, pelas agências do Estado, no meio do fogo cruzado⁵².

É o que recolhemos nesta outra narrativa:

El motivo de mi desplazamiento desde Colombia fue que adquirí una propiedad en el departamento del Vichada para un proyecto de reforestación. Este proyecto recibe financiación de bancos de desarrollo social por tratarse de una agricultura sostenible y porque la reforestación está firmada en el Tratado de Kyoto. Nosotros hemos nos enterado de esto por los movimientos sociales y por las organizaciones. Desde hace ocho años vinculamos unos cuantos interesados en el proyecto, todos campesinos de la zona, que ya conocían las tecnologías para el cultivo de “teka”, “Acaciomagno” y “caucho”. Además de esto, cultivamos yuca, plátanos y toda calidad de otros alimentos para consumo y mantenimiento hasta que la finca empezara a producir las maderas. La condición de financiación siempre fue que no se podría tumbiar la floresta nativa sino sembrar donde ya se le habían deforestado. Otra condición para la financiación fue que no se hiciera convenios con sembradores de coca. El grupo, más de veinte familias, siempre estuvimos muy fijados en el proyecto que se nos presentaba como una alternativa económica y sostenible además de que a nosotros nos gustaba la actividad de reforestación. Pero, no lo vieron con buenos ojos los paramilitares de la zona, justo porque no era para sembrar coca.

⁵² Algo parecido com os grandes projetos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária entre os anos de 1970 e 1980 quando os camponeses “colonos” eram destinados a áreas de colonização onde havia uma significativa presença indígena, especialmente no norte o Mato Grosso e no sul de Rondônia. Conseqüentemente, o confronto entre os colonos e os índios era provocado pelo Estado que não se responsabilizava pelas conseqüências.

Luego los mismos paramilitares repartieron las zonas boscosas de mi propiedad a cultivadores de coca para que sembraran esta y yo me opuse y claro empezó el problema para mi porque después de que tumbaron los montes y empezaron a sembrar, el ejército de Colombia les llegó a la zona para el plan de “desmovilización” y destruyó mucha parte de el trabajo que ya tenían adelantado. Luego, sacaron algunos de estos señores paramilitares la conclusión de que yo había llevado el ejército a la zona y me sentenciaron de muerte. Cuando pareció que toda la zona ya estaba “desmovilizada” el ejército partió y nosotros nos quedamos tirados en la selva sin protección de nadie. Pasado una semana, regresaron los paramilitares ya que permanecieron en la zona los que están manejando drogas o el cultivo de la coca a mando de ellos (paramilitares). Luego, sentenciaron que nosotros del proyecto tendríamos que salir para la liberación de la finca pues la necesitaban para el cultivo de coca [...] (PESQUISA de campo, Manaus/AM, 2006 – 2008).

As terras destinadas ao famoso projeto de reflorestamento estão na mira dos plantadores de coca e dos cartéis de narcotraficantes do mundo inteiro. O Estado colombiano sabe desta situação e da disputa histórica por espaços para o referido plantio e o beneficiamento manufaturado do produto. Mesmo ciente da real situação, o Governo destina estas terras para um projeto social de reflorestamento com grandes investimentos internacionais sob a égide da proteção ecológica e defesa ambiental.

Em quase todos os relatos, os deslocados contam uma das estratégias de resistência é o diálogo e que o enfrentamento só ocorre depois de esgotadas as tentativas de entendimento:

[...] Por largo tiempo intentamos platicar con los líderes paramilitares para permanecer en la zona con el proyecto de reforestación, pero no los permitieron de ninguna forma. Yo me opuse a esto juntamente con mi grupo de campesinos del proyecto de reforestación. Determinado día, uno de los paramilitares me avisó que me iban a matar. Dijo que ellos tenían una lista de personas para matar y que mi nombre estaba por primer para morir. Inmediatamente yo tomé la decisión de alejarme por un tiempo después que supe de un campesino vecino que le quitaron la tierra para sembrar coca y nadie sabe lo que pasó con él y con su familia (PESQUISA de campo, Manaus/AM, 2006 – 2008).

Outro elemento muito presente nas análises dos refugiados e deslocados é a denúncia da prática da corrupção por políticos locais, igualmente beneficiados pelos agentes do conflito. Muitas corrupções indicam o atrelamento de políticos locais com narcotraficantes. Estes, por sua vez, estão atrelados aos agentes diretos do conflito, ora paramilitares, ora militantes guerrilheiros, ora grupos ligados às organizações de auto-defesas, como se pode confirmar na seguinte narrativa:

En el mes de Julio del año 2002 recibí y acepté una propuesta para trabajar en la ciudad de Leticia, capital del departamento del Amazonas, como Ingeniero Auditor en la Contraloría Departamental del Amazonas, cargo que desempeñé hasta el mes de Diciembre del año 2003. Esta fue una ocupación demasiado peligrosa en Colombia, pues en ese cargo yo tuve que verificar la correcta ejecución de todas las obras contratadas por las entidades del Estado, como la Gobernación del Amazonas, la Alcaldía del Municipio de Leticia, la Alcaldía del Municipio de Puerto Nariño, el Hospital Departamental del Amazonas, las Empresas de Servicios Públicos Municipales y en general, todas las entidades oficiales de carácter Nacional, Departamental y Municipal que manejan dineros del Estado colombiano, motivo por el cual tuve oportunidad de conocer en detalle muchos hechos de corrupción política y administrativa, por los cuales fueron encausados varios de los gobernantes locales en la ciudad de Leticia, como consta en los archivos de la Procuraduría Nacional de la Nación, la Contraloría Departamental del Amazonas, la Contraloría General de la República, el Departamento Administrativo de Seguridad – DAS – y en general todos los organismos de control y seguridad en Colombia. No es difícil imaginarse que, siendo Leticia una ciudad relativamente pequeña, todo el mundo sabe la actividad que desarrolla cada funcionario del Estado, y obviamente, todos los funcionarios de esas entidades del Estado sabían que yo era la persona encargada por la Contraloría Departamental del Amazonas de realizar esas investigaciones. Más aún: entre Abril y Agosto de 2003 llegué a presentar varias conferencias acerca del Régimen de Contratación Estatal vigente en Colombia, dirigidas a los funcionarios de las entidades estatales y todos sabían que yo era una autoridad en materia de Contratación Estatal en la ciudad de Leticia. El peligro de ese tipo de actividad es que en Colombia no es posible investigar o denunciar actos de corrupción política o administrativa, sin que ello conlleve una grave amenaza hacia quien realiza esta labor. Así pues, la naturaleza de mi trabajo originó una intensa persecución política y amenazas contra mi familia y contra mí (PESQUISA de campo, Manaus/AM, 2006 – 2008).

Parece oportuno destacar que o referido engenheiro, ora entrevistado, mesmo portando provas documentais sobre as perseguições sofridas, teve sua solicitação de refúgio indeferida pelo Comitê Nacional para os Refugiados –

CONARE que alegou “*falta de provas contundentes*” para o reconhecimento da sua condição de refúgio.

Em sua narrativa, o referido engenheiro civil demonstra grande conhecimento de causa e tem plena consciência de que, se houvera aderido ao esquema de corrupção, não teria tido necessidade de fugir da Colômbia colocando em risco a segurança de toda sua família. Esta “fratura”, parafraseando Said, parece ainda estar “exposta” cada vez que tem que encarar a dura realidade do exílio estando indocumentado no Brasil. Em muitas ocasiões, parece estar tranqüilo com sua consciência por ter agido de forma correta e mantido sua postura ética, mesmo que isso lhe tenha custado o exílio. Em outros momentos, o desespero do não provimento das necessidades básicas da família, tais como alimentação, medicamentos, aluguel da minúscula casa onde moram, o transporte urbano, o gás, a água e a luz, faz com que pareça um tanto arrependido de seu passado. Entretanto, é portador de uma esperança e de uma paciência tão grandes que faz com que muitos sintam vergonha de sua covardia e omissão perante os esquemas de corrupção nas instâncias políticas, igualmente praticadas no Brasil.

Esse engenheiro sabe bem que, com sua atitude, não mudou os rumos na política na Colômbia. Porém, sabe-se sujeito de uma coragem e ousadia praticadas por poucos, naquele e em outros países. E, mesmo depois de saber que estava sentenciado de morte, seguiu buscando mobilizar alguma força política para assegurar-lhe a vida e a de sua esposa e filhas. Somente depois de todas as alternativas se esgotarem é que decidiu buscar refúgio no Brasil:

[...] Tan pronto como conocí la existencia de estas amenazas de muerte, procedí a instaurar una denuncia escrita ante el CTI de la Policía Nacional, identificada como Denuncia N°. 311 de fecha 26 de Diciembre de 2006, sin obtener ninguna protección de las autoridades; en mi país todo el mundo sabe que las autoridades colombianas no tienen la capacidad de garantizar la vida de una

persona, aún cuando ella haya sido amenazada, especialmente por razones políticas, como en mi caso. Pedir protección de las autoridades colombianas es realmente perder el tiempo; en este caso, la persona tiene que buscar su propia protección, o entonces salir del país; por eso, decidimos solicitar refugio en el país más próximo: El Brasil (PESQUISA de Campo, 2006-2007).

Esta experiência de desconfiança nas autoridades políticas vem junto com a pouca bagagem que o refugiado consegue trazer na sua fuga. Novamente parafraseando Said: “*é uma fratura incurável... sua tristeza essencial jamais pode ser superada*” (SAID, 2003, p.46).

Outro aspecto importante presente na análise política das vítimas é a crítica à política interna da Colômbia para os deslocados⁵³. Não raro encontramos em Manaus, pessoas que recusaram se submeter à condição de deslocados internos através dos registros oficiais, como é o caso de um dos entrevistados nesta pesquisa:

Quiero comentarle que en Colombia, por mi situación, pude haberme declarado como desplazado y obtener las ayudas que el gobierno da, aunque preferí no hacerlo por el temor a ser reconocido. Esto porque en Colombia el desplazado es visto por los mismos compatriotas como lo peor. Como mendigos, son maltratados y humillados, en todas partes estorban y son llamados desplazados con desprecio, además para recibir la ayuda del gobierno hay que pasar por muchas penurias. Otra cosa que quiero aclarar es que hay varios tipos de desplazados, los que huyen por miedo al fuego cruzado, abandonan su domicilio y se mudan para otra región estas personas no huyen de nadie y a donde llegan no corren riesgo de muerte. Son desplazados, los que son amenazados de muerte y a donde quiera que vallan dentro del país, están corriendo riesgo, como es mi caso (PESQUISA de campo, Manaus/AM, 2006 – 2008).

⁵³ El conflicto armado colombiano está imponiendo unos costos excesivos sobre la población civil. La evidencia más dramática de los crecientes ataques a la población civil es el incremento continuo en el número de hogares desplazados. Las cifras actuales de la RSS estiman que el total de hogares desplazados inscritos en el Sistema único de Registro alcanza a ser 1.784.626 personas, lo cual equivale a cerca del 3.7 por ciento de la población colombiana y al 13.7 por ciento de la población rural. Dada la expansión del conflicto a lo largo del territorio colombiano, casi todos los municipios del país son hoy lugares de recepción o expulsión de población desplazada. Más aún, en 2004, la intensidad del desplazamiento en los diez municipios del país más afectados por dicho fenómeno oscilaba entre 60.000 y 80.000 personas desplazadas por cada 100.000 habitantes. Relatoría de Ana María Ibáñez de la Universidad de los Andes Carrera 1E No.18A-10 Bogotá, Colombia (aibanez@uniandes.edu.co)

A análise crítica aos programas políticos de atendimento aos deslocados vem ganhando cada vez mais espaço no debate internacional. Na sua unanimidade, os deslocados e refugiados que vivem em Manaus e no Amazonas tecem duras críticas à política de Uribe aos deslocados internos. Questionam não somente a debilidade da política que está mais direcionada à promoção dos deslocamentos e menos voltada ao atendimento ou à reparação dos danos provocados pelo processo interno, mas principalmente a falta de indenizações a que teriam direito todos os desapropriados pelo Estado.

A primeira grande crítica se refere justamente às cifras oficiais destinadas aos programas governamentais na chamada fase de desmobilização do conflito. Como nos relatos anteriores, há muitas denúncias de corrupção ativa nos meandros da política interna com relação aos recursos nacionais e internacionais destinados aos programas de desmobilização do conflito.

O deslocamento interno é conseqüência inerente do dito processo de desmobilização. Oficialmente, os deslocamentos forçados são necessários para salvaguardar a vida das vítimas do conflito. No entanto, há muitas categorias de deslocados internos na Colômbia à espera de uma possibilidade de reassentamento que implica na recuperação de suas terras, tomadas em nome da desmobilização do conflito, e na indenização pelos danos materiais. Porém, há perdas pessoais e traumas emocionais que são irrecuperáveis nesses processos de deslocamento compulsório.

3.3. Críticas às instituições brasileiras encarregadas pelo atendimento aos refugiados e deslocados

Ao se deparar com as autoridades brasileiras encarregadas de atender e encaminhar os casos às instituições responsáveis, vem à tona toda aquela mesma

desconfiança e, em muitas situações, o sentimento de revolta contra as instituições colombianas acaba se voltando contra as brasileiras. Por conta disso, muitos não querem solicitar refúgio pelo simples fato de não se sentirem seguros para se apresentar à Polícia Federal onde devem iniciar o processo.

Como já mencionamos no primeiro capítulo, a imagem que a Polícia Federal repassa aos países fronteiriços é a de uma instituição máxima da segurança nacional. É mais temida e respeitada do que o próprio exército que seria o encarregado legítimo da guarda da fronteira. Talvez por seu histórico de permanentes ações de combate ao narcotráfico na região, especialmente pelas estratégias de investigações e as freqüentes apreensões. É fato que a Polícia Federal conquistou grande respeito e prestígio na região fronteiriça, o que lhe confere também grande temor por parte das pessoas em situação de refúgio. A situação é muito complexa porque na maioria dos casos, as pessoas sofreram perseguições por parte do exército colombiano e dos paramilitares que muitas vezes se confundem com as autoridades policiais. Prova disso é que muitas pessoas não pronunciam o nome dos grupos armados justamente por não saber de quem se tratam.

Diante disso, quando as vítimas chegam à fronteira e descobrem que a autoridade oficial a que devem se apresentar para solicitar o refúgio a que têm direito no território brasileiro, é a Polícia Federal, em geral apresentam resistências e insegurança. Primeiro porque já se encontram totalmente fragilizadas pelo processo de deslocamento interno forçado. Segundo porque estão traumatizadas pela violência sofrida. Fica complicado confiar em quem quer que seja. No geral, o sentimento de desconfiança aflora com grande conotação. Quando são informadas de que é a mesma Polícia Federal, encarregada de proteger a fronteira dos

narcotraficantes, que vai servir de interlocutora entre os solicitantes de refúgio e as instituições nacionais encarregadas de garantir a proteção, as vítimas titubeiam e, não raro, preferem não correr o risco. É o que declara uma *desplazada* que se desertou da guerrilha das FARC:

Quando llegué a la oficina de la Policía Federal en Manaus, fue tomada por gran temor. No logré confiar en la chica encargada para conversar conmigo. Ella no me comprendía en mi lengua y no me pareció confiable. La chica me pareció muy joven y no pareció enterada de lo que pasa en Colombia. Además, la primera cosa que me preguntó fue se había tenido alguna cosa con narcotraficantes. Luego me pareció un interrogatorio más que una charla. Ella dijo que no me iba llenar el boletín de solicitud porque mi caso no era de refugio. Dijo que Brasil también tiene sus problemas y que se a cada rato una persona que ha tenido problemas económicos en Colombia decide venir a Brasil, dentro de poco tiempo habrá mas colombianos que brasileiros por acá. Dijo finalmente que de pronto lo mejor era irme de acá. Yo me puse muy aburrida con ella porque he dejado mi familia, mi gente, mi patria porque ya no soporté más seguir con las FARC por sus manuales de guerrilla. Al huirme de allá, buscaba un sitio donde pudiera garantizar y recomenzar mi vida. No quiero dañar a nadie. Por eso prefiero estar secreta y ignorada de esta gente de la Policía de acá también (PESQUISA DE CAMPO, 2008).

Da mesma forma que não confiam na polícia, também não conseguem depositar confiança nos agentes das instituições encarregadas de garantir proteção como é o caso do ACNUR e do Conare. Este último envia entrevistadores para recolher informações dos solicitantes de refúgio. Nessas horas cruciais, o sentimento fala mais forte que a razão e desabafam: *“La señorita no me entrevisto. Ella me ha hecho un interrogatorio como se yo y mi familia hubiéramos cometido algún crimen o un asesinato”*.

Os relatos indicam certo despreparo por parte das instituições que lidam com as vítimas. Muitas vezes, a forma truculenta com que estão acostumados a lidar com os conflitos, impede um diálogo sincero com os solicitantes de refúgio, o que gera uma desconfiança generalizada. Logicamente que este não é o único fator que leva as vítimas a não solicitar o refúgio. Entretanto há de se convir que os traumas

vividos anteriormente conduzam ao grande temor do enfrentamento. Daí muitos preferirem o anonimato ao enfrentamento ao aparato institucional.

Nos contatos permanentes mantidos com os desplazados que tiveram suas solicitações de refúgio indeferidas pelo Conare, percebe-se grande sentimento de frustração e impotência, especialmente por não compreenderem as circunstâncias do indeferimento. Em geral, os textos do Conare são muito curtos e objetivos, carregados de termos técnicos que não conseguem convencer nem explicar os motivos da negativa, como aparece na seguinte narrativa:

Hasta el día de hoy, yo no puedo retornar a mi país de origen. Tengo un bien fundamentado temor de persecución porque si regresara a Colombia afrontaría de nuevo las persecuciones y, lo que es más grave, las amenazas de muerte se pueden cumplir y ocurrir mi muerte o la de algún miembro de mi querida familia. En Colombia, cuando los políticos consideran a una persona como un enemigo, quieren eliminarlo, en una no declarada guerra, y de hecho, no descansan hasta asesinarlo, aunque tengan que hacerlo bien sea a través de delincuentes comunes o a través de la delincuencia organizada. Y ellos ya tienen un plan para asesinarme a mí o a uno de los miembros de mi familia. Esta persecución existirá por lo menos por una generación, por lo tanto no podemos regresar a Colombia. El pasado día 20 de Junio de 2007 recibí un documento “DECLARAÇÃO” en la Delegación de la Policía Federal, en que nos comunican que “El Comité Nacional para los Refugiados CONARE, en la reunión plenaria realizada el día 25 de Mayo de 2007, decidió negar nuestra solicitud de reconocimiento de la condición de refugiados, según ellos porque no quedó demostrada la existencia de fundado temor de persecución compatible con los criterios de elegibilidad prevista en el art. 1º de la Ley 9.474 del 22 de Julio de 1997. Ante ello, presentamos un pedido de reconsideración ante el SEÑOR MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, quien posteriormente confirmó la decisión de CONARE. Yo comprendo que a nivel mundial son mucho más conocidas las acciones desarrolladas por los grupos ilegales que operan en Colombia, y seguramente la percepción general es que los colombianos solicitantes de refugio en otro país son generalmente perseguidos por esos reconocidos grupos ilegales. Pero creo que los miembros del Comité de CONARE no pueden subestimar el peligro derivado de la persecución de los políticos corruptos que hay en Colombia. Ellos tienen vínculos con la guerrilla, los grupos paramilitares, y con miembros de la delincuencia común y organizada, y los utilizan para cumplir sus amenazas. Nosotros somos perseguidos políticos por querer trabajar honestamente, de acuerdo con la Ley de Dios. Y hacer honestamente mi trabajo como funcionario público me convirtió en la piedra dentro del zapato de los políticos corruptos. ¿Ahora tengo que pagar por eso? - ¿Y mi familia también? (PESQUISA de campo, 2008).

A escassez de informações ou a falta de esclarecimentos por parte das instituições termina por obscurecer as decisões, o que faz com que os deslocados se sintam duplamente rejeitados: primeiro pelo país que os expulsa, depois pelo país que não esclarece os verdadeiros motivos para não os acolher como refugiados. Esta situação termina gerando um estado de angústia permanente e de completa insegurança pelo fato de saberem que se encontram irregulares no país e não podem retornar à Colômbia nem tão pouco resolver sua situação no Brasil. É o que relata este deslocado:

Yo estoy muy seguro de que existen elementos circunstanciales que no fueron tenidos en cuenta para el estudio de nuestra solicitud de refugio porque nadie tira a la basura una carrera profesional que está próxima a terminar en la mejor Universidad de Colombia, y nadie tira a la basura un excelente contrato como profesor, celebrado para todo el año 2007 con una Empresa Estatal, por venir a pasar dificultades en Brasil, excepto, por una razón muy poderosa como es una amenaza de muerte. Nosotros dejamos nuestros proyectos de vida inconclusos y ahora necesitamos restablecer nuestras vidas, pero no podemos regresar a Colombia. En el caso de que no nos sea posible permanecer en Brasil, tendremos necesariamente que buscar a otro país. Esto nos sería demasiado perjudicial ya que estamos en otro proceso de adaptación con ingresos en el trabajo, las escuelas, la comunidad, la familia (PESQUISA de campo, 2008).

Outra questão necessária nesta discussão é a questão da imparcialidade nos julgamentos das instituições. A exigência da neutralidade perante a análise do conflito exige das instituições um julgamento “justo”, no mais profundo de seu significado que estabelece a mais transparente imparcialidade. Entretanto, quando os deslocados averiguam os textos dos indeferimentos, identificam alguns elementos que colocam em questionamento este preceito. O principal deles é o não reconhecimento da perseguição política em regiões colombianas que declaradamente estão comprometidas com determinados grupos armados, principalmente as FARC. Falta às instituições uma análise mais contextualizada da

complexa realidade atual do conflito a fim de perceber que existem vítimas de todos os lados e não somente dos grupos contrários às FARC.

Outra dimensão no mínimo questionável por parte das instituições oficiais é o seu conceito de “migrantes econômicos”. Por isso, fizemos questão de estabelecer esta diferenciação no primeiro capítulo deste estudo identificando os migrantes peruanos nesta categoria que é muito diferente da situação de refúgio. O que vem ocorrendo é que há uma insistência nas prerrogativas dos indeferimentos por parte dos agentes institucionais que insistem em classificar os desplazados na categoria migrantes econômicos. Pode ser que isso se deva ao fato da grande incidência de migrantes peruanos nesta situação. Entretanto, sem recair em julgamentos superficiais ou preliminares, basta um pouco mais de investigação para se perceber que alguns casos não se enquadram de forma alguma nesta categoria que o Conare vem insistindo.

Nosotros no hemos sido inmigrantes económicos por eso insistimos en la cuestión del refugio. Nadie dejaría un futuro promisor en la política con sueldos mensuales fijos para pasar necesidades en otro país. Nadie sometería su familia a las agruras del hambre afuera gran peligro de muerte bajo las amenazas que sufrimos. Nadie sacaría su hijo de los estudios tecnológicos case a fines de la secundaria en una escuela respetada en Colombia para meterlo a un futuro desahuciado. Yo no estoy loco para hacer eso a los míos. Sufrimos mas todavía porque en Colombia nos hemos acostumbrado a una vida económicamente estable con nuestra habitación amplia y confortable, con buenas escuelas para nuestros hijos, con buena comida y surtimientos. No estaría pasando hambre acá se pudiera regresar a mi país y recobrar mi vida buena. No tenemos porque mentir a nadie. Lo único que ahora pido a Dios es un poco de paz para seguir adelante con dignidad. Por fin, aún mediante la negación de parte del CONARE, no podemos regresar a Colombia porque aun no estamos seguros. Ni tampoco hay como marchar a otro país. Desahuciados estamos intentando otra vez la solicitud del refugio insistiendo en esto porque esta es nuestra condición. También en este relato de nuestra historia, hemos compartido cosas y hechos los cuales nos duele recordar y por eso, hemos omitido en la entrevista que hicimos a los de CONARE la primera vez. Todo lo que queremos es garantizar nuestra existencia. Sabemos que todavía extrañamos a los nuestros allá en Colombia, pero sabemos que ya no podemos regresar (PESQUISA de campo, 2008).

A última parte desta narrativa apresenta um elemento pertinente em outras entrevistas: a dificuldade de confiar nos agentes institucionais. Vários são os fatores que contribuem para esta situação, dentre eles, a forma da abordagem, os formulários extremamente técnicos, o pouco tempo que os entrevistadores dispõem para conversar com os solicitantes e, principalmente a expressão de descaso para com as narrativas. Além desses fatores, outro fator importante é que os solicitantes precisam se dirigir à sede local da Polícia Federal para prestar seu depoimento. Daí muitos se sentirem mais interrogados que entrevistados; daí a insegurança em expor dados tão pessoais de suas histórias de vidas sem antes encontrar receptividade por parte dos relatores. O exagerado teor técnico das entrevistas pode comprometer sobremaneira a exposição dos relatos.

3.4. A importância dos elementos culturais na elaboração de políticas de atenção aos deslocados e refugiados

Outro detalhe que pode parecer de pouca relevância para as agências institucionais encarregadas das políticas de atenção aos refugiados e deslocados, mas que pode ser decisivo para a compreensão dos aspectos subjetivos do atendimento, é o fator cultural da relação interpessoal. Especialmente para os camponeses ou interioranos, o fato de terem que tratar de um assunto tão sério e tão pessoal com pessoas muito mais jovens é um grande entrave. Nas várias entrevistas e conversas informais, os deslocados se referem aos agentes institucionais da Polícia Federal, do Acnur e do Conare como *“los chicos”*.

É importante refletir nesta questão o fator cultural que estabelece uma relação respeitosa para com os mais velhos. É preciso considerar a dificuldade que estas pessoas têm para se abrir com pessoas tão mais jovens. Para essas pessoas,

especialmente os adultos, não acostumados a um diálogo mais aberto nem com seus próprios filhos, imagina como ficam na presença de uma entrevistadora do Conare com vinte e poucos anos, dominando um espanhol eminentemente técnico e que se demonstra pouco inteirada ou interessada por sua história de vida? Como se abrir com uma pessoa tão alheia e tão mais jovem confienciando questões tão pessoais?

É fato cultural que esses camponeses querendo ou não, estão acostumados a lidar com pessoas bem mais maduras (no sentido da idade mesmo) para tomadas de decisões e para se estabelecer laços de confiança mútua. Esta outra narrativa pode evidenciar alguns desses elementos:

Por fines, le cuento que no fue fácil hacer acordar estos hechos pasados con mi familia. Te los cuento porque he tenido confianza en su persona. Lo mismo no he tenido con la chica del Conare y por eso he omitido muchos datos de mi desplazamiento. Quizás por esto el Conare no me ha permitido el refugio al cual estoy totalmente seguro de merecerlo. La vida acá sigue muy difícil. Los sentimientos de miedo, los traumas psicológicos, los temores fundamentales de la inseguridad, los rechazos, la discriminación por los cuales hemos pasado nosotros en la condición de irregular nos hizo muchos daños personales y psicológicos. Pero, de todas formas, no tenemos ninguna condición de regresar a Colombia. Yo sé que se regreso, pongo mi vida y la vida de los míos en peligro. Por eso hemos permanecido en Manaus, aún se nos ha notificado la policía federal a salir del país lo más pronto posible. Esto ya lleva case cinco meses de los cuales hemos vivido bajo gran inseguridad temiendo ser deportados de manera riesgosa por saber que se nos mandan a Colombia, nos mandan a la tumba. Pero a mi me parece que esto no le interesa a la chica del Conare que me ha interrogado ni tampoco a los chicos del Acnur cuando estuve en su oficina y allá en la pastoral para hablar con el abogado que también es muy chico para comprender nuestra dramática situación. Quizás podrán comprendernos cuando sean mayores. Pero puede ser que hasta allá sea demasiado tarde para nosotros (PESQUISA de campo, 2008).

Se o fator idade não fosse tão relevante, com certeza não o evidenciariam com tanta insistência. Entretanto, não se quer com isso desconhecer a formação e a competência destes agentes institucionais, principalmente considerando que todos eles e elas passaram por processos seletivos nos concursos públicos. O que se quer

é apenas chamar a atenção das instituições que parecem não estar muito atentas aos fatores culturais ao apresentarem suas políticas de atendimento aos refugiados e deslocados.

Capítulo IV – A SITUAÇÃO DAS REFUGIADAS E DESPLAZADAS COLOMBIANAS NO AMAZONAS À LUZ DA REFLEXÃO DOS ESTUDOS DE GÊNERO.

Enquanto a vulnerabilidade das mulheres durante os conflitos e emergências é sempre notada, por outro lado nem sempre salienta-se sua grande força. Quando as pessoas estão abatidas pela crueldade da guerra é a mulher quem oferece a luz de sanidade. Elas têm o poder de criar e promover a paz. Elas renovam e preservam a humanidade. Quando os homens estão lutando, ausentes, feitos prisioneiros, já mortos ou desaparecidos, as mulheres preservam a cultura e a memória histórica daquele povo. Sobre este aspecto, muitas vezes as mulheres se tornam alvos específicos da guerra porque mantêm a sociedade civil funcionando. Além disto, o poder reprodutivo da mulher é temido também, porque pode reproduzir o inimigo. Por isto em todas as guerras as mulheres são submetidas à violência. O estupro é usado como arma de desumanização e degradação de toda a comunidade para fins políticos. A reconstrução após um conflito é freqüentemente feita por meio de serviços de assistência às mulheres, em atenção às suas necessidades. As mulheres se tornam chaves para a reconstrução da sociedade. Claro que os homens têm seu papel, mas as mulheres geralmente são promotoras da paz e da estabilidade. As mulheres refugiadas são lutadoras, não apenas sobreviventes.

Chinappan Amalraj****

Uma dimensão que se destacou muito nas pesquisas de campo, nas etnografias e nas conversas informais com os sujeitos deste estudo, é a situação das mulheres. Dada a importância desta temática por sua peculiaridade na

**** Sacerdote Jesuíta – coordenador do Jesuit Refugee Service (JRS) no Sul da Ásia. Ref. www.amaivos.com.br

sociologia dos deslocamentos compulsórios, dedicamos este capítulo para tratar alguns elementos relevantes para a análise como um todo.

4.1. Mulheres colombianas no itinerário do refúgio

Nos estudos migratórios, onde se insere a temática dos refugiados, muito se tem falado sobre a mobilidade de grupos vulneráveis onde se destacam as mulheres e as crianças. Atualmente, as cifras internacionais indicam um crescente aumento destas duas categorias no conjunto das populações refugiadas e deslocadas ao redor do mundo. Há estimativas indicando que mais da metade dos refugiados em todo o mundo é constituída por mulheres e crianças⁵⁴.

Esta realidade contextual vem fazendo com que as mulheres elaborem uma análise muito específica dos processos de deslocamento compulsório a partir das experiências que só elas vivenciaram na sua intimidade de mulher, com uma carga de sensibilidades e perceptividades próprias do ser feminino.

No caso da Colômbia, é cada vez maior o número de mulheres registradas nos programas de atendimento aos deslocados nas zonas de conflito, as que se deslocam em condição irregular para outros países e as que solicitam refúgio nos países vizinhos da Colômbia. No contexto dos refugiados colombianos no Amazonas, ora analisado neste estudo, é significativo o quantitativo de mulheres com suas histórias de vida e sofrimento. Carregam, além dos filhos no colo, marcas e feridas que ainda sangram quanto recordadas. Enfrentam, sozinhas, a nova vida

⁵⁴ Em 2007, o número de refugiados totalizou 37,4 milhões, dos quais 11,4 milhões estariam fora de seus países e 26 milhões seriam refugiados internos, afirmou o levantamento anual da agência das ONU para os refugiados (ACNUR), com estatísticas de mais de 150 países. Os colombianos são a terceira nacionalidade com o maior número de refugiados, com cerca de 552 mil buscando refúgio fora do país. No entanto, o país tem cerca de 3 milhões de refugiados internos e figura em primeiro lugar nesta categoria, de acordo com o relatório divulgado pelo ACNUR

ou criam redes de resistências com outras mulheres. Entretanto, a angústia e o sofrimento do exílio vêm proporcionando uma nova elaboração fatural do conflito sob a ótica feminina.

E la situación de desplazamiento la discriminación y la victimización se agudizan por el sexo y por la etnia. La dramática situación del desplazamiento es particularmente significativo en las mujeres, las adolescentes y las niñas. En ellas a la estigmatización del desplazamiento se le superpone la violencia sexual, abusadas sexualmente, el incremento de la violencia intrafamiliar y el mayor grado de discriminación en el ejercicio de los derechos políticos y económicos (CASANOVAS, 2005, p. 14).

A condição feminina se torna ainda mais vulnerável quando esta é afrocolombiana ou indígena. No debate sociológico atual, o reconhecimento da maior vulnerabilidade social das mulheres é também o reconhecimento de que sistemas de subordinações se cruzam, como os de classe, de raça e de gênero, o que leva a crer que as políticas de ações afirmativas se fazem necessáriaS, mais no sentido de minimizar discriminações por conta de identidades político-culturais, como o ser mulher, ser negra, ser jovem ou ser mais velha⁵⁵.

As refugiadas e desplazadas que atualmente vivem no Amazonas ⁵⁶, denunciam as atrocidades cometidas contra as mulheres nesta condição de desplazadas ou refugiadas. O estigma da condição de desplazados reduz os grupos humanos à completa miséria e exclusão social, o que para as mulheres é ainda mais recalcado, principalmente se não estiver na companhia de seus maridos, o que é o caso de grande parte delas.

Outra denúncia muito veemente nos diversos relatos é a de que as políticas de atenção aos desplazados internos na Colômbia, que deveriam ser traduzidas em

⁵⁵ Relatório do Seminário Mulher, Mercados e Relação de Trabalho, promovido pela Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara - Subcomissão Especial para Analisar a Situação da Mulher no Mercado de Trabalho - coordenado Deputada Vanessa Grazziotin. Brasília, Espaço Cultural da Câmara, 28 de outubro de 1999

⁵⁶E que outrora passaram pelos centros de acolhida aos desplazados, que na verdade são verdadeiros campos de refugiados, concentrados em determinadas zonas suburbanas de Bogotá ou outras grandes cidades da Colômbia.

intervenções imediatas com soluções claras e bem definidas, estão se concretizando em processos de incrementação da condição de miséria e vulnerabilidade das vítimas do conflito. As mulheres denunciam que nestes campos elas estão sendo reduzidas à completa mendicância da assistência humanitária internacional.

3.2. Dimensões eminentemente femininas do conflito colombiano

Em alguns depoimentos, recolhidos ao longo de dois anos de pesquisa de campo, muitas mulheres expressaram os sentimentos de dor e saudades mesclados com a angústia e a revolta, pela perda de seus maridos e companheiros que lhes foram arrancados dos braços e do abraço familiar de formas excessivamente violentas. No relatório de campo de Rocío Castañeda, pesquisadora do Grupo por La Paz, encontramos um relato dramático sobre a angústia das mulheres que procuram por seus maridos desaparecidos nas zonas de conflito:

Sol, una mujer de San Rafael, un pequeño municipio ubicado en el oriente del departamento de Antioquia, Colombia, relató el drama de sus búsquedas por su marido: “es que yo no tengo ni los restos, ni sus cenizas, no me dejaron nada de él”. Se refiere a Ramiro, su esposo, de quien no tiene ninguna noticia desde hace 6 años cuando hombres de un grupo armado – tal vez de paramilitares, no se sabe, no sabemos quienes la oímos, porque la gente sencillamente no pronuncia los nombres de los armados – se lo llevaron, lo desaparecieron. Ramiro es uno más de los cientos de desaparecidos que permanecen sólo en la memoria de quienes los lloran, de quienes no pueden dejar de llorarlos porque ni siquiera pueden elaborar su duelo. “[...] No me dejaron nada de él”. Sol reclama saber qué pasó con Ramiro, al menos su cuerpo, para poder sepultarlo, para poder llorar sobre su tumba, llevarle flores, ofrecerle una misa. Sol reclama con rabia por qué ni siquiera le dejaron darle el vaso de agua que Ramiro pedía cuando se lo llevaron. “Tenía mucha sed y ni siquiera pude darle un vaso de agua”. Los ojos de Ramiro con la mirada perdida vuelven todos los días a la mente de Sol. “No me miraba a mi, sólo miraba a lo lejos; no puedo quitarme esa imagen de la cabeza”. En Colombia, las organizaciones que hacen seguimiento a los casos de desaparición forzada dicen que hay desaparecidos. Detrás de esos números se esconden infinitas historias, como la de Sol y Ramiro. Sol baja la cabeza. No quiere recordar más, pelea con la imagen de Ramiro, y entre más lo hace, ella vuelve con más fuerza

para no dejarle olvidar que necesita una explicación de lo que le pasó a su esposo, necesita saber la verdad, tal vez sueña con la justicia – ni siquiera la menciona – menos habla de una reparación; ella sólo quiere una sepultura para Ramiro⁵⁷.

No relatório, a pesquisadora de campo enfatiza que “*El dolor de Sol es dolor de nosotros*” indicando que esta angústia e revolta afetam a muitas pessoas ao mesmo tempo. Não somente as vítimas, os que estão diretamente envolvidos no conflito, sofrem com a situação dos seqüestros, desaparecimentos, massacres e todo o tipo de violação aos direitos humanos. Trata-se de uma realidade que afeta, em diferentes proporções, uma gama de sujeitos relacionados nesse contexto, marcado pela complexidade de sua abrangência. São as “*infinitas histórias que se escondem por trás dos números*” ora apresentadas sob a perspectiva feminina.

A sensibilidade com que Rocío, a pesquisadora, apresenta o relato de Sol, a vítima do conflito, revela também elementos específicos da abordagem sociológica a partir da compreensão feminista que contrasta com a dimensão pouco refletida nos relatórios oficiais que apresentam as cifras do conflito por parte do Estado colombiano que é a questão da justiça e da responsabilização do Estado nas zonas de conflito. Para Rocío, a socióloga, o relato de Sol representa o sofrimento de milhares de outras esposas e filhos que não estão cobrando do Estado um ressarcimento por suas perdas materiais. Estão tão somente cobrando o direito de enterrar dignamente o corpo de seus entes queridos. Muitas destas mulheres sequer sabem de seus direitos à reparação ou indenização, por parte do Estado, uma vez que é o grande responsável pelo acirramento do conflito durante o interminável processo de desmobilização ou desarmamento das partes envolvidas

⁵⁷Apuntamientos de setiembre de 2006 del Grupo Por La Paz vinculado al Centro de Investigación y Educación Popular de Santafé de Bogotá, Colombia.

Muitas são as mulheres em situação de refúgio, hoje vivendo na Amazônia, que também carregam a dor de não ter podido enterrar o corpo de seus maridos, parceiros, filhos, familiares, amigos e companheiros de luta. Não sabem sequer se seus corpos foram realmente enterrados nas valas comuns⁵⁸ ou se simplesmente os atiraram aos peixes dos rios ou à floresta para serem devorados pelos animais selvagens⁵⁹. Os traumas causados pelas perdas e, principalmente pelas circunstâncias em que se deram tais perdas, se convertem em sentimentos de revolta e rancor, estampados nos semblantes entristecidos e angustiados de muitas mulheres *desplazadas*⁶⁰ vivendo em Manaus.

Retomando a perspectiva dos sujeitos sociológicos, emerge também outra abordagem que está sendo gestada na experiência de milhares de mulheres refugiadas e desplazadas, mesmo sob o peso da análise machista e dominadora dos homens, mesmo estando na mesma condição. Como bem analisa Simone de Beauvoir:

Em verdade, a natureza, como realidade histórica, não é um dado imutável. Se a mulher se enxerga como o inessencial que nunca retorna ao essencial é porque não opera, ela própria, esse retorno. Os proletários dizem 'nós'. Os negros também. Apresentando-se como sujeitos, eles transformam em 'outros' os burgueses, os brancos. As mulheres — salvo em certos congressos que permanecem manifestações abstratas — não dizem 'nós'. Os homens dizem 'as mulheres', e elas usam essas palavras para se designarem a si mesmas: mas não se põem autenticamente como Sujeito (Beauvoir, 1980, p. 13).

Essa dificuldade de se entenderem como categoria específica, como sujeitos desse novo processo onde passam a escrever uma nova história em suas vidas, mesmo sob essas circunstâncias, passa a ser decisivo no debate teórico

⁵⁸ No seu relato Ortiz, um líder camponês, conta que os paramilitares os obrigavam a cavar valas comuns para enterrar as vítimas dos freqüentes confrontos.

⁵⁹ Muitas pessoas contam histórias de chacinas onde as vítimas foram decapitadas e os corpos atirados aos rios ou incinerados até a sua cremação total para não deixar pistas.

⁶⁰ Igualmente em situação de refúgio sem o reconhecimento oficial ou porque não solicitaram ou porque tiveram os pedidos negados pelo CONARE.

sobre as relações de gênero. Nesse sentido, é preciso pensar para além da sociedade dividida em classes sociais:

Estabelece-se então uma relação pedagógica, paternalista, de subordinação da mulher frente ao homem, exatamente como no interior do espaço doméstico. O pai, o marido, o líder devem ser obedecidos e respeitados pelas mulheres, incapazes de assumirem a direção de suas vidas individuais ou enquanto grupo social oprimido (RAGO, 1985, p. 68).

No contexto do conflito colombiano, elas representam um grupo social específico e altamente oprimido. São elas as vítimas mais vulneráveis das violências sexuais. Roubam-lhes os maridos, os filhos, os pertences e a dignidade de mulher. Cortam-lhes as cabeças e exibem seus corpos despidos em lugares públicos, não antes de terem se aproveitado ao máximo da sua condição feminina. Perguntada sobre os motivos de sua fuga para o Brasil, Dolores desabafa em prantos:

Aún en la zona de protección para los desplazados bajo los organismos internacionales, el cuerpo de mi hermana apareció desnudado y crucificado en un alambrado de la plaza central. A los que pasaban les causaba náuseas por la condición que se presentaba. Cerca de la plaza encontraron su cabeza echada en la basura. Dijeron que le hicieron esto a ella porque a su marido lo eligieron presidente del grupo de defensa de los derechos humanos de los desplazados de esta zona. Llevaron a ella, embarazada a las cinco semanas para afectar a él. Pero lo han afectado a todos nosotros los desplazados. No soporté más vivir allí porque cada vez que miraba hacia la plaza me acordaba de todo lo que ha pasado a mi hermana a los veinticinco años. Colombia para mí fue sepultada con mi hermana el aquel siniestro día lunes de enero del 2007. Ya no quiero regresar a este país (Pesquisa de Campo, 2007).

As atrocidades cometidas contra as mulheres colombianas nas zonas de guerra são cada vez mais perversas. As refugiadas denunciam os crimes de violação sexual que são cada vez mais freqüentes nas áreas rurais. A quase totalidade das desplazadas relata ter sofrido algum tipo de violência sexual, desde o assédio aos estupros violentos. Todas, unanimemente, dizem conhecer alguém que tenha passado pelo mesmo: a mãe, a irmã, a filha, a sobrinha, a amiga, a líder comunitária, em fim, sempre há mais uma mulher violentada na sua dignidade.

Também muitas famílias se deslocaram para o Brasil por causa da preeminência de aliciamento das filhas menores ou adolescentes pelas facções de guerra, principalmente os paramilitares que, segundo relatos, levam as meninas para fins de exploração sexual, já que não há indícios de mulheres em seus pelotões de ataque. Segundo os relatos, os grupos guerrilheiros das FARC, pelo contrário, ainda recrutam as mulheres, especialmente adolescentes e jovens, sob a égide da ideologia revolucionária. Entretanto, transformam essas mulheres em uma espécie de homens travestidos, prontos para defender o ideal da revolução, à custa até mesmo do sacrifício da identidade feminina. Uma jovem indígena que se desertou das FARC conta que viveu um tempo de intensa opressão, pois ouvia todos os dias do general comandante: *“Acá no hay distinción de etnias ni razas, de jóvenes ni viejos, ni hombres ni mujeres. Todos nosotros nos dignamos de los ideales libertarios y esto nos hace hombres guerrilleros listos a morir por la revolución”*.

Em nome da ideologia da revolução, as mulheres são aniquiladas à condição de “guerrilheiros” como se o seu ser feminino não contasse. Pior do que essa negação do gênero é a masculinização da condição feminina nas zonas de conflito. Logicamente existem os relatos lendários em torno dos símbolos e heróis da guerrilha, entretanto, deixando de lado os mitos, a desplazada Lucía contou que na região de Villavicencio, capital do Estado de Meta, uma das figuras mais temidas da guerrilha é uma mexicana que comanda, à punho de ferro, um exército com centenas de homens e mulheres muito “*valentes*”:

Una mañana, después de escullar por largo tiempo la confrontación, a lo lejos en la selva, entre los guerrilleros y los paramilitares que llevó noche adentro, llegaron dos heridos en búsqueda de medicinas en el centro de atención de salud comunitario en el poblado de Vichada, donde trabajaba mi hermana y otra enfermera. Ellos no les dijeron quien era ni de donde venían. Pero todos nosotros supimos que se trataba de dos “para” por sus vestimentas y aparatos y por las amenaza que hicieron a las enfermeras para curarlo lo mas pronto posible. Las obligaron a ellas a curarlos e se los llevaron alguno

antibióticos para las heridas. Pasados dos días, llegaron cuatro guerrilleras, de las cuales identificamos la terrible Dolores, la mejicana. De pronto le interrogaron a mi hermana Sandra preguntándole porque habían curado a los “para”. Ya temiendo por su vida, mi hermana les contestó que no lo sabían y que tienen por ética profesional cuidar a todo y cualquiera herido o enfermando que se presente ante ellas. Pero la sentenciaron allí mismo en presencia de todos los comunitarios. La Comandante Dolores dijo: “*Nosotros les informamos a todos ustedes que el Tribunal del Ejercito del Pueblo ha juzgado y decidido por la muerte de estas dos traidoras de la revolución*”. Sin más, las llevaron afuera y las colgaron en un árbol y las ametrallaron en la presencia de todos. Después, pusieron sus cuerpos bajo las leñas e incineraron por toda la noche mientras que los comunitarios fueron obligados a traer leñas para mantenerlo. Cuando llegó Rafaelito, el novio de mi hermana, se puso loco de rabia y quiso agredirlas. Lo mismo ha hecho el hijo mayor de Marcela, la otra enfermera. Pero, también estos dos fueron asesinados en esta misma noche y sus cuerpos fueron igualmente calcinados en el mismo fuego. Pasado todo esto, la comandante nos ha sentenciado a todos nosotros bajo la sospecha de traicionar la revolución. Por eso nos hemos desplazado de esta zona hacia Brasil (PESQISA de Campo, 2007).

Dois elementos chamam a atenção neste relato de Lucía sob a ótica de análise por outra mulher. Primeiro a estigmatização da compreensão da figura da mulher guerrilheira como se ela tivesse que ser menos guerrilheira, mais clemente, pelo fato de ser mulher. Por outro lado, as próprias mulheres esperavam que ela agisse diferente ou ficaram chocadas por sua ausência de “clemência” no seu ofício de guerrilheira.

O outro elemento é a ausência quase completa, segundo os relatos, de algo que lhe identificasse como uma mulher guerrilheira. As estratégias de luta são similares às dos homens, não há sinais de nada que lhe fosse específico como mulher. Lembra um pouco a imagem estereotipada da figura de Maria Bonita na Revolução do Cangaço no nordeste brasileiro (1918 a 1938) ou o símbolo regionalista de Luzia Homem (em 1878) também no nordeste brasileiro. Ao que tudo indica, as mulheres gostariam de ver algo diferente na “*terrible Dolores*”, ou será que no fundo o que as choca é o fato de Dolores ter deixado seu ofício de

prendada ama do lar e ter se convertido em uma guerrilheira *sem eira nem beira*, como diz o dito popular?

Em várias ocasiões, as desplazadas expressaram a mesma indignação para com atitudes como as da “*terrível Dolores*”. No fundo, está presente aquela concepção de que guerrilha, revolução, serviço militar e tantos outros ofícios correlacionados é coisa de homem. E que o lugar de Dolores seria lá mesmo no México de onde nunca deveria ter saído para se aventurar nos ideais da dita revolução.

Esta concepção não foge muito a aquela moral proletária que se estabeleceu durante o século XIX, que se fundava em três distintos paradigmas. Primeiramente o reacionário saudosismo pelo feudalismo que recordava aquela vida no campo, ligada à terra, construindo um imaginário de ideal familiar no mundo rural mediado por outras relações sociais, outra lógica de tempo e espaço, de moral e costumes onde cabia à mulher o papel de cuidar dos filhos e do marido, como fiel protetora do lar e dos costumes. A cidade passou a representar o lugar da ruptura desse imaginário rural. É como se o êxodo rural fosse o grande responsável por todas as mudanças sociais, políticas e econômicas pelas quais passava a sociedade. Na cidade, a imagem feminina passava por um processo de vulneração e violação quando da submissão ao trabalho nas fábricas e nas minas. O que não deixava de ser verdade por causa das terríveis condições a que eram submetidas.

O segundo paradigma se refere ao conceito que os próprios operários elaboravam das mulheres. Considerando que a moral operária também era influenciada pelos conceitos da cultura burguesa, vitoriana, em que a figura da mulher está intimamente relacionada à vida privada onde a mulher ideal era aquela que se preparava para o casamento aprendendo os afazeres domésticos e alguns ofícios das artes como tocar piano. Mesmo tendo plena consciência de que este

ideal burguês estava muito distante da dura realidade em que vivia a classe operária, muitos teóricos como Auguste Comte (1798–1857) e Émile Durkheim (1858–1917) apresentavam esta prerrogativa aristocrática como uma moral burguesa a ser seguida também pela classe operária.

O terceiro paradigma apresenta os elementos mais conceituais a partir da ótica da classe proletária influenciada pelos ideais socialistas que teciam uma análise um tanto radical para explicar o papel da mulher proletária. Uma das fundamentações deste paradigma se encontra no Manifesto Comunista, (MARX; ENGELS, 1997: 40) onde Marx e Engels, afirmavam que os burgueses “(...) *não contentes em ter as esposas e as filhas de seus proletários a sua disposição, sem falar nas prostitutas comuns, sentem grande prazer em seduzir a esposa um do outro*”. Estaria nesta concepção a idéia de que o trabalho feminino seria uma forma de prostituição ou vulgarização da mulher. Na cabeça de muitas lideranças da classe operária, a fábrica, o sindicato, o partido, não era o “lugar social” da mulher. Entretanto, tiveram que reconhecer o avanço das mulheres também nestas instâncias de participação e de luta organizada.

Retomando a temática da situação e participação das mulheres no conflito colombiano, mesmo sob toda opressão machista e as práticas militarizadas impostas às FARC, refugiados e desplazados, indistintamente, reconhecem a grande influência da participação das mulheres na guerrilha como se pode conferir nesta narrativa:

Vivíamos en el Mitú en la zona de selva. Allí tuvimos una convivencia muy armoniosa con la guerrilla. Las FARC estuvieron muy presentes en esta zona. Mi familia los acogía muy frecuentemente en nuestra propiedad. Me acuerdo que hubo un tiempo en que la gran parte del Ejército del Pueblo era formado por mujeres jóvenes e muy guapas. La primera vez que conocí una computadora fue en manos de una guerrillera, una chica española que vino integrarse a la guerrilla. Ella lo manejaba con gran maestría y a veces invitaba a nosotros para mirar las fotos y películas que

tenia en su computadora. Otra de ellas era una chica alemán bien pequeñita e flaquita, pero, tenia muchas destrezas con las armas que manejaba. Nuestra gente les tenía mucho respeto. Pero, después que empezaron las confrontaciones con el ejercito del gobierno, tuvimos muchos problemas con la presencia de las guerrilleras. El ejército no nos permitía relaciones amigables con ellas y nos acusaba de partidarios de las FARC. Una fecha, mi hijo ha trasladado por el río en su bonguito a unas de estas guerrilleras, las cuales ya conocía desde tiempos en esta zona. Pasa que a los tres días, llegaron los paramilitares con la información de que nosotros estuviéramos a lo lado de las FARC. Uno de estos demonios trajo una motosierras y destrozó a mi hijo que tenía no más que catorce años de edad. Mi único varoncito que ya iba ingresar en la secundaria. Después que se fueron las guerrilleras, ya no tuvimos paz. A cada rato llegaban los para siempre nos amenazando y pidiendo cuentas por las vacunas que recogían mensual o quincenalmente. Soportamos todo hasta que terminaron todos los víveres y ya no hubo suerte de permanecer en nuestra zona. Por eso venimos a Manaus después de vivir dos años en la selva pendientes de la protección del gobierno que no ha llegado (PESQUISA de campo, 2007).

Neste relato de Juan Gabriel, que nunca se declarou partidário das FARC, parece que a presença das mulheres estabelecia outra relação com a guerrilha e, curiosamente, o fato de serem guerrilheiras, parece não o incomodava, pelo contrário, transparece admiração e reconhecimento de sua inteligência, destreza e beleza. A relação era mais de amizade do que de submissão em troca de proteção na zona de conflito.

4.3. A questão de gênero e os elementos culturais

O que conteúdo da narrativa pode não resumir todos os meandros da compreensão e aceitação das mulheres guerrilheiras. Em nenhuma das narrativas apareceu o mesmo apreço pelas mulheres colombianas (indígenas ou negras) que também compõem o exército revolucionário. Isso revela que ainda há elementos importantes a serem considerados nos estudos de gênero como, por exemplo, a dimensão cultural. Ou seja, ao mesmo tempo em que se aceita e até se venera uma

alemã ou uma espanhola nas fileiras da guerrilha, não se reconhecem, pelo menos na mesma proporção, o mesmo ofício praticado pelas mulheres mais próximas como as próprias colombianas, equatorianas, ou mexicanas. Entretanto, há centenas de mulheres combatentes das FARC, como o que passou com Luzmarina, da etnia Wayuu:

Yo tenía unos 12 años y escuchaba mis papás que tenían miedo a que viera los paramilitares a nuestra zona de Guajira. Pero mi pueblo, los Wayuu, tenían mucho aprecio a los guerrilleros de las FARC. Algunos de nosotros, estuvieron con las FARC por largos tiempos. Algunos de estos no regresaron jamás a nuestro pueblo. Una tarde llegaron los guerrilleros. Conversaron largo tiempo con los mayores. Después, preguntaron quienes de nosotros, los jóvenes, nos gustaría seguir con ellos a la revolución. En aquella fecha nadie estaba preparado para esto. Pero ellos se quedaron con nosotros un par de días. Después marchamos, mis parientes y yo, con ellos hacia el acampamiento en la selva. En realidad yo no tenía ni idea de lo que pasaría a nosotros en los años siguientes. Hubo muchos enfrentamientos con los paramilitares y después con el ejército. Después de un par de años, yo extrañaba demasiado a los míos. Además ya no tenía ninguno de mis parientes en los asentamientos por donde anduve. No sé al cierto precisar la edad que tenía. Pienso que unos veinte o veintiuno años y ya estaba demasiado cansada de aquella vida de masacras y enfrentamientos seguidos. Entonces, he decidido por huirme de allí. Una noche marché en las tinieblas. Ya conocía algunos de los senderos, pero no tenía seguridad de donde iba llegar. Pero sabía sí que los jefes me iban a buscar a lo lejos. Al principio no logré llegar a ninguna parte conocida. Después de un par de meses huyendo, en los poblados, llegué a unas mineras allá en las cercanías de Venezuela. Creía ya estar cerca de mi pueblo. Pregunté a uno de los mineros, un brasileño, por los Wayuu o los del “mato malo”⁶¹. Mi he informado entonces de las carreteras por las cuales debería marchar hacia mi gente. Me puso muy contenta por haber de regresar después de hace casi diez años. Pero, muy pronto, se acercó uno de los míos antes mismo que pudiera adentrarme a la zona de los Wayuu. Pronto el ancianito, en mi lengua, relató todo lo que ha pasado a mis papás y a mi hermanito. Los guerrilleros aparecieron para buscarme e interrogaron a ellos. Cómo no tenían ninguna información a respecto mío, pensaron que no querían entregarme a ellos. En la mañana siguiente se los encontraron muertos a los tres. A mi papá se lo hicieron bajar una culebra por su garganta mientras interrogaban a mi mamá y a mi hermanito. El ancianito dijo que por mi culpa, amenazaron a todos los Wayuu. Por eso, ordenó que yo marchara lo más pronto y para lo más lejos que pudiera. Case me muero por la tristeza que se me ha tomado mi alma (PESQUISA de campo, 2006-2007).

⁶¹ Así llaman a los de Guajira por su zona desértica.

Esta análise nos remete também a outra abordagem importante que é a feminilização da guerrilha. Não raro, as narrativas indicam uma expressiva presença de mulheres nas fileiras das FARC. Muitas famílias foram forçadas a se deslocarem temendo que suas filhas fossem recrutadas pelas FARC, especialmente nas zonas aonde a dimensão ideológica ainda permanece muito forte, como afirma a camponesa refugiada: *“mi hija Anita iba cumplir los quince y siempre cultivó una admiración por las guerrilleras. Entonces, antes que ellas la llevase o que ella misma lograra hacerlo, decidimos huir para Brasil para escaparnos de esta dicha”*.

4.4. Mulheres e grupos vulneráveis nos deslocamentos compulsórios

Outra dimensão importante que contribui ainda mais para a vulnerabilidade das mulheres em situação de refúgio e deslocadas se refere exatamente a esta última categoria. As mulheres sem situação de refúgio que permanecem no território brasileiro em situação irregular se encontram em situação de vulnerabilidade ainda maior que a categoria de refúgio oficializado. Muitas delas permanecem anos no anonimato. Não freqüentam a escola, não assina contrato de trabalho, não participa da vida social. Retomando outra parte da narrativa de Luzmarina, temos uma vaga idéia desta realidade:

[...] Regresé a la minería. Conversé con el mismo brasileño que a mi me pareció confiable. Relaté a él todo lo que pasó a mí. Él dijo que me quedara por allí con ellos hasta que fuera seguro para marchar a otra zona. Empecé a trabajar con mineros preparando comida a los comensales. Viví allí casi un año hasta que llegaron los paramilitares los cuales tienen hace años el control sobre el comercio, legal e ilegal, de gasolina y droga en la llamada región binacional. Fuimos a Maracaibo, una zona en Venezuela, cerca de la frontera. Desde allá esperamos por la salida de los paramilitares de la zona de minería. Pero se pasaron los meses y ellos tomaron a los mineros bajo su control. Antonio no quiso someterse a la explotación de los paramilitares. Dijo que ya tenía lo suficiente para regresar a Brasil donde vive su familia. He decidido venir con él. Para trasladar a la

frontera tuvimos que esperar un par de días porque no tenía mis papeles⁶² para viajar a Brasil. Después de casi una semana, logramos avanzar a la frontera. Yo temía por todo principalmente por el idioma ya que no hablaba bien ni el español peor todavía el portugués. Todo me pareció muy difícil. Pero la familia de Antonio me acorrió muy bien. No tardó mucho y su papá logró intercambiar un terreno en las cercanías de Presidente Figueiredo. Mientras preparaba las carreteras hacia el terreno anduve con una amiga de la familia de él. Ella me trata como a su hija. Antonio quiere casarse conmigo, quiere bautizarme en la iglesia donde frecuenta. Pero para todo me piden los papeles. Quisiera vivir allá en la finca sin tener que presentar papeles a nadie. Quisiera tener coraje de decir a la policía la verdad de lo que pasó conmigo. Pero cuando llegué delante de él⁶³, tuve miedo que me entregara a las FARC. Por eso mentí a él y ruego a Dios que no tenga jamás que presentarme a nadie que me va reconducir a aquellos que se me lo quitaron a los míos. Todavía no sé hablar el idioma de Brasil. Pero Antonio me comprende muy bien. Quisiera tener hijos con él, pero no quiero buscar a los doctores. Acá todo es muy distinto, extraño a mi gente, mi cultura, mis costumbres y mi etnia. He cambiado el “mato ralo” por la selva. Pero es distinto porque ahorita, en esta selva donde estoy, no tengo que agarrar armas ningunas, ni matar, ni huir de nadie. Por eso, estoy bien y tengo a Antonio y a su familia. Despacio voy a recomenzar mi vida en otro país, con otra gente que ahora es mi gente también. Nadie acá sabe lo que he pasado en mi vida. Solamente Antonio lo sabe. Es mejor que la gente no sepa lo que es la guerra (PESQUISA de campo, 2006-2007).

Esta realidade de anonimato, como na narrativa acima, faz com que a mulher se submeta freqüentemente à condição de subordinação e inferioridade, não somente na relação com o outro sexo, mas também com relação às outras mulheres que se acham ameaçadas por estas “aventureiras misteriosas” que aparece do nada.

A situação tende a se agravar ainda mais quando estas mulheres, como Luzmarina, não conseguem falar do passado e com isso são incompreendidas e rechaçadas das relações sociais.

Este é um grande desafio para as políticas nacionais e internacionais para refugiados e deslocados, especialmente no que se refere à situação daquelas que

⁶² É a forma de referir-se aos documentos pessoais. Nunca teve nem mesmo seu registro civil na terra indígena. Durante o tempo que esteve com as FARC não lhe pediram documentos. Só agora aos 23 anos é que descobriu que precisa dos tais dos “papeis” para se mover nesta sociedade altamente burocratizada.

⁶³ O delegado da Polícia Federal a quem se apresentou para solicitar o refúgio.

se encontram em situação irregular, indocumentadas, que, pode ser a grande maioria das desplazadas na Amazônia.

Capítulo V – NOVOS HORIZONTES EPISTEMOLÓGICOS NA SOCIOLOGIA DOS DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS

Os refugiados se tornaram, à imagem caricatural da nova elite do poder no mundo globalizado, a epítome daquela extraterritorialidade em que se fincam as raízes da atual *precarité* da condição humana, que tem lugar de destaque entre os temores e ansiedades de nossos dias. Esses temores e ansiedade, procurando em vão por outros esquadros, despejaram-se sobre o ressentimento e o medo que os refugiados provocam. Não podem ser desativados nem dispersos num confronto direto com a outra encarnação da extraterritorialidade, a elite global flutuando além do alcance do controle humano, poderosa demais para que se possa enfrentá-la. Os refugiados, AL contrário, são um alvo fixo em que se descarregar o excesso de angústia...

Zygmunt Bauman^{*****}

Após analisar vários fragmentos do conflito colombiano e seus impactos na Amazônia, identificando os sujeitos sociais envolvidos e refletindo a atual conjuntura nos itinerários do refúgio, dedicaremos este capítulo para aprofundar a temática recolhendo, outras contribuições teóricas, ou ainda retomando os depoimentos e reflexões dos refugiados e deslocados.

Muitos analistas externos, principalmente os sociólogos e cientistas políticos, insistem que a paz na Colômbia só será possível com o fortalecimento da sociedade civil colombiana que, desde 2000, vem articulando a “Assembléia Permanente pela Paz” e tentando fortalecer a intervenção política da sociedade civil organizada:

***** BAUMAN, Zygmunt. Amor Líquido. Rio de Janeiro: Zahar, 2004 (p. 164)

A possibilidade de uma solução pacífica passa pelo estabelecimento de um ambiente que as favoreça, o que definitivamente não está nos planos de Uribe e da cúpula militar da Colômbia, ainda mais quando podem contar com o apoio americano nos níveis atuais. O conflito colombiano a esta altura transformou-se num grande negócio e move muitos interesses econômicos e políticos (JAKOBSEN, 2008, p.47).

A expectativa do fim do conflito é a grande esperança dos deslocados e dos refugiados que não perdem de vista a possibilidade de retornar um dia à seu país. Por onde quer que estejam, continuam carregando esta esperança, ainda que muito remota, devido aos desdobramentos da situação atual da Colômbia.

Movidos pela nostalgia, muitos alimentam a expectativa do retorno. É como se estivessem à espera de um milagre que implicaria numa mudança radical dos rumos políticos e econômicos do conflito e, num passe de mágica, pudessem regressar a seus antigos lares. Entretanto, sabem que poderão não reencontrar o que deixaram para trás:

A ilusão da qual se alimenta a nostalgia que tem, por contrário, a decepção – e sobretudo, como se ter partido por tanto tempo não houvesse mudado em nada o emigrante que retorna, no fundo, não para reencontrar a si mesmo, tal como era (ou acreditava ser) quando partiu: é desta outra ilusão que freqüentemente participa a decepção engendrada pelo retorno (ou uma certa forma de retorno), reação inversa, mas totalmente complementar à consciência nostálgica. Em resumo, não se deixa sua terra impunemente, pois o tempo age sobre todos os seus pares (SAYAD, p. 14).

Na análise precisa de Sayad, emergem elementos subjetivos com seus reflexos no cotidiano dos deslocados e refugiados. Eles têm consciência das transformações pessoais causadas pelo impacto do deslocamento compulsório. Também percebem mudanças na análise que estabelecem do conflito estando, em tese, distanciados, ao menos fisicamente, das zonas de tensão. Eles sabem que a experiência adquirida do encontro e do confronto com outras pessoas, culturas, posições políticas e contextos sócio-econômicos, marcará para sempre uma nova etapa em suas vidas.

Para Sayad outro ponto crucial, no caso do deslocamento compulsório, é a importância de pertencimento nacional. Por onde quer que vá, o “ser colombiano” estará sempre presente e voltará à tona a qualquer menção de aspectos relacionados ao sentimento de pertença:

Ao tempo, ao espaço, ao grupo, os principais quadros que estruturam a vida social e mesmo toda vida social e mesmo toda existência individual – existir no tempo, no espaço e no interior de um grupo social (é a condição da existência política) – sempre está em causa um pertencimento nacional, um pertencimento nacionalmente definido: o pertencimento a cada um a seu tempo é um pertencimento à história nacional; o pertencimento ao espaço é um pertencimento ao território nacional; o pertencimento ao grupo dos nacionais é um pertencimento à nação e à nacionalidade que lhe são comuns (SAYAD, 2000, p. 13).

Ao menor sinal de identificação nacional, a reação é sempre a busca de um país que corrobora com sua auto-identificação e vem à tona a defesa incondicional de sua nacionalidade e o desejo de um país sem as marcas do conflito. É como se o retorno os fizesse encontrar um novo país, uma nova realidade, sem as manchas do passado. Os processos de deslocamento compulsório e a condição de refugiados são sempre marcados pela ruptura. Esta, por sua vez, faz com que o sujeito reelabore uma mudança interior profunda. Isso o que leva a crer que aquele que vai embora, nunca mais retorna o mesmo.

Na conjuntura concreta dos deslocamentos compulsórios dos desplazados e refugiados, o rompimento com os laços no seu lugar de origem e a ausência destes no novo destino, faz com que se tornem cidadãos sem lugar, ou de “lugar nenhum”, parafraseando Bauman. A ausência do sentimento de pertencimento se apresenta como uma das maiores rupturas interiores experimentadas pelos refugiados e desplazados.

5.1. O projeto político da Colômbia a partir dos deslocamentos compulsórios: defesa dos direitos humanitários ou dos interesses econômicos privados?

A Comissão de Direitos Humanos do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, em seu relatório anual sobre a situação dos direitos humanos na Colômbia, divulgado em abril de 2004, apresenta a seguinte conclusão:

La política de atención a la población desplazada presentó un retroceso. Las acciones diferenciales en materia de salud, vivienda, acceso a tierras y proyectos productivos se han visto afectadas por el proceso de reestructuración de entidades públicas, la indefinición de las políticas, los limitados presupuestos asignados y el debilitamiento de las medidas de discriminación positiva. La Corte Constitucional tuteló, en una sentencia de marzo de 2003, el derecho de los desplazados intraurbanos a obtener los beneficios y atención previstos en las normas nacionales. A pesar de los logros en asistencia de emergencia, especialmente en los desplazamientos masivos, existe un porcentaje alto de desatención a los derechos económicos, sociales y culturales de la población desplazada, en particular de las mujeres, niños y grupos étnicos. Por otra parte, en la política gubernamental existe un especial interés por los retornos de los desplazados a sus lugares de origen. No obstante, en los retornos impulsados por la Red, la voluntariedad siguió siendo cuestionable por la falta de alternativas socioeconómicas, de información, de un proceso participativo y de garantías de seguridad, por la persistencia del límite temporal de meses de asistencia, la continuidad del conflicto y las pocas alternativas de restablecimiento o reubicación⁶⁴.

Em nível internacional, o conflito tem se configurado como uma questão humanitária com desdobramentos cada vez mais complexos. Dentre os quais, o mais catastrófico tem sido o deslocamento compulsório que continua crescente e empurrando cada vez mais os deslocados para outras fronteiras dos países vizinhos e até mesmo para outros países mais distantes em busca de refúgio que lhes garanta a proteção internacional.

El desplazamiento forzado es — todos lo sabemos — una de las más graves y conmovedoras expresiones de la deplorable situación que afronta Colombia en materia de derechos humanos y derecho internacional humanitario. Tal situación sólo podrá ser superada si el Estado colombiano se decide a tomar decisiones y emprender

⁶⁴ Naciones Unidas, Comisión de Derechos Humanos, *Informe del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos sobre la situación de los derechos humanos en Colombia*, E/CN.4/2004/13, 17 de febrero de 2004, párr. 101.

acciones firmes, coherentes y armoniosas, que impidan el abuso criminal del poder y la degradación de la conflictividad bélica, y garanticen de modo eficaz los derechos fundamentales de quienes han sido golpeados por esas manifestaciones de la injusticia. Para ello es necesario, en primer término, que las autoridades nacionales den un cumplimiento más riguroso y oportuno a las recomendaciones internacionales, recomendaciones que, según la jurisprudencia de la Corte Constitucional, deben acogerse y aplicarse por las autoridades administrativas, servir como base a los proyectos legislativos y orientar el sentido y el alcance de las fallos de tutela. Estos dos principios resultan quebrantados cuando la población desplazada — víctima de hechos constitutivos de graves violaciones de los derechos humanos o de crímenes de guerra— no sólo debe enfrentarse al drama de su desarraigo, sino que se convierte en víctima de la discriminación y de la marginación. Como efecto de la primera, es objeto de tratamientos diferenciales que, de *iure* o de *facto*, la desfavorecen por motivos injustos o arbitrarios. Como efecto de la segunda, se ve privada, sin razón legítima, del ejercicio de ciertos derechos o de la prestación de determinados servicios públicos. Los miembros de la población desplazada no pueden convertirse, como efecto de su injusta condición, en personas de segunda categoría o en ciudadanos a medias, privados en su existencia cotidiana del ejercicio, el goce y el disfrute de los derechos a través de los cuales desarrollan sus facultades ontológicas de autonomía, de participación y de crédito. El desplazado no sólo tiene derecho a que el Estado le proteja y garantice sus derechos a la vida y la integridad personal, sino a que las autoridades le reconozcan efectivamente su derecho a participar en la conformación, el ejercicio y el control del poder político, su derecho a tomar parte en la adopción de las decisiones que lo afecten y su derecho a exigir las prestaciones que le permitan un nivel de vida acorde con su dignidad. Desafortunadamente la Oficina ha observado que un buen número de las personas desplazadas en Colombia afrontan condiciones de existencia con las cuales se hace patente la pérdida de su integralidad ciudadana. Ello revela, sin duda, graves deficiencias en el diseño y la puesta en práctica de las políticas públicas de atención al desplazamiento forzado. Del “estado de cosas inconstitucional” que encuentra la jurisprudencia colombiana en el problema de los hombres y mujeres desplazados por la violencia, hace parte el menguado ejercicio de la ciudadanía hoy ofrecido a las víctimas de ese grave crimen⁶⁵.

A grave situação não aponta indícios de mudanças a curto ou médio prazo.

Há grupos inteiros nas zonas de deslocamento há décadas esperando, em vão, por ações por parte do Estado. Famílias que perderam tudo o que conquistaram à duras

⁶⁵ Pronunciamiento de Amerigo Incalcaterra, Director Adjunto de la Oficina en Colombia del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos – intervención en el Seminario Nacional “Derecho de ciudadanía y población en situación de desplazamiento” bajo el título **El ejercicio de la ciudadanía y el derecho a tener derechos de los miembros de la población desplazada** (Bogotá, D.C., 28 de octubre de 2004)

penas e que não podem sequer contar com uma justa indenização por parte do Estado.

As cifras indicam que as zonas mais afetadas pelos deslocamentos compulsórios são aquelas de onde provêm a maioria dos deslocados que atualmente se encontram em Manaus e nos vários outros municípios da Amazônia, principalmente nas zonas fronteiriças.

Cifras establecidas por la Vicepresidencia de la República, dan cuenta que Cali acoge en la actualidad aproximadamente 61.608 personas y el décimo lugar en expulsiones con 40.613 personas durante el periodo comprendido entre 2001 y 2008. Sin embargo, estudios recientes realizado por el Observatorio de paz de la Gobernación del Valle del Cauca, arrojan cifras preocupantes sobre el desplazamiento forzado y señalan los ocho Municipios que en mayor número acogen en sus áreas metropolitanas, siendo Buenaventura uno los principales receptores de desplazados con 34, 586 un 38% del total; Le sigue Cali que aloja el 31%; al tiempo que ciudades como Dagua, Buga Tuluá, Jamundí, Palmira y Florida, reúnen un total de 20.789 personas en condición de desterrados⁶⁶.

Num primeiro deslocamento, os deslocados são empurrados para as áreas urbanas nas cidades de grande e médio porte, sendo que a principal é Cali. Boa parte dos deslocados entrevistados neste estudo (67%), antes de vir para Manaus, estiveram deslocados em Cali e de lá trazem tristes recordações tais como a discriminação, a humilhação e a terrível experiência do confinamento nas zonas de deslocados.

Seja na condição de refugiados ou deslocados, o suplício do desterro continua perseguindo esses sujeitos sociais. Um jovem afrocolombiano da família Mosquera que já se encontra bastante adaptado à nova realidade, com seu sorriso característico e olhos sempre tiritantes, perguntado sobre como se sente em Manaus,

⁶⁶ Cifras oficiais disponíveis no site governamental: www.portafolio.com.co.

revela aspectos surpreendentes, vivenciados no anonimato, no silêncio e na solidão do refúgio:

Llegué acá en 2005 con toda mi familia. Pero, pasados dos años casi todos se fueron para otras zonas de Brasil y hasta para otros países. A ellos no les gustaron Manaus porque hace mucho calor, no se encuentra trabajo e la gente es demasiado racista. Los extraño a todos los que se fueron. Case no logro hablar con ellos o ubicarlos en la internet. Sigo siempre trabajando. Gracias a Dios trabajo no me hace falta. Pero vivo muy mal. A veces no tengo ganas de salir a las calles o a las fiestas porque la gente no nos quiere a nosotros los refugiados. Yo lo siento por la forma que nos miran a nosotros. Pienso que es por mi negritud. Tengo pocos amigos acá y me siento demasiado solo. He sufrido discriminación doble por ser negro y refugiado. La gente siempre piensa que un refugiado es un criminoso. Hace poco un brasileño me ofreció dinero para vender drogas y buscarlas en Leticia. Me amiga Rosalía lo aceptó y se la mataron allá en Tabatinga en una tarde de sábado, hace dos meses. Esto me da miedo y a veces tengo ganas de huirme de aquí para donde esta mi papa. Allá en Cali yo he logrado ingresar en la academia. Cuando iba terminar el curso de periodismo, se pasó esta a nosotros. Hasta hoy día no he logrado regresar a la universidad y lo siento por eso. Es como se mi vida hubiera terminado una parte y ahora está difícil rehacer todo. Mas que todo, tengo sueños de casarme con una chica brasileña, tener una familia y quizás un día regresar a Colombia y presentar a mis hijos una patria sin guerra ni violencia (PESQUISA de campo, 2008).

A instabilidade dos sentimentos e planejamento contidos no depoimento deste jovem resume a situação de muitos refugiados que, aparentemente estão bem estabilizados emocional e socialmente. Entretanto, quando paramos para conversar com eles, percebemos que algo não está bem resolvido. É como se o tempo tivesse sido interrompido *“não se estabeleceram nem estão em movimento. Não são sedentários nem nômades”* (BAUMAN, 2004, p. 167). A verdade é que, refugiados e deslocados, vivem um permanente conflito interior marcados por ressentimentos que os impede de avançar na construção de novos espaços de relações sociais nos itinerários do exílio. É como se estivessem todo o tempo, de alguma forma, ligados e movidos pelo passado:

Nos termos em que habitualmente se descrevem as identidade humanas, eles são *inefáveis*. São em carne e osso, os “indecidíveis” de Jacques Derrida. Entre pessoas como nós, que outras valorizam e

que se vangloriam das artes da reflexão e auto-reflexão, eles não são apenas intocáveis, mas também *impensáveis*. Num mundo transbordando de comunidades imaginadas, são *inimagináveis*. E é recusando-lhes o direito de serem imaginados que os outros, agregados em comunidades genuínas ou aspirantes a isso, buscam credibilidade para os seus próprios esforços de imaginação (BAUMAN, 2004, p. 167).

De fato a situação é bastante complexa. Porém, é possível estabelecer uma análise objetiva da conjuntura. Retomando a reflexão de Sayd ao qual recorreremos no início de nossas análises, e aproximando-o das análises de Bauman, entendemos que este contexto é característico da sociedade pós-moderna egocêntrica, que só vê o que quer ver, e continua produzindo o chamado lixo humano:

Há, salpicada em toda parte do mundo, “guarnições de extraterritorialidade”, aterros sanitários para o lixo não-despejado e ainda não reciclado da terra de fronteira global. Durante os dois séculos da história moderna, as pessoas que não conseguiram transformar-se em cidadãos – os refugiados, os migrantes voluntários e involuntários, os “deslocados” *tour court* – foram naturalmente assumidas como um problema do país hospedeiro e tratado como tal (BAUMAN, 2004, p. 161).

Mas, que sociedade é esta que expulsa seus filhos e lhes fecha as portas do retorno? O que se poderia esperar do Estado colombiano com relação aos atuais refugiados e desplazados espezinhados ao redor do mundo? Como disse um dos desplazados “*será preciso esperar passar uma geração inteira para se poder superar parte do que se perdeu*”. Se mantivermos a premissa de Bauman, o tempo de uma geração não será suficiente para se processar as mudanças necessárias. Deveras que esta sociedade pós-moderna e auto-suficiente não está interessada nem um pouco nessas mudanças. Na verdade está investindo cada vez mais na cristalização do projeto desenvolvimentista que passa, como um trator, em cima de todos os que se colocam no caminho.

Una de las causas fundamentales de estas condiciones, ha sido sin duda alguna la puesta en marcha de modelos desarrollistas que solo

buscan un incremento del producto interno bruto, sin contar con una verdadera participación de los diversos grupos étnicos que conforman el país y sin reconocer que cada uno presenta una realidad y una forma de ser distinta. En otras palabras los modelos y sistemas puestos en práctica han apuntado más hacia un crecimiento económico que hacia un mejoramiento de las condiciones del pueblo en general, ha sido más la práctica de un desarrollismo que de un desarrollo basado en el crecimiento y fortalecimiento del ser humano⁶⁷.

Os refugiados e desplazados colombianos, nesta lógica, representariam parte deste lixo humano, dificilmente reciclável e, ao mesmo tempo, esse tropeço no meio do caminho que, fatalmente vai sendo removido e varrido para o mais longe possível para que não impeça nem atrapalhe a implantação dos grandes projetos econômicos de interesses privados.

Nesta perspectiva, está ausente a expectativa da diretiva do retorno de forma planejada. O que preocupa é que não há indicativas da possibilidade do retorno numa fase melhorada. Principalmente a situação dos camponeses, expropriados de suas terras e pequenas propriedades que foram tomadas pelos interesses privados. Esses milhares de deslocados e refugiados não têm mais para onde voltar. Em quase nada se diferem dos apátridas que pertencem a lugar algum, parafraseando novamente Bauman. Isso gera um sentimento de impotência, depressão e desespero, como desabafa uma deslocada:

Ya no soporto mas ver a mi hijo como esta, sin esperanzas, sin aliento, tan desahuciado está que ya no quiere mas vivir. Es mi único varón. Venimos a Brasil después de pasar por tantos sufrimientos. Tenia la esperanza de llegar acá y mejorar alguna cosa. Es cierto que ya no hay el peligro de las persecuciones, de los horrores de la guerra. Pero tampoco no tenemos todavía ni trabajo ni documentos. Seguimos como nadie. Mi hijo cumplió veinte años y mi ha dicho que ya no tiene ganas de vivir. Con mi viejito pasa lo mismo. Ya no sé hasta cuando lograremos vivir de esta manera, sin derechos, sin documentos, sin nada y sin nadie por nosotros. Solo Dios sabrá la dicha de nosotros (PESQUISA de campo, 2008).

⁶⁷ Margrieth Nazareth Cortés, pesquisadora do ILSA - Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos. Pronunciamento sobre Identidade e desenvolvimento dos povos afrocolombianos.

Seguindo esta mesma linha de desespero e desânimo, encontramos outros deslocados numa luta desesperada pela sobrevivência, vendendo chocolate nas calçadas, limpando pára-brisas nos semáforos, vendendo caramelos nos coletivos urbanos⁶⁸.

Por outro lado, o anonimato a que são submetidos os leva muitas vezes a um estado de completa depressão e sentimento de impotência, principalmente os pais que não conseguem garantir o mínimo a seus filhos menores. Nesse ponto, há uma completa desconexão nas redes do movimento social. Em muitos dos casos pesquisados, se tratavam de lideranças do movimento social camponês ou dos grupos afrocolombianos legitimamente organizados. Entretanto, ao chegar em Manaus, não buscam manter a militância e nem mesmo manter a relação com os movimentos sociais locais. Parece que há uma interrupção ou simplesmente transferem para cá as decepções vivenciadas por lá como é o caso das traições por parte de pessoas infiltradas dentro do movimento. Por conta dessas decepções, quando chegam ao Brasil, não procuram ajuda dos movimentos sociais locais.

Ou será que não deveria ser o contrário? É importante perguntar até que ponto as igrejas e os movimentos sociais locais, estão informadas e preocupadas em acolher esses deserdados que continuam. Ao invés de esperar que venham ao encontro do grupos nas suas reuniões, assembleias, encontros vários, não seriam os grupos locais os responsáveis também para ir ao encontro deles, convidar para a participação, ou tão simplesmente visitar, escutar, motivá-los para participar de suas atividades?

⁶⁸ Numa noite, voltando para casa depois do trabalho, já eram quase 23:00h e no ônibus lotado, comecei a ouvir: *“señoras y señores: yo soy un desplazado, con mi papa venimos huyendo de la guerra en Colômbia en la cual se murió mi mama. Estamos en Brasil hace dos años pero todavía no nos dieron el permiso para vivir como refugiados. Por eso estoy a vender caramelos a ustedes. Te los agradezco la ayuda. Gracias a ustedes”* Quando se aproximou, percebi que não tinha mais que 08 anos, pequeno, magrinho, sem escola, sem documentos, sem casa. Em uma para mais adiante, saltou do ônibus e encontrou seu pai que fazia o mesmo em outro ônibus.

Nesse ponto, vem à tona um dos maiores entraves na dinâmica da acolhida e das relações de alteridade. Ocorre que muito se fala de políticas de acolhida, porém, na prática, existem pouquíssimas iniciativas por parte de, igualmente poucas instituições, que se comprometem com ações concretas para além dos discursos. O jesuíta Cláudio Perani, diretor do Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social – SARES, há muito sensibilizado e preocupado com a situação dos refugiados e deslocados colombianos na Amazônia, fazia a seguinte observação por ocasião de um encontro sobre o tema:

A atuação da Igreja e dos movimentos sociais com relação a esses grupos, não pode ser práticas isoladas de determinados seguimentos que não movem as instituições como um todo na direção deste contexto. Em nível eclesial, é inadmissível que o problema dos refugiados seja tratado apenas por uma pastoral específica sem a sensibilização e o envolvimento de toda a Igreja que é, na sua essência desafiada à acolhida incondicional, recordando a premissa teológica do “bom samaritano”. Conhecendo um pouco desta realidade, fico indignado que esta temática não tenha entrado na pauta da última reunião da Conferência do Episcopado da Pan-Amazônia porque este é um desafio para toda a igreja e não somente para uma única pastoral com todas as suas limitações. É preciso que os movimentos sociais estejam atentos a essa dura realidade e estejam preparados para atender esses grupos que foram exotados da Colômbia. Não falo de assistencialismo barato e sim de ações concretas e permanentes. É preciso criar uma atitude de acolhida incondicional, ir ao encontro, criar redes de acompanhamento, envolver equipes de visitação, assistência psicológica. Precisamos criar um debate político permanente sobre a situação da Colômbia para entender o que os refugiados precisam sem fazer distinção se são do grupo “A” ou “B”, se são vítimas das FARC ou dos paramilitares. Isso não pode limitar nossa ação como sociedade⁶⁹.

Essa provocação apresenta, pelo menos, dois grandes desafios. O primeiro deles é a necessidade de uma mudança profunda nas práticas de atendimento aos refugiados e deslocados que não pode, de forma alguma, ser confundidas com assistencialismo, pura e simplesmente. Isso porque, não se trata de uma situação

⁶⁹ Pronunciamento de Pe. Cláudio Perani, na abertura do encontro sobre a situação de um grupo de deslocados em Manaus com representantes dos Missionários Scalabrinianos, dos Freis Franciscanos e da Equipe do Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social – SARES - realizada no dia 23 de Maio de 2008 na sede desta instituição.

provisória ou passageira. Acolher vai significar conhecer não somente o deslocado e o refugiado que chegam, mas, sobretudo, o complexo conflito que produz esse fenômeno. Vai significar também a tomada de atitudes que implicam no respeito às diferenças étnico-culturais e ao sofrimento das vítimas do conflito que chegam com seus traumas, misérias e as “*fraturas abertas*” recordando Sayad.

O outro grande desafio, segundo Pe. Cláudio Perani, é o desenvolvimento de políticas de acolhida que implicam na iniciativa de um debate permanente sobre a temática e, conseqüentemente, na implementação de políticas públicas locais para os refugiados. Não se trata apenas de reconhecer o status de refúgio por parte das políticas estatais, mas também, numa dinâmica de compreensão do fenômeno em sua complexidade e desdobramentos que provocam permanentes impactos na sociedade acolhedora, não apenas em grupos ou instituições específicas.

Destas conjecturas, ora apresentadas, ainda permanece em aberto uma melhor compreensão da temática dos deslocados e refugiados na Amazônia. Para tal empreitada, se faz necessária uma abordagem interpretativa no campo teórico em vista de aprofundar e esclarecer os fatos.

Na tentativa de uma melhor interpretação, recorreremos a Paul Ricouer em *O conflito das Interpretações* (1997) que vai indicar que o modelo teórico, necessariamente adotado pelo pesquisador não garante e nem esgota as possibilidades de aprofundamento. Ou seja, por si só, o modelo teórico não pode ser a única manifestação da verdade. Isso ocorre porque, segundo Ricouer, esse modelo que avança no campo interpretativo é marcado por profundas limitações.

Na perspectiva do ensaio interpretativo, já está contida a dimensão da descontinuidade do campo teórico que indica que a temática por si não se esgota com uma única abordagem. Pelo contrário, quanto mais se discute o tema, mais se

torna instigante e desafiante à interpretação. Utilizando a metáfora da casa de abelhas, quanto mais se mexe, mais se expande a revoada. Ou seja, todo o esforço interpretativo que ora fazemos, é tão somente mais uma dentre as inúmeras interpretações que se pode apresentar à temática numa perspectiva dialética fenomenológica.

Um dos autores mais recorrentes para este exercício é, sem dúvida, o francês Paul Ricoeur⁷⁰ em seus ensaios interpretativos, especialmente em *O conflito das Interpretações: ensaios de hermenêutica*, publicado no Brasil em 1977, o tomo I de *Tempo e Narrativa*, traduzido por Constança M. Cesar em 1994 e, por fim, *Do texto à ação*, edição portuguesa de 1989. Tendo em mãos estes suportes teóricos, adentramos ao ensaio interpretativo, ora proposto.

Tendo como ponto de partida que o fenômeno dos deslocamentos compulsórios que vem espatifando cidadãos colombianos para as fronteiras próximas e para vários outros vários países, não se trata de um curso natural da história e sim de um desdobramento do capitalismo naquele país, urge a necessidade de uma reflexão dialética desse processo. Ricoeur analisa a dialética entre *Explicar* e *Compreender* nas três principais dimensões em que este problema é discutido que compreende a teoria do texto, a teoria da ação e a teoria da história. Sendo que é da correlação entre estas três teorias que emerge a idéia de uma dialética geral entre *explicar* e *compreender*.

Seguindo a reflexão de Ricoeur, *explicação* e *compreensão* não constituem antagonismos nem uma relação de exclusão, mas, os momentos relativos de um processo complexo a caminho da interpretação:

⁷⁰ **Paul Ricoeur** (Valence, 27/02/1913 - Chatenay Malabry - Paris, 20/05/2005) importante filósofo político com varios títulos publicados na área da filosofia dialética e da hermenêutica interpretativa.

A questão entre explicar e compreender é, inicialmente, a de saber se as ciências, quer se trate de ciências da natureza ou de ciências do homem, constituem um conjunto contínuo, homogêneo e, finalmente, unitário, ou se entre as ciências da natureza e as ciências do homem, é preciso restabelecer uma ruptura epistemológica (RICOEUR, 1989, p. 163)

Nesse sentido, após descrever os fatos e realidades contextuais, buscar possibilidades de análises teóricas e empíricas, tendo em vista a explicação a partir de elementos internos e externos ao conflito colombiano e seus reflexos nos deslocados e refugiados na Amazônia, falta ainda buscar os elementos interpretativos. Não se trata de uma tarefa muito fácil porque estamos lidando com uma conjuntura com características muito complexas. O que se pode afirmar com muita segurança é que há uma ruptura epistemológica entre as ciências da natureza e as ciências sociais. Nada do que se analisou até aqui sobre este fenômeno acontecer pelo acaso do destino. Não se trata de um fenômeno “natural” decorrente de um processo histórico contínuo, homogêneo e unitário. Existem intervenções, e não somente aquela dos Estados Unidos, que provocam rupturas e exigem maiores elementos interpretativos.

Em se tratando da dimensão epistemológica, para Ricoeur não existem dois métodos e não há antagonismos entre o explicativo e o compreensivo. O que o filósofo pondera é que a explicação é metódica e que a compreensão só é possível a partir da explicação. Entretanto, a relação entre uma e outra é sempre uma ligação dialética *“extremamente dialética e paradoxal entre as ciências da natureza e as ciências do homem”*. No processo explicativo a continuidade das ciências já está assegurada. Mas, no processo compreensivo, a descontinuidade entre as ciências da natureza e as ciências sociais estabelece um abismo profundo, separando ambas a uma distância cada vez mais intransponível.

Desta forma, a compreensão dos elementos provocadores do conflito interno da Colômbia e seus impactos nas sociedades fronteiriças com o ingresso dos refugiados e deslocados, se converte num elemento importante para a sociologia dos deslocamentos compulsórios. Mas, a final, qual é mesmo a contribuição? Seria a análise dos impactos ou a compreensão mais aguçada do fenômeno? Daí que para Ricoeur a noção de *compreender* reflete, no âmago da epistemologia, uma pertença do nosso ser ao ser que precede toda a objetivação, toda a oposição de um objeto a um sujeito, e também constitui o indício, não metodológico, mas verdadeiro, da relação ontológica de pertença do nosso ser aos seres e ao Ser.

Aqui temos outra grande contribuição de Ricoeur que observa a diferença entre a *linguagem* e o *discurso*. A linguagem para Ricoeur *é um sistema de regras composto por sinais que existem virtualmente, fora do tempo*. Por outro lado, o discurso *é a efetuação da linguagem como evento, como acontecimento, no tempo e remetendo a seu locutor*. Esse processo não ocorre com a linguagem. Voltando ao método, a linguagem ouvida e falada dos deslocados e refugiados colombianos, visitados ao longo desta pesquisa, representam muito mais do que tudo o que foi escrito sobre eles a partir dos registros, resumos, sínteses de suas falas, entrevistas, músicas, poesias, e tantas outras formas de expressão lingüística. O discurso ora registrado, seguindo a reflexão de Ricoeur empobrece a linguagem falada e vivida. A escrita então seria uma forma de “enlatar” ou formatar o discurso que é a síntese de toda uma experiência vivida e sentida: “*Só a escrita, ao libertar-se, não apenas do seu autor, mas da estreiteza da situação dialogal, revela que o destino do discurso é projetar um mundo*” (RICOUER, 1989, p. 166)

Na lógica de Ricoeur a linguagem, mesmo sendo um elemento importante da comunicação, só se transforma em comunicação através do discurso que é evento

que ocorre *no tempo* e apresenta os elementos da *significação* que seria tudo o que deve ser *compreendido*.

Voltando aos discursos “formatados” ou “*enlatados*” neste ensaio científico, encontramos elementos importantes para o *fazer científico*, onde o texto se apresenta como uma objetivação do discurso, já sem as características subjetivas recolhidas e vivenciadas no decorrer da relação com os *sujeitos* desta pesquisa. A objetivação se faz necessária justamente para não permitir que a indignação produzida no decorrer da experiência interfira na compreensão profunda da verdade. Entretanto, vai exigir também um distanciamento necessário para se estabelecer outra relação liberta das promiscuidades a que estamos sujeitos enquanto pesquisadores e militantes das causas sociais.

Ao tratar a questão da objetivação, Ricoeur introduz o conceito de *mundo do texto* [...] “*este sentido é puramente imanente ao discurso. Sua referência é seu valor de verdade, sua pretensão de atingir a realidade*” (RICOUER, 1989, p 55). Com este conceito chama a atenção para o exercício da dialética como a possibilidade de intervir no embate entre os hermeneutas analistas e os românticos sobre a dimensão conceitual de *explicar* e *compreender* propondo uma inversão da ordem dos termos partindo da compreensão para a explicação: “*Não se poderia, pois, dizer que a passagem para a explicação destrói a compreensão intersubjetiva. É uma mediação exigida pelo próprio discurso*” (p.168). Ou seja, não há explicação que não se complete pela compreensão. O texto então estaria carregado de significações⁷¹. “*O que há de compreender numa narrativa não é, em princípio, aquele que fala por detrás do texto, mas aquilo que se falou, a coisa do texto, a saber, a espécie de mundo que, de certa forma, a obra revela pelo texto*” (p.169).

⁷¹ O texto desta pesquisa científica está carregado de significações que ganham uma conotação ensaística justamente porque apresenta elementos para múltiplas compreensões.

A objetividade e a subjetividade são condições intrínsecas necessárias para a o que Ricoeur chama de *interpretação do mundo do texto* que só é possível na relação entre a objetividade da obra com a subjetividade do autor. Desta maneira, a *significação da obra é percebida pela análise objetiva de seu código e pela apropriação subjetiva do seu conteúdo pelo leitor*.

Compreender é compreender-se diante do texto. Não se trata de impor ao texto sua própria capacidade finita de compreender, mas de expor-se ao texto e receber dele um si mais amplo, que seria a proposição de existência respondendo, da maneira mais apropriada possível, à proposição de mundo (RICOUER, 1989, p. 58).

Este conceito indica que compreender se converte num permanente exercício subjetivo implicado na observação das interpelações que emergem a partir da exposição ao texto. Ao trazer para a dimensão textual algo que é, acima de tudo vivencial, na experiência existencial de sujeitos concretos que pensam e sentem, cria e destrói, fazem nascer e deixam morrer, estamos codificando uma realidade conjuntural que não pode se perder por causa do texto. Pelo contrário, o texto lhes confere o poder da palavra, como foi disposto no terceiro capítulo. A metodologia interpretativa, no caso específico do texto ora apresentado, foi desenvolvida numa perspectiva participativa⁷² em que os sujeitos interpretados também tiveram espaço para apresentar a sua própria interpretação dos fatos e contextos, se apropriando do discurso e da linguagem. Para Ricoeur,

A apropriação está dialeticamente ligada ao distanciamento típico da escrita. Esta não é abolida pela apropriação. A apropriação é exatamente o contrário da contemporaneidade e da congenitalidade: é a compreensão pela distância, compreensão a distância. Em seguida, a apropriação está dialeticamente ligada à objetivação típica da obra. Ela passa por todas as objetivações estruturais do texto, na medida mesma em que não responde ao autor, responde ao sentido.

⁷² Retomando a práxis de Paulo Freire com os grupos populares nas décadas de 1970 a 1990 nas periferias das grandes cidades do Brasil. E a mesma metodologia retomada por Habermas em sua *Teoria da Ação comunicativa*.

Talvez seja nesse nível que a mediação operada pelo texto deixa-se compreender melhor (RICOUER, 1989, p. 58).

É como se o texto ganhasse vida própria infinita, mediando a relação com o mundo sentido e pensado que não se encontra

[...] atrás do texto, como uma espécie de intenção oculta, mas diante dele, como aquilo que a obra desvenda, descobre, revela. Por conseguinte, compreender é compreender-se diante do texto. Não se trata de impor ao texto sua própria capacidade finita de compreender, mas de expor-se ao texto e receber dele um si mais amplo, que seria a proposição de existência respondendo, da maneira mais apropriada possível, à proposição de mundo (RICOUER, 1989, p. 58).

A ação seria então a forma do texto se apropriar do mundo, ou seria o contrário?

Ao destacar-se do seu agente, a ação adquire uma autonomia semelhante à autonomia semântica de um texto; ela deixa um rastro, uma marca; inscreve-se no curso das coisas e torna-se arquivo e documento. À maneira de um texto, cuja significação se liberta das condições iniciais da sua produção, a ação humana tem um peso que não se reduz à sua importância na situação inicial da sua aparição, mas permite a reinscrição do seu sentido em novos contextos. Finalmente, a ação, como um texto, é uma obra aberta, dirigida a uma sucessão indefinida de <leitores> possíveis. Os juízes não são contemporâneos, mas a história posterior (RICOUER, 1989, p. 177).

Para estabelecer a apropriação, os sujeitos precisam contar e recontar suas histórias numa dinâmica narrativa que muitas vezes não lhes é muito recíproca. São narrativas diferentes e até divergentes, fruto das experiências diversas que cada um traz na sua pouca bagagem. A narrativa vai ser então outro elemento importante para a interpretação. Recordar se torna necessário para se poder interpretar os fatos e contextos. Ao mesmo tempo que é o próprio sujeito narrador o “dono da história narrada”, ao recordar, ele lhe confere certa objetividade. É como se ao se distanciar dos fatos, eles fossem recriados no tempo e na história, a partir da imaginação de quem os reconta. Nessa memória está contida também elementos da interpretação.

Voltando à discussão sobre o distanciamento necessário para a objetivação da análise interpretativa, Ricoeur apresenta o problema da *distanciação na*

hermenêutica e propõe que seja pensada a partir de cinco pressupostos: a efetuação da linguagem como discurso; a efetuação do discurso como obra estruturada; a relação da fala com a escrita no discurso e nas obras de discurso; a obra de discurso como projeção de um mundo; e por último, o discurso e a obra como mediação da compreensão de si.

A questão da escrita de forma alguma constitui a problemática única do texto. Logo, não poderíamos identificar pura e simplesmente texto e escrita. E isto, por várias razões: em primeiro lugar, não é a escrita que suscita um problema hermenêutico, mas a dialética da fala e da escrita; em seguida, essa dialética se constrói sobre uma dialética de distanciamento mais primitiva que já pertence ao discurso oral enquanto ele é discurso. Enfim, entre a efetuação da linguagem como discurso e a dialética da fala e da escrita, é necessário intercalar a noção da efetuação do discurso como obra estruturada. [...] a tríade discurso-obra-escrita apenas suporta a problemática decisiva, a do projeto de um mundo, [...] o mundo da obra, [...] o centro de gravidade da questão hermenêutica. [...] Ao mesmo tempo, a questão da compreensão de si vê-se transferida para o fim, como fator terminal, e não como fator introdutório ou, menos ainda, como centro de gravidade (RICOEUR, 1989, p. 45).

Tendo como ponto de partida a perspectiva dialética de Ricoeur, a sociologia dos deslocamentos compulsórios adquire um infinito leque de interpretações. Isso confirma a insistência desta pesquisa ao adentrar uma temática tão complexa como é o chamado conflito interno da Colômbia. O conflito é marcadamente contraditório porque ora é utilizado para defender os interesses puramente econômicos de determinada parcela da sociedade, ora justifica o empoderamento político com a exibição do poderio do exército financiado pelo Plano Colômbia e ora desloca, de forma eminentemente compulsória, outra grande parcela da mesma sociedade. Tudo isso torna a análise muito complexa, a ponto de, em muitas situações, se buscar soluções práticas para os problemas apresentados. Entretanto, não é esse o objetivo proposto, e sim, apresentar elementos para uma reflexão da temática passível de uma compreensão e de uma interpretação.

Esta também era uma das preocupações de Ricoeur ao tratar o conceito de regra de ação ou a práxis:

Ao elevar à categoria de princípio supremo a regra de universalização, Kant coloca-se no caminho da idéia de que a ordem prática é justificável de um saber, de uma cientificidade. Acontece que fica aberta a brecha de que há uma ciência da práxis. [...] Poucas idéias são, hoje, mais saudáveis e libertadoras do que a idéia de que há uma razão prática, mas não uma ciência prática. O domínio do agir é, sob o ponto de vista ontológico, o das coisas mutáveis e, sob o ponto de vista epistemológico, o do verossímil, no sentido de plausível e de provável (RICOEUR, 1989, p. 249).

Nesses conceitos, insere-se os elementos epistemológicos da *contextualização* onde a ciência fornece elementos importantes para a razão prática. Entretanto, permanece no seu lugar epistemológico sem necessariamente intervir na práxis por si só. Estas conjecturas são importantes para subsidiar o debate sobre a situação dos deslocados e refugiados na Amazônia. É deste debate que deve emergir as ações concretas através da atuação direta das instituições encarregadas do atendimento a esses sujeitos. Não cabe à ciência direcionar a práxis e sim iluminá-la percebendo as rupturas e transformações que o fenômeno vem promovendo na sociedade de acolhida. Uma destas transformações é a reconstrução da identidade tanto dos que chegam como dos que acolhem os novos sujeitos sociais.

5.2. Novos processos identitários a partir da dinâmica do refúgio e do deslocamento

Considerando a contribuição de Stuart Hall sobre as Identidades Culturais na pós-modernidade, é possível identificar uma nova dinâmica estabelecida a partir da inserção dos refugiados e deslocados nos novos espaços sociais na Amazônia. É a dinâmica das transformações identitárias, próprias dos fenômenos da mobilidade humana. Na sociologia dos deslocamentos compulsórios, esse é um dos elementos

importantes para o acompanhamento das transformações sofridas pelas sociedades de expulsão e também pelas sociedades de destino.

Segundo Hall estas transformações podem representar fragmentações sofridas a partir dos encontros e dos confrontos com outras identidades. Entretanto, não existe uma identidade pronta e acabada, nem tão pouco uma identidade homogênea, principalmente na pós-modernidade tão marcada pela mobilidade humana:

No mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. Ao nos definirmos, algumas vezes dizemos que somos ingleses ou galeses ou indianos ou jamaicanos. Obviamente, ao fazer isso estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial (HALL, 1997, pp. 51-52).

Parece contraditório que se esteja desenterrando um tema tão combatido pela moderna sociedade capitalista que passou a considerar noção de cultura como algo retrógrado e atrasado:

As culturas nacionais são uma forma distintivamente moderna. A lealdade e a identificação que, numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, à religião e à região, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, à cultura nacional. As diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas, de forma subordinada, sob aquilo que Gellner chama de “teto político” do estado-nação, que se tornou, assim, uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas. [...] a formação de uma cultura nacional contribui para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional. Dessa e de outras formas, a cultura nacional se tornou uma característica-chave da industrialização e um dispositivo da modernidade (HALL, 1997, pp. 54-55).

Muitos outros críticos, especialmente dos estudos comunicacionais da chamada Escola de Frankfurt⁷³, estabeleceram duras críticas à prerrogativa de uma cultura nacional moderna e homogeneizada que se coloca à serviço dos interesses mercadológicos do capitalismo.

Entretanto, parece que o propósito principal de Hall era apresentar os elementos que constituem esta cultura nacional imaginária reforçada pelas narrativas dos imigrantes que se encontram fora dos seus países de origem. A idéia de unidade cultural está muito mais relacionada a direcionamento do mercado cultural do que a contextos propriamente ditos. A contragosto da padronização cultural imposta pelo mercado, o que ocorrem são inúmeras experiências vividas no interior das sociedades marcadas pela mobilidade humana que determina uma permanente dinâmica de reorganização e reconstrução cultural em que as experiências, longe de provocar perdas culturais, contribuem para a ampliação e uma permanente reelaboração cultural. Vale reforçar o pensamento de Hall que afirma que,

Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo “unificadas” apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural. [...] uma forma de unificá-las tem sido a de representá-las como expressão da cultura subjacente de “um único povo”. A etnia é o termo que utilizamos para nos referirmos às características culturais – língua, religião, costume, tradições, sentimento de “lugar” – que são partilhadas por um povo. É tentador, portanto, tentar usar a etnia dessa forma “fundacional”. Mas essa crença acaba, no mundo moderno, por ser um mito. A Europa Ocidental não tem qualquer nação que seja composta de apenas um único povo, uma única cultura ou etnia. *As nações modernas são, todas, híbridos culturais* (HALL, 1997, p. 67).

⁷³ Especialmente Theodor Adorno (1913 - 1969) Walter Benjamin (1892 - 1940) Max Horkheimer (1895 – 1973) e Herbert Marcuse (1898 – 1979) em suas várias obras sobre a cultura de massas e a crítica à Indústria cultural.

Essa análise de Hall vale não só para a Europa em questão, mas, para todas as chamadas sociedades modernas. E, um dos fatores preponderantes para esse contexto da complexidade cultural é, justamente, a dinâmica da mobilidade humana.

No caso dos colombianos na Amazônia, se trata de um conjunto muito variado de etnias, grupos e categorias sociais. É totalmente impossível tratar como iguais categorias eminentemente distintas. O fato de serem colombianos não os nivela nem tampouco os aproxima. Estamos lidando com duas categorias sociológicas que predominam no deslocamento: os camponeses afro-colombianos e os indígenas, que se apresentam subdivididas em inúmeras outras categorias classificatórias, tanto do ponto de vista ideológico e político quanto do ponto de vista cultural.

A começar pelos fatores provocadores do deslocamento, o próprio chamado conflito colombiano é marcadamente complexo. Atualmente já não se é possível distinguir com facilidade nem mesmo os grupos envolvidos nos confrontos. Por isso, muitas vezes as vítimas não pronunciam os nomes dos grupos que forçaram os deslocamentos. A categoria “colombianos” tão somente demarca o país de origem, nada mais que isso. Mesmo entre cada categoria predominante, no caso dos camponeses afro-colombianos e dos povos indígenas, há uma infinidade de sub-identificações.

Vários fatores determinam homéricas diferenças culturais dentro dessas mesmas macro-categorias condicionadas à região, ao nível e características do conflito e o envolvimento com o mesmo. Só para se ter uma idéia, há indígenas refugiados pertencentes a grupos de apoio às FARC que foram deslocados pelos paramilitares. Ao mesmo tempo, há aqueles que são partidários desses últimos e foram perseguidos pelas FARC. Também há membros de grupos indígenas e

camponeses vítimas dos narcotraficantes em regiões onde já houve o processo de desmobilização do conflito propriamente dito, ficando a zona sob domínio dos plantadores e negociadores de coca. Há partidários das FARC e dos paramilitares; há militantes das AUC e há ainda aqueles pertencentes a grupos que foram categoricamente “varridos” das zonas de interesse do capitalismo agroindustrial. Da mesma forma, há uma grande diversidade de religiões e etnias. Seria muito reducionismo tratar, por exemplo, os diversos povos indígenas como uma única categoria cultural.

De tudo isso, há que se concordar com Hall e também com Bauman, que insistem na temática da transposição do tempo e dos espaços nos processos de globalização nas sociedades modernas como fator preponderante das transformações das identidades culturais. Como entender então que migrantes, desplazados e refugiados colombianos vinculados a tão diversos setores e realidades conflitivas se reúnam num mesmo espaço para comemorar a festa da independência no dia 20 de julho? Como entender que bailam a mesma música e saboreiam os mesmos pratos como se tudo fosse simplesmente colombiano?

Voltando ao argumento de Hall, estamos diante de um evento específico: a comemoração da independência, que tem seu significado, embora em diferentes graus, para todos os colombianos sem distinção. Entretanto, um evento que reúne um mesmo espaço grupos tão diferentes e, ao mesmo tempo tão divergentes, chegando-se a ponto de se tornar até mesmo um tanto arriscado e perigoso o encontro dos grupos historicamente rivais e antagônicos, não pode significar uma configuração cultural. O que há, são elementos culturais, religiosos, políticos e ideológicos diferentes e divergentes aglutinados num mesmo espaço. O evento em si não pode ser traduzido como um evento cultural, segundo Hall

[...] Assim, ao invés de pensar no global como “substituindo” o local seria mais acurado pensar numa nova articulação entre “o global” e o “local”. Este “local” não deve, naturalmente, ser confundido com velhas identidades, firmemente enraizadas em localidades bem delimitadas. Em vez disso, ele atua no interior da lógica da globalização. Entretanto, parece improvável que a globalização vá simplesmente destruir as identidades nacionais. É mais provável que ela vá produzir, simultaneamente, novas identificações “globais” e novas identificações “locais” (HALL, 1997, pp. 83-84).

Eventos como a comemoração da independência da Colômbia, mesmo que pareçam forçar os encontros, proporcionam momentos impensáveis na Colômbia onde jamais, os grupos rivais passariam por cima de suas divergências para participar de um evento comum. Jamais um campesino e um indígena se encontrariam com um cidadão de Calle para bailar o mesmo carnabalito e saborear as mesmas arrepas num mesmo espaço. Isso sem considerar as divergências políticas e ideológicas dos grupos rivais. O que seria impensado na Colômbia, acontece em Manaus sem maiores incidentes. É como se todas as diferenças, divergências, confrontos e conflitos, simplesmente deixassem de existir, ao menos por um instante, num evento coletivo.

Este talvez seja um dos fenômenos, no mínimo inusitado, resultante dos deslocamentos compulsórios. Ao mesmo tempo em que todos perdem por causa da gravidade do processo de deslocamento compulsório, todos ganham igualmente na possibilidade de ampliação de suas relações. Este é um elemento importante para a sociologia dos deslocamentos compulsórios que vem analisando os impactos negativos desses processos, considerando também que ocorrem elementos que se pode considerar como contribuição positiva como é o caso da soma de informações e novas experiências que acrescentam e agregam valores na constituição das identidades culturais. Nesse sentido, o fator principal não é a perda de elementos que ficam para trás no momento da fuga, mas sim os ganhos dos novos processos

de reformulações das identidades culturais, onde o que interessa são as somas e não as perdas.

Na balança dos ganhos, não se pode ignorar o alto preço pago pelos deslocados e refugiados por essas novas experiências. Nada lhes é proporcionado de graça, pelo contrário. Também, é importante considerar, do ponto de vista sociológico, os ganhos da sociedade acolhedora. A começar pela possibilidade de conhecer mais os vizinhos da Colômbia e romper com a relação estigmatizadora imposta por conta da praxe do narcotráfico. Ocorrem não só trocas de informações mas, sobretudo, trocas culturais, não apenas em momentos específicos mas, nas relações sociais como um todo.

Vários são os elementos das trocas culturais, dentre eles, o contato com a outra língua, tanto brasileiros como colombianos acabam por intercambiar signos lingüísticos que só se tornaram possíveis nesse processo de deslocamento. Depois há também o fator do conhecimento. Quando deslocados e refugiados contam sobre o conflito com tanta propriedade e domínio de informações, resta aos interlocutores aprender mais sobre a situação dos vizinhos e partir para o desafio da compreensão e interpretação dos fatos, recordando Ricoeur, a partir de outra base de informações. Essa é a possibilidade que os brasileiros têm de fazer outra leitura a respeito do conflito colombiano a partir do confronto entre as informações oficiais e as vivenciais.

Outro elemento interessante é a configuração de novos espaços de relações culturais onde ocorrem as trocas culturais não só entre colombianos das distintas categorias sociológicas, mas também destes com os brasileiros locais. Só assim é possível surgir uma Associação dos Colombianos em Manaus, com sede própria, mesmo que provisoriamente na residência de um membro da presidência no

condomínio residencial Acariquara, nos domínios do terreno da Universidade Federal do Amazonas. Da mesma forma, a inauguração de um restaurante de comidas típicas colombianas, localizado nas imediações da sede da Superintendência Regional da Polícia Federal. Neste local se reuniram colombianos de várias regiões e facções convergentes e divergentes, camponeses afro-colombianos, indígenas, guerrilheiros, lideranças dos movimentos populares, homens, mulheres, jovens e crianças, alguns pouquíssimos idosos. Todos com uma mesma determinação: festejar a data da Independência da Colômbia, a chamada Festa Pátria. Nessa comemoração, os ideais bolivarianos parecem falar mais alto que as divergências e oposições ideológicas e políticas. Nenhuma novidade, seguindo a reflexão de Hall:

O ressurgimento do nacionalismo e de outras formas de particularismo no final do século XX, ao lado da globalização e a ela intimamente ligado, constitui, obviamente, uma reversão notável, uma virada bastante inesperada dos acontecimentos. Nada nas perspectivas iluministas modernizantes ou nas ideologias do Ocidente – nem o liberalismo nem, na verdade, o marxismo, que, apesar de toda sua oposição ao liberalismo, também viu o capitalismo como o agente involuntário da “modernidade” - previa um tal resultado (HALL, 1997, p. 105).

Tendo em conta as reflexões de Hall, permanecem em aberto alguns elementos que ainda se encontram em processo de consolidação a partir do estabelecimento dos colombianos no território brasileiro e, mais especificamente na cidade de Manaus. Na realidade, já existem alguns grupos constituídos nos moldes das redes de relações. No geral, se constituem por afiliação ideológica ou pela militância a que estiveram relacionados na Colômbia.

Ainda é prematuro afirmar que esses grupos, uma vez estabelecidos, podem, de alguma forma continuar intervindo no conflito a partir da condição de refúgio ou deslocamento. O que ocorre é que a experiência do exílio tende a fazer com que esses sujeitos optem pelo distanciamento, ainda que por um determinado tempo,

dos turbilhões do conflito. Entretanto, os grupos já firmados a mais tempo, já manifestam seu apoio às partes do conflito na terra do exílio. Foi o que ocorreu no mês de abril com as manifestações organizadas em vários países em favor da paz e contra a guerrilha e outras em defesa da guerrilha e em favor da revolução. Esses fatos revelam que, mesmo em terra de exílio, as tendências políticas permanecem. Não se sabe ao certo se em igual proporção permanece o elemento das identidades culturais ou se, estrategicamente, é mais conveniente que sejam reelaboradas também como forma de superação dos dissabores do exílio.

5.3. Novos paradigmas da sociologia dos deslocamentos compulsórios a partir do contexto amazônico.

Não restam dúvidas que esta dinâmica dos deslocamentos compulsórios dos colombianos no território brasileiro e, mais intensamente no Amazonas, aponta novos desafios por seus impactos sócio-políticos, econômicos e culturais. Não se trata apenas de uma nova demografia ou de uma nova configuração geopolítica a partir da mobilidade humana nas fronteiras geográficas. Esses novos contextos que se formam, tendo a Amazônia como referência exige novos olhares do campo teórico interpretativo como aponta Vainer:

A visibilização de dimensões ou práticas antigas resulta do que chamo de constituição de novos olhares. Novos olhares, novas capacidades perceptivas podem decorrer dos mais variados processos. Podem resultar, por exemplo, da reconfiguração dos quadros teórico-conceituais que tornam possível reconhecer/identificar e interpelar processos e práticas que já estavam ali, invisíveis. Podem também decorrer da emergência de movimentos políticos ou culturais que sinalizam, anunciam, denunciam dimensões antes não perceptíveis e não percebidas [...] Aqui, não estamos diante de um reconhecimento teórico de fatos sociais simplesmente porque eles se intensificaram ou generalizaram, isto é, em razão de modificações por assim dizer quantitativas (VAINER, 2005, p.255).

O novo olhar que o contexto exige é um olhar crítico que não apenas considere os deslocamentos compulsórios em questão, sob a ótica da análise quantitativa. Há inúmeros elementos subjacentes aos informes quantitativos, quase sempre equivocados, das instituições. O fato é que não se pode ignorar que se trata de um contexto real, crescente e recorrente. Por isso exige uma nova abordagem também no campo teórico. Já não é mais possível conviver com esses novos sujeitos sociais como se eles não existissem pelo simples fato de não existirem legalmente perante a burocracia das instituições e políticas de refúgio.

O novo contexto exige novas políticas públicas capazes de prescindir o discurso e atingir as reais necessidades dos desplazados e refugiados em território brasileiro. Além do campo institucional, outro desafio é atingir também a sociedade acolhedora. Os vizinhos têm o direito de saber que o novo morador não é um narcotraficante pelo simples fato de ser colombiano:

Quando fuimos vivir en la comunidad San José, los vecinos nos rechazaron a nosotros cuando les decimos que venimos de Colombia. Después, con mi hermano, fuimos a trabajar en una empresa de la construcción y allá se pasó cosa peor todavía. El encargado, cada vez que se refería a uno de nosotros nos llamaba “los macoñeros”. Sufrimos demasiado con esto. Pero, la peor situación fue cuando la vecina prohibió a su hijo de jugar con mi José Luis porque, dijo ella, no se puede confiar en estos colombianos que son todos traficantes de drogas. Esto se pasó con mi familia tan luego llegamos en Manaus. Tuvimos dificultad en las escuelas. No sé que pasaba en la cabeza de las directoras, pero cada vez que se les informaba que los chicos no portaban documentos porque nosotros éramos refugiados, ellas contestaban que no tenían vacantes para ellos. Te cuento que una mañana, acorrimos a la escuela después de llamar por teléfono a la directora. Ella dijo que viéramos que habría una vacante para Yamila. Para mi sorpresa, cuando ella miró a mi hija negra con sus cabellitos llenos de adornitos, como le gusta ella de arreglarse para salir a la calle, la señora contestó que ya no tenía más la vacante y que buscásemos otra escuela por las cercanías. Esto para mi fue el peor rechazo desde que llegamos en Manaus. Allá en Colombia sufrimos de todo, pero estas discriminaciones, esto nosotros desconocíamos por entero. Esto duele más que una amenaza de muerte porque nos matan despacito. No sé se en otras partes de Brasil pasara lo mismo que pasamos nosotros acá. Por eso, seguimos acá. Pero la gente no sabe que pasa con nosotros en Colombia. Quizás se supiera, la forma de tratarnos cambiaría. La

gente no es mala. Ellos no saben lo que pasa. Por eso nos tratan de esta forma. Pienso que las instituciones como el Acnur debería informar a la gente de nosotros. Es distinto cuando alguien de una institución se pronuncia. La gente de Manaus y de otras partes del Brasil, tiene el derecho de saber lo que pasa en Colombia para saber recibir a los que vendrán todavía sin rechazarlos como hicieron a nosotros. Ahorita ya las cosa siguen un poco mejor. Pero sufrimos demasiado y no gustaría que a otros hicieran lo mismo (Pesquisa de campo, 2008).

O desconhecimento que, conseqüentemente, gera o rechaço, é um grande desafio para as instituições que lidam com a questão dos refugiados e deslocados nesta região e em todo o Brasil. Acontece que o país ainda não tem uma tradição no acolhimento a refugiados. As pessoas ficam sabendo de fatos isolados através da mídia e ainda não está preparada para lidar com esta realidade que lhes parece muito alheia e distante das relações sociais. Um papel importante seria dos movimentos sociais e das organizações não governamentais que poderiam contribuir com o esclarecimento dos grupos sociais sobre a temática. Para isso, faltam informações mais gerais, material de campanha de esclarecimento tais como folder, panfletos, cartilhas populares que pudessem vir a subsidiar campanhas permanentes de esclarecimento.

Por parte da academia, ainda são poucas as pesquisas que estão sendo produzidas sobre esta temática. Nenhuma das instituições de ensino superior mantém uma linha pesquisa específica sobre esta temática e poucos são os estudos correlacionados. Entretanto, especialmente no campo das ciências humanas, esta temática dos deslocamentos compulsórios não pode ser ignorada já que abrange também outras dimensões como o êxodo rural, o deslocamento de indígenas para as cidades e outras categorias da migração internacional na Amazônia.

Por isso, a sociologia dos deslocamentos compulsórios teria muito a contribuir com a formação do Pensamento Social na Amazônia, uma vez que pode transitar por vários cursos na área das humanidades e especialmente das Ciências Sociais,

da geografia, da demografia e da história, a fim de subsidiar a formação acadêmica e motivar novos estudos sobre esta temática. Sem sombra de dúvidas, a produção de conhecimento sobre a Amazônia em sua complexidade, passa também pela sociologia dos deslocamentos compulsórios. Nos dizeres de Vainer, representa novos olhares para um contexto que exige cada vez mais novas abordagens no campo científico e no campo das práxis políticas e sociais.

Os sujeitos resultantes dos deslocamentos compulsórios somam-se ao conjunto do que chamamos sociodiversidade da Amazônia e, mesmo em se tratando de um fenômeno relativamente recente, fazem parte deste complexo contexto e, por isso, precisa ser considerado nas análises sociológicas como enfatiza Renan Freitas Pinto:

Ao tomarmos a Amazônia como um complexo e diferenciado espaço sociocultural, não podemos omitir a constatação de que a noção de diferenciação cultural, de sociodiversidade tem sido historicamente apresentada de uma forma oscilante. Em muitos casos as noções correspondentes a essa sociodiversidade se apresentam como se fossem historicamente vazias. Esse tipo de dificuldade se evidencia nas diferentes maneiras de ver e registrar a complexidade da formação cultural da Amazônia (PINTO, 2006, p. 224).

Nesse sentido, tendo em conta estas reflexões, os sujeitos refugiados e deslocados, nas suas diversas categorias socioculturais, são novos elementos importantes nos novos contextos da Amazônia. Considerando também que trazem na sua bagagem cultural toda uma compreensão da Amazônia Andina ou hispânica, não restam dúvidas de que têm muito a contribuir neste novo contexto marcado pelos deslocamentos compulsórios. Ainda segundo Renan Freitas Pinto:

A noção de sociodiversidade deve, portanto, se ampliar para incluir atores sociais mais recentes, envolvidos com os movimentos de expansão das fronteiras em sentido amplo. Não cabe aqui entrar no detalhamento dessa questão, mas apenas apontar para a necessidade de não deixarmos que a noção de sociodiversidade, como tem acontecido com tantas outras, se torne um modismo ou uma tolice (PINTO, 2006, p. 226).

Desta forma, longe de se converterem em problemas sociais, os refugiados e deslocados têm muito a contribuir com a Amazônia no sentido de somarem-se aos novos processos históricos e socioculturais. A Amazônia nunca mais será a mesma depois de acolher esses novos sujeitos portadores de saberes específicos, de uma linguagem e de uma cultura, derivados de outra experiência amazônica ocidental e que ora transpõem as fronteiras e integram-se à Amazônia brasileira.

De forma especial, os povos indígenas que passam pelos deslocamentos compulsórios, são portadores de um legado cultural indiscutível e passam a compartilhar suas experiências com os *parentes*⁷⁴ do lado brasileiro. O fato de serem deslocados para o lado brasileiro de forma compulsória tem seus problemas como em qualquer outra categoria deslocada. Entretanto, o grau de entendimento que estabelecem com os povos que vivem nas cercanias da fronteira geopolítica é um fator importante no processo de deslocamento compulsório. Esses sujeitos, eminentemente permanecem na região fronteiriça e, impedidos de retornar, preferem manter o anonimato e o estado de indocumentados em vista de uma maior possibilidade de interação com os parentes do lado brasileiro.

Mesmo vivendo sempre na expectativa do retorno, o intercâmbio cultural acontece de modo intenso. No decorrer da pesquisa, identificamos o traslado de grupos inteiros que, de um dia para o outro, trasladaram para as aldeias do lado brasileiro e foram, na medida das possibilidades e condições, muito bem aceitos pelas etnias brasileiras por causa dos vínculos de parentesco étnico.

Ainda que fosse por um período curto, o que parece muito improvável, a experiência de acolhida a outras etnias ou grupos de culturas diferentes nunca deixa

⁷⁴ Os povos indígenas das regiões fronteiriças são formados por etnias que transpõem as fronteiras geopolíticas e consideram parentes todos os outros povos que, mesmo estando do lado brasileiro, compõem o mesmo grupo étnico ou lingüístico, como é o caso dos povos cocama e tikuna, que vivem na região do Alto Solimões na Amazônia brasileira e têm parentes na região do Mito do lado colombiano.

de ser importante e de trazer enormes benefícios para a sociedade que acolhe não só as pessoas, mas, sobretudo o seu legado cultural e sua experiência sociopolítica como é o caso dos camponeses afrocolombianos. A experiência organizativa da qual são portadores, é de grande relevância para os camponeses amazônicos nos seus mais diversos graus de organização e construção social. O fato é que, depois deste contato e da experiência de acolhida ou confronto com esses novos sujeitos, a Amazônia passa a contar com novos elementos na sua sociodiversidade e na sua existência sociocultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mande notícias do mundo de lá, diz quem fica.
Me dê um abraço, venha me apertar,
Tô chegando.
Coisa que gosto é poder partir, sem ter planos.
Melhor ainda é poder voltar quando quero.
Todos os dias é um vai-e-vem,
A vida se repete na estação.
Tem gente que chega pra ficar,
Tem gente que vai pra nunca mais,
Tem gente que vem e quer voltar,
Tem gente que vai querer ficar,
Tem gente que veio só olhar,
Tem gente a sorrir e a chorar,
E assim chegar e partir.
São só dois lados da mesma viagem,
O trem que chega é o mesmo trem da partida.
A hora do encontro é também despedida
A plataforma dessa estação
É a vida desse meu lugar.

(Milton Nascimento - Encontros e Despedidas)

Nestas breves notas conclusivas, abrimos ainda espaço para algumas considerações resultantes destes mais de dois anos de trabalho empírico, sistematização dos dados e ensaio científico.

Primeiramente parece importante considerar que ao finalizar esta pesquisa, permanecem ainda, em aberto, inúmeras lacunas a serem aprofundadas a cerca da sociologia dos deslocamentos compulsórios na Amazônia. Os poucos elementos que foram abordados nesta temática, apresentam mais que tudo, um ensaio sociológico sobre um tema tão abrangente que jamais poderia se esgotar em uma única pesquisa. Permanecem ainda muitos silêncios que precisam ser transpostos em estudos futuros.

Por outro lado, estudos como este, evidenciam a abrangência dos Estudos Migratórios que, aliás, abarcam diversas vertentes teóricas, assumindo uma postura

multidisciplinar e um diálogo permanente com as várias áreas dos estudos da sociologia, demografia, direito, antropologia, psicologia e estatística, só para aludir as principais.

No decorrer da pesquisa, percebeu-se que a questão dos deslocados e refugiados colombianos é pouco tratada pela mídia e nas pesquisas científicas em detrimento de uma grande ênfase à guerrilha, como se esta se tratasse de um assunto isolado do contexto colombiano. Nos últimos anos, a questão da guerrilha colombiana vem ganhando grande espaço nos meios de comunicação e em vários estudos científicos. Mais precisamente no campo midiático, representa também um desafio aos estudos comunicacionais, já que são abordados, pela mídia, tão somente na dimensão especulativa ou sensacionalista, com raras exceções. Muitas vezes, como refletimos neste estudo, a mídia relaciona a guerrilha com o narcotráfico e contribui para recalcar o estigma do colombiano como narcotraficante, relacionando o refugiado ou o deslocado como “*narcoguerrilheiro*”.

O segundo ponto que gostaria de destacar nestas considerações finais é o fato de que este tipo de estudo evidencia a importância de um diálogo permanente com as várias vertentes teóricas para a compreensão de uma mesma temática. Mesmo as vertentes que justificam a migração como ato de liberdade, podem também servir à análise crítica dos fatores provocadores dos deslocamentos compulsórios.

As reflexões evidenciam um fenômeno de ordem mundial que, cotidianamente, mobiliza milhares de seres humanos e que precisa, cada vez mais, ser compreendido, desde as suas origens, para que possam surgir espaços, não só de legitimação, mas também e sobretudo, de contestação e análise crítica do contexto migratório internacional com vistas ao fenômeno dos deslocamentos compulsórios.

Os teóricos utilizados para o aprofundamento da temática foram dispostos, talvez até mesmo de forma arbitrária, com o propósito de fornecer elementos das variadas vertentes teóricas e também no intuito de estabelecer um diálogo entre os vários campos científicos. Parece que essa tarefa se cumpriu. Resta saber se a disposição a que foram colocados, realmente condiz com suas vertentes teóricas.

Como se trata de um estudo em aberto, com características de um ensaio, permanece sujeito às várias interpretações, críticas e uma gama de análises no campo dos estudos migratórios e da sociologia dos deslocamentos compulsórios. Nesse sentido, é importante estar atenta às reações dos leitores, principalmente dos professores que acompanharam as reflexões no decorrer dos estudos realizados ao longo do Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Cabe a estes, a crítica em primeira instância acreditando que o aprofundamento dos estudos, ora desenvolvidos, ainda podem ser amplamente desenvolvidos em seus múltiplos desdobramentos e, quiçá, poderá vir a se incluir às linhas de pesquisa nos estudos acadêmicos e num possível doutorado.

Desde o início, os registros das pesquisas de campo e as reflexões que foram brotando do confronto com as teorias, assumiram um teor provocativo no sentido de abordar de forma crítica um assunto que desafia não somente as teorias, mas, acima de tudo, as políticas migratórias. Os estudos terminam provocando novas análises e insistindo na *desnaturalização* dos fatos sociais, seguindo a abordagem da dialética hermenêutica. Esta temática ocupou a maior parte destes estudos quando inserimos a temática no campo da sociologia dos deslocamentos compulsórios esclarecendo que os sujeitos não se deslocam por iniciativa própria e sim, são deslocados de forma compulsória, sob alto grau de violência.

O terceiro destaque destas notas conclusivas se refere ao campo pessoal, subjetivo e ao amadurecimento teórico resultante deste exercício científico que ocupou boa parte dos últimos dois anos de vida acadêmica. Ao percorrer as fases da pesquisa, percebi o quanto cada etapa contribuiu sobremaneira para uma formação sociológica que já vinha sendo construída timidamente em pequenos trabalhos anteriores. Tomando por base a autobiografia intelectual de Florestan Fernandes, o grande mestre da sociologia no Brasil, no decorrer desta pesquisa fui percebendo como se deu o processo de amadurecimento intelectual na minha formação sociológica. Permita-me, com todo respeito, recorrer às palavras do mestre para explicar-me:

Foi através do ensino e da pesquisa, porém, que completei a minha formação sociológica [...] Não obstante, foi através do estudo sobre os Tupinambá que me senti forçado a ir muito mais longe. A pesquisa não só não era uma experiência improvisada, apesar de ser o meu primeiro contato mais íntimo com a reconstrução histórica. Os Tupinambá me colocavam, como diria Mauss, diante da necessidade de explicar uma civilização, como o demonstra *A organização social dos Tupinambá*. Fui obrigado a mobilizar todos os conhecimentos que pudera acumular sobre técnicas empíricas e lógicas de pesquisa. E tive de alargar o meu conhecimento das sociedades primitivas, para poder entender, descrever e explicar as estruturas e os dinamismos da sociedade tribal. [...] Eu me via questionando, ao mesmo tempo: os cronistas e as suas contribuições empíricas para o estudo sistemático dos Tupinambá; a minha capacidade (e limitações) como investigador; as técnicas de formação de inferência e de construção de teoria que podia utilizar; as teorias sociológicas e antropológicas sobre a estrutura social e a organização social; os quadros sociais da *conquista*, da escravidão das populações indígenas, da expropriação da terra pelos portugueses e da dizimação dos nativos. Na verdade, se já era uma lagarta, quando principiei a investigação, ao terminá-la convertera-me em uma borboleta. Descobri que nenhum sociólogo é capaz de realizar o seu ofício antes de percorrer *todas as fases* de um projeto de investigação completo, no qual transite do levantamento dos dados à sua crítica e à sua análise e, em seguida, ao tratamento interpretativo propriamente dito. Os que repudiam o *estudo de comunidade* ou o *estudo de caso* com tanta obstinação, ignoram esse lado pedagógico do treinamento científico pela pesquisa empírica sistemática [...] Um investigador isolado dificilmente pode ir mais longe do que eu tentara ir, embora ficasse com a frustração de descobrir que nunca se chega, na verdade, ao relato de todos os conhecimentos acumulados e verificados. Com essa pesquisa, não só obtive o grau de mestre em ciências sociais: alcancei a estatura de um artesão que domina e

ama o seu mister, porque sabe como deve praticá-lo e para o que ele serve. Ela ajudou-me a modificar a minha concepção da sociologia e da natureza ou alcance da explicação sociológica (FERNANDES, 1980, 142 – 179).

Seguindo os passos do grande mestre, acredito que esta pesquisa abre os horizontes para futuros trabalhos mais densos e com maior rigor teórico a partir deste aprendizado. Uma das dimensões mais importantes da pesquisa foi o trabalho de campo com os inúmeros registros de cada estudo de caso. Em muitas situações, as dúvidas foram aclaradas a partir das conversas intermináveis com os sujeitos deste estudo. Também em muitos momentos faltaram forças para continuar a conversa porque os relatos eram demasiado dramáticos. Em várias ocasiões, a conversa foi interrompida pelas lágrimas que, sorrateiramente insistiam em embaralhar a percepção visual durante as entrevistas.

De modo especial, as narrativas das mulheres me deixaram muito impressionada a ponto de passar muitas noites em claro pensando no drama vivenciado por elas, nas suas angústias e traumas e na impotência do pesquisador perante as tragédias dos sujeitos pesquisados. Retomando novamente o ensinamento do grande mestre (FERNANDES, 1980): *“Os que não têm nada que dividir repartem com os outros as suas pessoas”*. Esta foi a maneira de lidar com as limitações, tentando o tempo todo manter a objetividade exigida de quem pesquisa.

Em muitas visitas não gravei nenhuma palavra, não perguntei nada, não entrevistei ninguém. Apenas escutava e acolhia as histórias de vida destas mulheres sofridas, magoadas com as marcas do passado recente, feridas e traumatizadas, tentando dar a volta por cima e reconstruir suas histórias. Ouvir, acolher, ouvir novamente, balançar a cabeça em sinal de afirmação, nada mais que isso. Entretanto, o fato de ir ao encontro delas e demonstrar interesse e respeito por suas histórias de vida, representava para elas, muito mais do que eu mesma podia

imaginar. Entretanto, a situação das mulheres e das crianças refugiadas e deslocadas, ainda permanece em aberto e carece de estudos mais específicos e de uma atenção institucional mais específica.

Cada vez que mergulhava ainda mais nos estudos empíricos, a angústia tomava conta da razão. Em muitos momentos vi-me tentada a abandonar os rumos da pesquisa por sentir uma completa impotência diante dos fatos que foram se descortinando à minha frente. Um caso levava a outra situação. Uma visita resultava em inúmeras outras visitas, encontros, palestras, acompanhamento de casos específicos. Foi recorrendo sempre a Florestan Fernandes que passei a reconhecer minhas limitações no aprendizado de pesquisadora.

O Prof. Renan, na qualidade de orientador, permanecia como grande referencial a orientar os rumos, especialmente nos momentos de crise. Por ocasião do indeferimento do projeto no Comitê de Ética em Pesquisa sob o argumento de que *“não se poderia pesquisar sujeitos em situação de clandestinidade numa instituição federal para não ferir os princípios legais”*, o Prof. Renan foi decisivo para a reorganização de uma nova versão do projeto e submeter novamente à análise do comitê.

O maior desafio mesmo foi manter a objetividade científica e separar a militância das exigências metodológicas. Parece importante contar esses fatos para se ter uma idéia da complexidade de um processo de produção científica.

O quarto ponto que gostaria de destacar, a título de finalização da pesquisa, se refere aos desdobramentos que acompanhamos a partir das novas dinâmicas que se processaram no decorrer dos estudos. Foi possível identificar as estratégias de sobrevivência dos refugiados e deslocados inseridos no novo contexto, forjando novos processos de organização e participação social. Como já fora verificado por

Herbert Souza, o “*Betinho*”, outro grande sociólogo que marcou profundamente a formação do pensamento social no Brasil:

[...] os índios, os negros, os camponeses, os trabalhadores da terra, os operários, os pobres da cidade, os despossuídos de terra e capital nunca foram cidadãos plenos, mas postulantes de direitos numa luta que constitui o sentido de nossa história. Esses são os que lutam pela cidadania e a democracia (SOUZA, 1993, p. 146).

E o que se constata é a busca de alternativas de sobrevivência e inclusão social, desses novos sujeitos lutando pela cidadania neste novo contexto amazônico. Esse movimento é uma dinâmica constante entre os refugiados e deslocados que se integram às novas modalidades de participação social e política, ainda que de forma muito tímida. Todas as significativas experiências que cada um traz, uma vez compartilhadas, fortalecem a luta e os espaços de participação onde vão aos poucos se inserindo. Segundo Castells:

A comunicação simbólica entre os seres humanos e o relacionamento entre esses e a natureza, com base na produção (seu complemento, o consumo), experiência e poder, cristalizam-se ao longo da história em territórios específicos, e assim geram *culturas e identidades coletivas* (CASTELLS, 2006, p. 52).

Acompanhamos a formação de muitas redes de relações sociais entre os refugiados e deslocados onde a comunicação se efetiva não somente no campo simbólico, mas também na composição de uma agenda permanente. Identificamos o elemento da comunicação virtual nas redes de refugiados e deslocados. Aliás, trata-se de um elemento utilizado tanto para a composição das redes, como é o caso das comunidades virtuais, como também para a articulação e manutenção da comunicação entre os componentes das redes de relacionamentos, mesmo que permaneçam somente no campo virtual (BASSEGIO, 2004, p. 59).

Ao mesmo tempo em que os deslocamentos compulsórios “rompem raízes”, as redes restabelecem vínculos de solidariedade que “costuram” redes de apoio entre os deslocados e os que ficaram para trás. Elas podem ser constituídas tanto pela proximidade das relações, quanto pela espacialidade ocupada. Nesse contexto, podem ser também identificadas as relações de parentesco, a identificação étnica ou regional e até mesmo a formação de redes configuradas pelo pertencimento da militância e a agregação ideológica.

As redes funcionam, de um lado, como forma de resistência das coletividades que se agrupam para vencer os obstáculos da nova realidade na luta cotidiana pela sobrevivência. Por outro lado, funcionam também como “atrativos” para a vinda de novas correntes de deslocados que passam a estabelecer contatos prévios com a nova realidade para a qual pretendem se dirigir. [...] *por isso, a noção de redes de relações sociais, utilizada por antropólogos em outros contextos, adquire importância fundamental para analisar o dia-a-dia das populações urbanas marginais ou de baixa-renda, bem como de outros setores sociais (OLIVEN, 1996, p. 33).*

De modo geral, as redes são alimentadas pelo convívio permanente que conseguem estabelecer entre os membros da mesma origem do deslocamento. Algumas redes surgem de forma espontânea e seguem uma trajetória mais informal até sua configuração. É o caso das relações de parentesco ou de amizades. Outras são mais formais e já nascem da necessidade de se criar vínculos, por uma questão de representatividade ou necessidade de se criarem mecanismos de defesa dos direitos e a busca de espaços de denúncia.

Embora as redes tenham existido sempre como forma de organização social, com as vantagens de ter maior flexibilidade e adaptabilidade que outras formas, elas tinham um problema inerente: a incapacidade de administrar a complexidade para além de um certo tamanho crítico. Essa limitação substancial foi superada com o desenvolvimento das tecnologias da informação. É por isso que a flexibilidade pode ser alcançada sem sacrificar a performance, e é por isso também que, por sua capacidade superior de desempenho, as redes vão gradualmente eliminando, em cada área específica de atividade, as formas de organização hierárquicas e centralizadas (CASTELLS, 2006, p. 44).

No campo virtual as redes de relacionamento se apresentam como estratégia de comunicação relativamente segura, mais econômica que o telefone e também funcionam como uma forma de continuar mantendo contato com os familiares ou amigos que ficaram para trás.

Há também casos de grupos que estabelecem redes apenas informais. Nessas circunstâncias, não há um cronograma de encontros pré-estabelecido. Funcionam mais que tudo para manter a informação atualizada dos acontecimentos que envolvem o conflito colombiano. Os vínculos estabelecidos nesses casos são muito frágeis. De qualquer forma são legítimos espaços de participação, articulação e organização, ainda que muito embrionária. As redes de relação virtual se

convertem em elementos importantes que ajudam a enfrentar a solidão, a saúde, o desemprego, a fome, a miséria e tantas outras intempéries que perpassam os desígnios dos deslocados em terra estrangeira.

Há outras instâncias igualmente preocupadas com a formação das redes sociais na Amazônia, mais no sentido de articulação de forças sociais capazes de intervir nos processos de organização social. Nos objetivos apresentados pela Campanha da Fraternidade de 2007⁷⁵, encontramos a referência à rede enquanto articulação destas forças sociais dos grupos e movimentos populares em oposição aos mecanismos de fragmentação da organização social:

[...] Precisamos consolidar a articulação de muitas forças que pensem a Amazônia como um todo, sem divisão de fronteiras e de culturas: uma verdadeira frente pan-amazônica capaz de promover e globalizar a defesa dos povos que nela habitam e do seu patrimônio natural e cultural. Só com esta união será possível contrapor-se à cobiça destruidora do mercado. [...] Promover a solidariedade e a partilha de experiências, saberes, valores e bens, na construção e difusão de alternativas frente ao modelo consumista neoliberal, contribuindo para o fortalecimento da identidade, da autonomia e da soberania dos povos e das comunidades da Amazônia [...] Compartilhar com a população brasileira e a humanidade inteira as experiências dos povos da Amazônia para estimular uma mudança de mentalidade que se expresse num estilo de vida simples e austero (CF2007: 7 - 9).

Visto por este viés, ao mesmo tempo em que as redes apontam para a sociedade pensada a partir da economia e da circulação de produtos e tecnologias, também proporciona a circulação de informações que corroboram para uma melhor articulação dos grupos deslocados que passam a integrar o estilo de vida dos Povos da Amazônia, que tem se convertido em um modelo de existência alternativo ao modelo neoliberal. Tal modelo vem sendo discutido nos fóruns sociais em ao redor do mundo. No entanto, os estudos não apontam esse fator como elementos propulsores de deslocamentos compulsórios direcionados para a Amazônia.

O que vem atraindo os vários fluxos de deslocados para a região é a busca de proteção oficial por parte do Estado Nacional e o reconhecimento da condição de refúgio onde os deslocados buscam alternativas de sobrevivência numa sociedade concreta,

⁷⁵ A campanha da Fraternidade é uma iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – que tem como objetivo mobilizar e sensibilizar toda a Igreja Católica, juntamente com outras Igrejas que participam do Conselho Nacional Ecumênico (Igreja Metodista, Igreja Luterana e Batista), em torno de uma temática social a ser refletida durante o período da quaresma. A cada ano, a CNBB escolhe uma temática relevante para a ação pastoral. Neste ano de 2007 o tema escolhido foi a Amazônia e trouxe como lema: “Vida e missão neste chão”.

[...] em que diariamente acordamos, trabalhamos, aprendemos e criamos riqueza. Onde os conflitos surgem e terminam, onde a inovação científica nas áreas da saúde e da alimentação vive a par da doença e da pobreza extrema. Não é uma sociedade composta por cibernautas solitários e robôs. Nem é um admirável mundo novo, uma nova terra prometida, onde a simples introdução das novas tecnologias resolverá todos os problemas (CASTELLS, 2006, p. 557).

Como sugere Manuel Castells, a existência social e suas segmentações no mundo pós-moderno, dependem de nossa conexão em uma determinada rede. Existem inúmeras redes e estas por sua vez, resultam de uma rede intrincada de relações. Sejam estas relações de natureza biológica, social, política, econômica, ou tecnológica, as mesmas apresentam algumas características comuns e seu estudo faz parte da chamada "ciência da rede". Por isso, é possível falar de uma rede de refugiados e de desplazados em que um grupo que chega a Manaus, estabelece uma comunicação com outros grupos que permanecem na Colômbia ou em outros países de refúgio. São vários os mecanismos desta comunicação, no entanto, a internet assume a preferência dos grupos de refugiados.

Um exemplo desta comunicação no estabelecimento das redes migratórias é a publicação de artigos nas revistas eletrônicas nacionais com circulação regional e até mesmo mundial, como o caso da Adital no Brasil⁷⁶. Nesse sentido, encontramos alguns artigos publicados pelos refugiados, contando sua experiência de assentados no Brasil e denunciando as violações aos direitos humanos sofridas pelas vítimas do conflito na Colômbia. Ao contar sua história num meio de comunicação, os refugiados encontram mecanismos de proteção para além das agências internacionais porque criam impactos na sociedade que porventura ignore sua condição de refugiados. Desta maneira, os integrantes das redes acreditam que os processos de acolhida da sociedade que os recebe se tornam menos hostis e a relação de reciprocidade pode encontrar ecos em outras redes migratórias.

Outro aspecto importante é o resgate de elementos culturais propiciados pelas redes de refugiados e desplazados com o objetivo de promover a auto-identificação e reforçar elementos identitários dos migrantes longe de sua pátria. No

⁷⁶ Como já mencionamos no terceiro capítulo, a Adital, é a Agência de Notícias Frei Tito para a América Latina que é uma revista eletrônica de grande alcance midiático. Com publicações e atualizações diárias, em português e espanhol, a revista mantém assuntos polêmicos sempre atualizados e é referência para a articulação dos movimentos sociais em toda a América Latina.

centro de Manaus, por exemplo, existem alguns restaurantes informais⁷⁷ que oferecem comida típica de algumas regiões da Colômbia. São bastante freqüentados pelos colombianos que vivem na cidade na condição de indocumentados. São espaços que propiciam encontros e articulações entre os desplazados e refugiados como uma forma de fortalecer suas redes de relações, além de compartilhar a comida que os mantém ligados ao seu lugar de origem. No restaurante eles trocam informações, falam na sua língua, escutam suas músicas, reforçam sua identidade cultural. Os proprietários de tais estabelecimentos nem sempre têm consciência dos desdobramentos destas iniciativas que a princípio seriam tão somente uma alternativa econômica de sobrevivência,

[...] E nossas linguagens são nossos meios de comunicação. Nossos meios de comunicação são nossas metáforas. Nossas metáforas criam o conteúdo de nossa cultura. Como a cultura é mediada e determinada pela comunicação, as próprias culturas, isto é, nossos sistemas de crenças e códigos historicamente produzidos, são transformados de maneira fundamental pelo novo sistema tecnológico e o serão ainda mais com o passar do tempo (CASTELLS, 2006, p. 414).

Os espaços proporcionados pelas redes de refugiados e desplazados, são muito mais que relações sociais. Nas redes, estabelecem novas formas de organização e de sobrevivência. Na perspectiva de manutenção e fixação, encontram alternativas econômicas viáveis e adaptáveis à realidade. Constroem juntos, novos espaços de recriação cultural. Na perspectiva da complexidade da dinâmica cultural em constantes transformações, os desplazados e refugiados recriam sua sociedade de origem a partir das redes.

O quinto e último destaque a título de considerações finais, se refere aos desafios institucionais no que tange ao atendimento dispensado aos desplazados e refugiados no Brasil. Durante a pesquisa e, principalmente nos processos de análise conclusiva, percebemos que a grande preocupação das instituições oficiais que lidam com imigrantes e refugiados no Brasil é a dimensão quantitativa. É como se os sujeitos fossem reduzidos a cifras numéricas e não passassem de um dado quantitativo. As instituições internacionais, especialmente o ACNUR, insistem na prerrogativa de que as políticas migratórias e de refúgio do Brasil são exemplares. Entretanto, como abordamos no decorrer das sistematizações, o que existe é um

⁷⁷ A condição de informais se dá pelo fato de serem estabelecimentos que funcionam clandestinamente porque seus proprietários estão igualmente indocumentados no país. Aos freqüentadores, todos peruanos, não interessa a condição legal do estabelecimento e sim a comida oferecida com

discurso baseado nas convenções internacionais e uma prática que fica muito aquém das necessidades dos sujeitos concretos. Há uma morosidade muito grande nas tramitações burocráticas. Processos que levam meses sem julgamento. E, para quem está em condição de refúgio, a espera sempre é angustiante e um dia a mais faz muita diferença para quem está no desespero da sobrevivência vivendo sob o peso da insegurança e da incerteza da proteção.

Percebemos também certa ausência de imparcialidade nos julgamentos das solicitações de refúgio. Fato confirmado na análise de pelo menos quatro processos de indeferimentos expedidos pelo Conare, nos quais, coincidentemente, os solicitantes são vítimas perseguidas pelas FARC. Todos os referidos solicitantes cumprem as exigências para a concessão de refúgio. Entretanto, foram considerados pelo Conare como “migrantes econômicos”. Esse assunto desafia estudos mais detalhados e implica uma série de investigações a cerca do envolvimento de agentes oficiais do Estado Nacional com o referido grupo guerrilheiro. Há muitas especulações sobre esta temática, porém, é preciso um maior estudo.

Outra questão que permanece em aberto é o levantamento quantitativo e as previsões de incidência cada vez maior do conflito em território brasileiro. As especulações apresentadas pelas instituições desafiam os estudos sistematizados como nesta declaração do Acnur:

A guerra na Colômbia terá um impacto cada vez mais direto sobre o Brasil, o que vai obrigar a ONU a repensar seu papel na região. É o que aponta o relatório de uma missão das Nações Unidas para avaliar a situação dos refugiados colombianos no lado brasileiro da floresta amazônica. O documento, obtido pelo Estado, aponta um aumento significativo do número de colombianos chegando todos os meses a várias cidades do Amazonas. Esse fluxo está criando tensões e gerando uma pressão sobre o governo brasileiro para lidar com as fronteiras e com os refugiados. Oficialmente, Brasília afirma que existem apenas 4 mil refugiados colombianos no País. Mas funcionários de alto escalão da ONU já admitem que o volume chega a quase 20 mil pessoas só no Amazonas. “O que pudemos constatar em nossa missão é que o número de refugiados tende a aumentar de forma preocupante”, disse ao Estado Phillipe Lavanchy, diretor do Departamento de Américas do Alto Comissariado da ONU para Refugiados - Acnur⁷⁸.

⁷⁸ Informe do Ministério das Relações Exteriores no Noticiário - Seleção Diária de Notícias Nacionais de 18/Abril/2008, publicado no Jornal O Estado de São Paulo

Mesmo demonstrando preocupações com relação aos impactos do ingresso dos refugiados e deslocados nos municípios do Amazonas, nem o Ministério da Justiça ou das Relações Exteriores ainda não apresentou nenhum programa específico de políticas de acolhida nem de atendimento às vítimas nessa região.

Outro desafio que foi pouco aprofundado neste estudo é a situação dos diversos povos indígenas vítimas do deslocamento forçado. Trata-se de um estudo que poderia ser mais bem abordado no campo específico da antropologia por envolver aspectos culturais mais abrangentes e peculiares.

Por fim, permanece o longo aprendizado sociológico e a certeza de termos desenvolvido alguns elementos que poderão contribuir com a sociologia dos deslocamentos compulsórios a partir da análise da complexa conjuntura dos deslocados e refugiados colombianos tendo por referência o contexto amazônico.

Oxalá que esta pesquisa seja tão somente a porta de entrada para novos estudos e aprofundamentos desta temática que ainda apresenta muitas lacunas a serem retomados à luz dos estudos da sociologia dos deslocamentos compulsórios.

BIBLIOGRAFIA

BAUMAN, Zygmunt. Amor líquido: sobre a fragilidade das relações humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BARTH, Fredrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BASSEGIO, Luiz. As migrações no contexto da globalização. In: WITTE, André de (Org.) *Migração, discriminação e alternativas*. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 57–69.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

----- Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

CANCLINI, Néstor García. Diferentes, desiguais e desconectados. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005

----- Consumidores y Ciudadanos – conflictos multiculturales de la globalización. México, D.F. Ed. Grijalbo, 1995.

CASANOVAS, Lluís. Derecho de ciudadanía y población en situación de desplazamiento. Memorias del Seminario Nacional. Bogotá: Códice, 2005.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede - A era da informação: economia, sociedade e cultura; Volume 1, São Paulo: Editora Paz e Terra, 9ª ed., 2006.

CASTRO, Mary Garcia. Migração internacional: transpassando fronteiras do nacional e do individual. In: Refúgio, Migração e Cidadania. Caderno de Debates 2. Brasília: UNHCR, 2007.

CHEUICHE, Dom Antônio do Carmo. *O Protagonismo do Migrante*. In. Migrações Contemporâneas: Desafio à Vida, à Cultura e à Fé. Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. Goiânia: Gráfica e Editora Redentorista, 2000.

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Texto Base da Campanha da Fraternidade 2007: Fraternidade e a Amazônia. Brasília: Loyola, 2007.

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Texto Base da Campanha da Fraternidade 2007: Fraternidade e a Amazônia. Brasília: Loyola, 2007.

DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do fausto*: Manaus, 1890-1920. Manaus: Valer, 1999.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2008.

FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.

GEORGE, Pierre. *As migrações internacionais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1977.

GOYCOCHÊA, Castilhos. *Fronteiras e fronteiras*. Rio de Janeiro: Nacional, 1943.

HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1987.

------. *Teoría de la acción comunicativa II - Crítica de la razón funcionalista*. Madri: Taurus, 1987.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. *Identidades Culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HEIDMANN, Dieter. *Os Migrantes e a crise da sociedade do Trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação*. In: WITTE, D. André de (org.) *Migração, discriminação e alternativas*. Serviço Pastoral dos Migrantes - São Paulo: Paulinas, 2004.

HOBBSBAWM, Eric, *A Era do Capital, 1848-1875*. Paz e Terra, 1977.

JAKOBSEN, Kjeld. Uribe acirra conflito e envolve vizinhos. *Teoria e Debate* nº 76 - março/abril 2008. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

LOBO, Narciso Julio Freire. A tríplice fronteira. *Jornal O Estado do Amazonas*. Manaus, 12 de agosto de 2006.

MALTHUS, Robert. *Ensayo sobre el Principio de la Población*. Fundo de Cultura, 1798.

MÁRMORA, Lélío. *Perspectivas migratorias en el Proceso de Globalización*. In: *Migrações Contemporâneas: Desafio à Vida, à Cultura e à Fé*. Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. Goiânia: Editora Redentorista, 2000.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. “Pensar la sociedad desde la comunicación. Un lugar estratégico para el debate de la modernidad”. In *Dia-Logos de la Comunicación*, nº32: 28-34. Lima – Felafacs, 1992.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *O capital: crítica da economia política. Livro I – Vol. 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Sagrada Família*. São Paulo: Boitempo, 2003.

MILESI, Rosita. et al. Entidades confessionais que atuam com estrangeiros no Brasil e com brasileiros no exterior. In: CASTRO, Mary Garcia (Org.) *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001. p. 563-587.

MOLINA, Lucrecia. *Conferência Mundial contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata*. São José da Costa Rica: Instituto Interamericano de Direitos Humanos, 2001.

NOGUEIRA, Ricardo J. Batista. *Amazonas: a divisão da “monstruosidade geográfica”*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

----- . Dinâmica territorial na fronteira Brasil-Colômbia. Manaus, *Somanlu*, ano 5, n. 1, jan./jun. 2005.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. São Paulo: *Estudos Avançados*, 20 (57), 2006. p.183–196.

OLIVEN, Ruben George. *A Antropologia de grupos urbanos*. Petrópolis: Vozes, 1996.

PINTO, Ernesto Renan. *Viagem das idéias*. Manaus: Valer, 2006.

PONCE, Oscar Valdivia. *Migración interna a la Metrópoli: contraste cultural, conflicto y desadaptación*. Lima-Perú: Editorial Universidad Mayor de San Marcos, 1970.

POVOA NETO, Helion. “Rejeição e criminalização das migrações na nova ordem internacional após o 11 de setembro”. In: WITTE, D. André de (org.) *Migração, discriminação e alternativas*. Serviço Pastoral dos Migrantes - São Paulo: Paulinas, 2004.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar — a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro:

RICOEUR, Paul. *O Conflito das Interpretações: ensaios de hermenêutica*. Rio

----- . *Tempo e Narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994. Tomo I.

----- . *Do texto à ação*. Porto: Rés Editora, 1989

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

----- . Reflexões sobre o exílio e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, Carlos Augusto dos; BRASIL, Marília C.; MOURA, Hélio A. Persona non gratae? A imigração indocumentada no Estado do Amazonas. In: CASTRO, Mary Garcia (Org.) *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001. p. 479–488.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

----- . Metamorfoses do Espaço Habitado. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração*. São Paulo: EDUSP, 1998.

----- . O retorno. *Revista Travessia* – edição especial / jan-2000.

SILVA, Sydney A. da. “Hispano-americanos no Brasil: entre a cidadania sonhada e a concedida”. In: CASTRO, Mary Garcia (Org.) *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001. p. 489-500.

SIMMEL, Georg. “O Estrangeiro”. In: Morais Filho, Evaristo.(org.) *Georg Simmel*. São Paulo: Ática, 1983.

SPRANDEL, Márcia Anita. A “questão migratória” como objeto de reflexão. In. Refúgio, Migrações e cidadania. Caderno de debates 2 – Agosto de 2007. Brasília: ACNUR & IMDH, 2007.

----- . O Parlamento e as migrações internacionais. In: CASTRO, Mary Garcia (Org.) *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001. p. 97-119.

----- . Brasileiros na fronteira com o Paraguai. São Paulo: Revista Estudos Avançados – Dossiê migrações - vol. 20 n. 57, 2006.

SOUZA, Herbert de (Betinho). *Escritos indignados: democracia X neoliberalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: IBASE, 1993.

VAINER, Carlos B. “Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados... as novas categorias de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias”. In: CASTRO, Mary Garcia (Org.) *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001.

----- . Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade. In: POVOA NETO, Helion (org). *Cruzando Fronteiras Disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Vevan, 2005.

----- . Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP: 819. Caxambu, 1998 (mimeo).

XAVIER, Maria Angélica Zamora. Cartografias do imigrante nos trânsitos entre o lugar e o dizer. In. JARDIM, Denise Fagundes. Cartografias da imigração: interculturalidade e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.